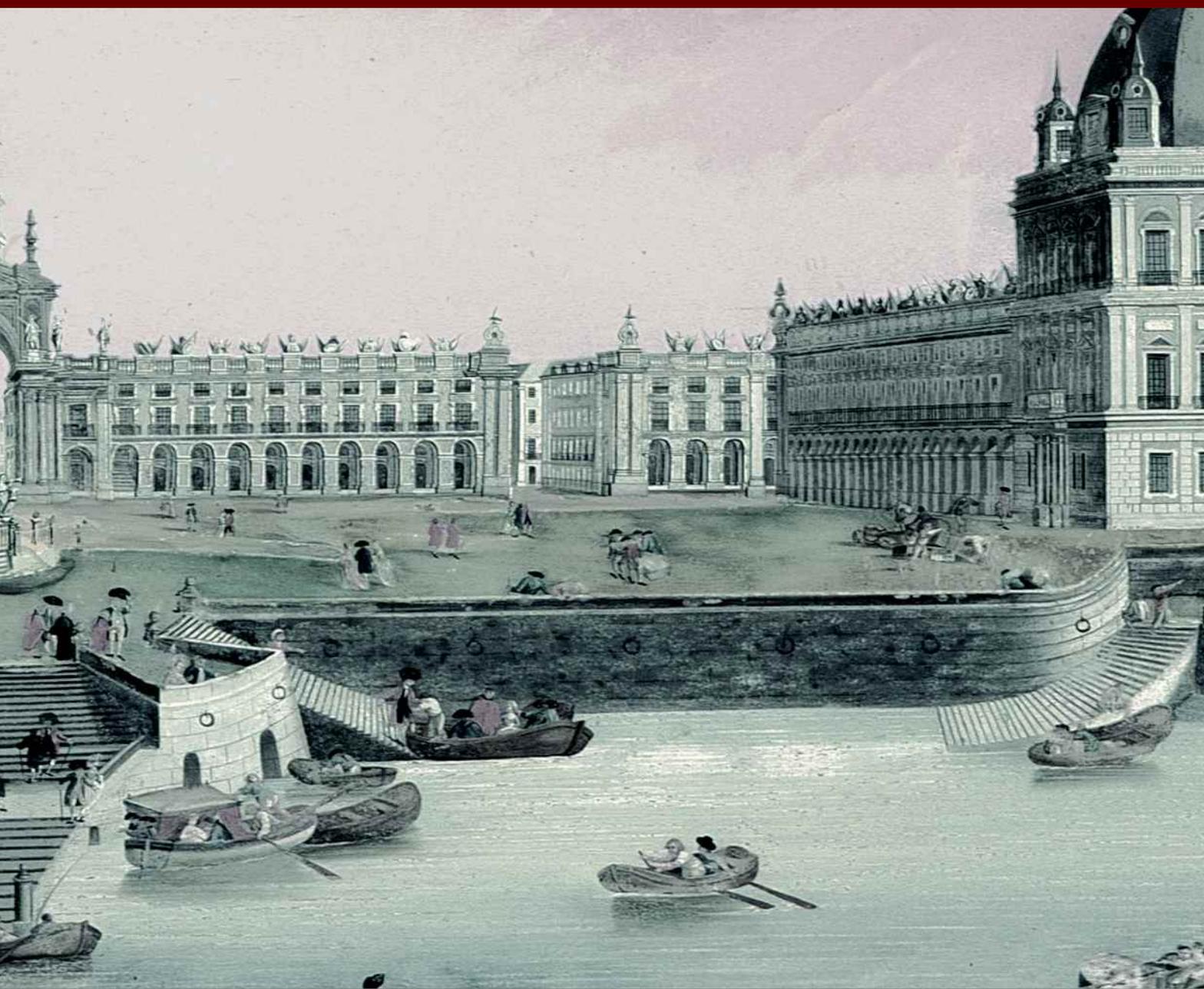




Banco de Portugal

EUROSISTEMA

Relatório dos Sistemas de Pagamentos e de Liquidação Interbancária | 2004





Banco de Portugal

EUROSISTEMA

Relatório dos Sistemas de Pagamentos
e de Liquidação Interbancária

2004

Disponível em
www.bportugal.pt
Publicações

BANCO DE PORTUGAL

Departamento de Sistemas de Pagamentos
Av. Almirante Reis, 71 - 7º
1150-012 Lisboa

Design e Distribuição

Departamento de Serviços de Apoio
Área de Documentação, Edições e Museu
Av. Almirante Reis, 71 - 2º
1150-012 Lisboa

Execução

Elo Artes Gráficas

Lisboa, 2005

Tiragem

500 exemplares

Depósito Legal nº 183969/02
ISSN 1646-026x

Índice

Lista de Siglas	9
Nota Introdutória	11
Capítulo I – Sistema de Liquidação Interbancária	13
Caixa 1: Evolução dos instrumentos de pagamento em Portugal	20
Caixa 2: Acontecimentos significativos em 2004	21
Capítulo II – Sistemas de Liquidação por Bruto	23
II.1. SPGT	25
II.2. SLOD	37
II.3. TARGET	38
Caixa 3: TARGET2 – Impacto nos sistemas de pagamento europeus e migração do sistema português	46
Capítulo III – Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)	47
III.1. SICOI	49
III.2. CHEQUES	52
III.3. EFEITOS COMERCIAIS	59
III.4. TRANSFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS INTERBANCÁRIAS (TEI)	63
III.5. MULTIBANCO	68
III.6. DÉBITOS DIRECTOS	75
Caixa 4: Grupos de Trabalho Interbancários	79
Caixa 5: SEPA – Single Euro Payments Area	80
Capítulo IV – Regulamentação e Controlo dos Meios de Pagamento	83
Caixa 6: Cadernos do Banco de Portugal	86
Anexos	89
Anexo 1 – Riscos associados aos Sistemas de Pagamentos	91
Anexo 2 – Junho de 2004 – Um mês diferente em Portugal	93

Índice de Quadros

Quadro I.1	Movimento global do Sistema de Liquidação Interbancária	15
Quadro I.2	Médias diárias do Sistema de Liquidação Interbancária	16
Quadro I.3	Número de participantes no Sistema de Liquidação Interbancária	18
Quadro I.4	Valor médio por instrumento de pagamento	19
Quadro II.1	Movimento global do SPGT – Operações domésticas em 2004	30
Quadro II.2	Cheques de grande montante em 2004	31
Quadro II.3	Débitos Directos de grande montante em 2004	32
Quadro II.4	Movimento global do SPGT – Operações transnacionais em 2004	33
Quadro II.5	Operações transnacionais enviadas para o TARGET pelo SPGT	34
Quadro II.6	Operações transnacionais recebidas do TARGET no SPGT	34
Quadro II.7	SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2004	36
Quadro II.8	Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro	39
Quadro II.9	Pagamentos transnacionais enviados por cada RTGS ligado ao TARGET	42
Quadro II.10	Pagamentos transnacionais no TARGET	43
Quadro II.11	Pagamentos transnacionais no TARGET, por tipo de operação e por Sistema RTGS	44
Quadro III.1	Movimento global do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)	49
Quadro III.2	Documentos apresentados e devolvidos no Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)	50
Quadro III.3	Cheques Truncados e Não Truncados	52
Quadro III.4	Número de Cheques devolvidos por motivo de devolução	54
Quadro III.5	Dados mensais sobre os cheques apresentados e devolvidos na compensação	55
Quadro III.6	Cheques Apresentados e Devolvidos por Escalões em 2004	57
Quadro III.7	Efeitos por tipo	59
Quadro III.8	Efeitos por tipo de carteira	61
Quadro III.9	Dados mensais sobre efeitos apresentados	61
Quadro III.10	Efeitos Apresentados por Escalões	62
Quadro III.11	TEIs por escalão de valor em 2004	63
Quadro III.12	TEIs por código de operação em 2004 (1º Fecho)	64
Quadro III.13	TEIs por código de operação em 2004 (2º Fecho)	65
Quadro III.14	TEIs por código de serviço	65
Quadro III.15	Dados mensais sobre TEIs em 2004	66
Quadro III.16	Cartões e terminais Multibanco	69

70	Quadro III.17	Movimento global do Multibanco
71	Quadro III.18	Movimento global do Multibanco – Distribuição percentual
73	Quadro III.19	Dados mensais sobre operações processadas no Multibanco
75	Quadro III.20	Dados mensais sobre débitos directos apresentados
77	Quadro III.21	Débitos Directos por código de serviço
77	Quadro III.22	Débitos Directos por código de operação
78	Quadro III.23	Débitos Directos rejeitados por motivo de rejeição
78	Quadro III.24	Débitos Directos efectivamente cobrados por escalões em 2004
94	Quadro A.1	Dados mensais sobre Levantamentos Internacionais
95	Quadro A.2	Dados mensais sobre Compras Internacionais
95	Quadro A.3	Dados mensais sobre Valores Médios Mensais de Levantamentos e Compras Internacionais
96	Quadro A.4	Estimativa do impacto do Euro 2004 nos Sistemas de Pagamentos
97	Quadro A.5	Agregado de Levantamentos e Compras Internacionais por País nos meses de Maio a Julho de 2004 e 2003
98	Quadro A.6	Agregado de Levantamentos e Compras Internacionais por País – Taxas de Crescimento Homólogas
99	Quadro A.7	Levantamentos e Compras Internacionais por País – Peso relativo

Índice de Gráficos

Gráfico I.1	Quantidade global, em percentagem do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)	17
Gráfico I.2	Valor global, em percentagem do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)	18
Gráfico I.3	Evolução dos instrumentos de pagamento em Portugal	20
Gráfico II.1	Evolução em quantidade de operações domésticas e transnacionais no SPGT	27
Gráfico II.2	Número de operações domésticas e transnacionais no SPGT	27
Gráfico II.3	Evolução em valor de operações domésticas e transnacionais no SPGT	29
Gráfico II.4	Valor das operações domésticas e transnacionais no SPGT	29
Gráfico II.5	SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2004	35
Gráfico II.6	Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro	39
Gráfico II.7	Disponibilidade média de serviço mensal: SPGT e TARGET comparada	40
Gráfico II.8	Disponibilidade comparada de serviço dos diversos RTGS participantes do TARGET	41
Gráfico III.1	SICOI – Cheques, TEIs e Débitos Directos devolvidos	51
Gráfico III.2	Cheques Truncados e Não Truncados	53
Gráfico III.3	Comparação mensal da quantidade de cheques apresentados na compensação	56
Gráfico III.4	Relação entre Cheques Apresentados e Devolvidos por Escalões em 2004	58
Gráfico III.5	Efeitos por tipo	60
Gráfico III.6	Comparação mensal da quantidade de efeitos	62
Gráfico III.7	Comparação mensal da quantidade de TEIs apresentadas	67
Gráfico III.8	Movimento global do Multibanco em 2004	72
Gráfico III.9	Comparação mensal da quantidade de operações Multibanco	74
Gráfico III.10	Levantamentos internacionais e no estrangeiro em 2004	74
Gráfico III.11	Comparação mensal da quantidade de débitos directos cobrados	76

Lista de Siglas

ADC	Autorização de Débito Directo
AT	Aplicação de Tesouraria
ATM	Automatic Teller Machine – Caixa Automático (CA)
BCE	Banco Central Europeu
BIC	Bank Identifier Code – Código de Identificação SWIFT
BPNet	Sistema de comunicação electrónica que tem por objectivo interligar o Banco de Portugal, no âmbito das suas atribuições legais, com outras entidades
CIIC	Circulação Interbancária de Imagens de Cheques
CISP	Comissão de Coordenação Interbancária para os Sistemas de Pagamentos
COGEPS	Grupo de Contacto para a Estratégia de Pagamentos Europeia
EBA	Euro Banking Association – Associação Bancária Europeia
ECBS	European Committee for Banking Standards – Comité Europeu para a Normalização Bancária
EFTPOS	Electronic Funds Transfer at Point Of Sale – Terminal de Pagamento Automático (TPA)
EPC	European Payments Council – Órgão de coordenação da banca europeia para a SEPA
IBAN	International Bank Account Number – Número de Identificação Bancária Internacional
IDD	Instrução de Débito Directo
MBNet	Sistema desenvolvido pelo sistema bancário português que possibilita a realização de pagamentos seguros em qualquer loja virtual, nacional ou estrangeira
MULTIBANCO	Rede portuguesa de ATM e POS
BCN	Banco Central Nacional
NIB	Número de Identificação Bancária
OITS	Operations Infrastructure and Technology Standards – Grupo de Trabalho do EPC para a componente tecnológica e de normalização
PCN/PRCC	Plano de Continuidade de Negócio/Plano de Recuperação em Caso de Catástrofe
PEDD	Pan-European Direct Debit – Sistema Pan-Europeu de Débitos Directos
PE-ACH	Pan-European Automated Clearing House
PIB	Produto Interno Bruto
PMB	Porta Moedas Multibanco
RTGS	Real-Time Gross Settlement System – Sistema de Liquidação por Bruto em Tempo Real (SLBTR)
SDD	Sistema de Débitos Directos
SEBC	Sistema Europeu de Bancos Centrais
SEPA	Single Euro Payments Area – Área Única de Pagamento em Euro
SIBS	Sociedade Interbancária de Serviços – Entidade Portuguesa de prestação de serviços bancários
SICOI	Sistema de Compensação Interbancária

SLOD	Sistema de Liquidação de Outros Depositantes
SPGT	Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções
SSP	Single Shared Platform – Plataforma Única Partilhada do TARGET 2
STEP2	Sistema operado pela EBA para processamento de operações de retalho
TARGET	Trans-european Automated Real-time Gross settlement Express Transfer system
TEI	Transferências Electrónicas Interbancárias
UE	União Europeia

Nota Introdutória

O “Relatório dos Sistemas de Pagamentos e de Liquidação Interbancária - 2004” apresenta os factos mais relevantes e os dados estatísticos relativos aos sistemas de pagamentos e de liquidação interbancária, tanto no que diz respeito aos pagamentos de grande montante como no que se refere aos pagamentos de retalho.

Nos termos do artigo 14º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, cabe ao Banco regular, fiscalizar e promover o bom funcionamento dos sistemas de pagamento, designadamente no âmbito da sua participação no SEBC. O Banco exerce, deste modo, a superintendência dos sistemas de pagamentos nacionais de forma a garantir a estabilidade sistémica e eficiência dos mesmos, bem como a segurança e o bom uso dos instrumentos de pagamento.

O Banco de Portugal, em conjunto com o BCE e demais Bancos Centrais Nacionais da zona euro (Eurosistema), está empenhado na implementação e disseminação das políticas apresentadas no “*Statement on the role of the Eurosystem in the field of payment systems oversight*”, publicado pelo BCE em 21 de Junho de 2000. No que se refere à política de superintendência dos sistemas de pagamentos, o Eurosistema adoptou também, em Janeiro de 2001, os “*Core principles on systemically important payment systems*”, aprovados pelo *Committee on Payment and Settlement Systems* (CPSS) dos Governadores dos Bancos Centrais do G-10¹. Os princípios acima referidos são igualmente aplicáveis, com as necessárias adaptações, aos sistemas de retalho, pelo que o Banco de Portugal, seguindo a política do Eurosistema, utiliza esses princípios na superintendência do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI).

O ano de 2004, no que respeita aos sistemas de pagamentos, ficou marcado por uma série de eventos, de carácter nacional e europeu, que a seguir se apresentam.

No âmbito nacional, destaca-se a entrada em vigor do Aviso n.º 10/2003, sobre cobranças por débito em conta efectuadas no contexto intrabancário, que visa uniformizar o seu processamento, tornando mais claros os direitos e deveres das partes envolvidas. Indirectamente, o Aviso deverá contribuir para a expansão do Sistema de Débitos Directos (SDD), em funcionamento desde Outubro de 2000, mas que até ao final de 2004 não tinha ganho massa crítica suficiente para se afirmar como o motor do desenvolvimento das cobranças por débito em conta. O SDD é considerado, a par dos cartões bancários, um dos instrumentos de pagamento do futuro no quadro da SEPA-*Single Euro Payments Area*.

O Banco publicou mais um número, o sexto, da série dos “Cadernos do Banco de Portugal”, desta vez dedicado aos cartões bancários. Dada a importância crescente dos cartões bancários no quadro dos instrumentos de pagamento escriturais (não-numerário) em Portugal (representam mais de 50% daqueles instrumentos de pagamento), compreende-se o interesse deste caderno para o esclarecimento das características e funcionalidades daquele instrumento, a par das recomendações e medidas de precaução sobre a sua correcta utilização, quer do lado do consumidor, quer do lado do comerciante.

(1) O Banco de Portugal tornou pública a sua política no âmbito dos sistemas de pagamentos – primeira responsabilidade dos bancos centrais enunciada nos “Core Principles” – na secção III.4 do Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 2000.

Cumprindo os seus compromissos no âmbito do SEBC-Sistema Europeu de Bancos Centrais e tendo em conta o PCN-Plano de Continuidade de Negócio adoptado internamente, o Banco de Portugal activou o seu Centro Alternativo, com incidência especial na operacionalidade do SPGT/TARGET, considerado o sistema com maior criticidade, pelo seu impacto no funcionamento do sistema financeiro nacional no seu todo.

No âmbito europeu, é de salientar o progresso observado no desenvolvimento do projecto TARGET2, encontrando-se praticamente concluída, com a publicitação das *User Detailed Functional Specifications*, a fase de pré-projecto. As restantes fases do projecto encontram-se delineadas, estando previsto para 2007 o arranque do TARGET2.

Merece igualmente referência o projecto da SEPA, em desenvolvimento pela banca comercial europeia, que visa a criação de um espaço comum de pagamentos na UE até 2010. Durante 2004, o EPC-*European Payments Council* consolidou a sua estrutura de governação e definiu claramente as etapas e os prazos para a consecução da SEPA. O Eurosistema, que segue com o maior interesse os desenvolvimentos do projecto, tem, periodicamente, produzido relatórios de avaliação sobre aqueles desenvolvimentos e continuará a acompanhar atentamente a sua implementação quer a nível nacional, quer a nível europeu.

Neste âmbito, foi publicado pelo BCE/Eurosistema, a 2 de Dezembro de 2004, um relatório denominado "Progresso realizado no sentido de um espaço único de pagamentos em euros – Terceiro Relatório Intercalar" através do qual é feita a avaliação dos desenvolvimentos verificados na criação de um espaço único de pagamentos em euros. No referido documento são ainda comparados os objectivos da SEPA com a situação actual, salientando-se os progressos realizados, nomeadamente pelo sector bancário europeu, e o que ainda é necessário fazer para responder às expectativas dos cidadãos no âmbito dos pagamentos transfronteiros. O relatório tem como base a perspectiva de longo prazo da SEPA, tal como definido pelos bancos europeus: transformar a área do euro num espaço de pagamentos domésticos totalmente integrado.

O TARGET2 para os pagamentos de grande montante e a SEPA para os pagamentos de retalho, são os dois grandes projectos europeus em desenvolvimento na área dos sistemas de pagamentos, e constituem duas referências fundamentais que balizarão o futuro próximo dos sistemas de pagamentos na Europa, em especial na zona euro. Em Portugal, cuja tradição de soluções cooperativas à escala nacional no domínio dos sistemas de pagamentos tem permitido o desenvolvimento rápido e sustentado e a excelência dos actuais sistemas, aqueles dois projectos representam mais um desafio que vai exigir que as diversas partes que intervêm, a vários níveis, nos sistemas de pagamentos (instituições de crédito, SIBS e Banco de Portugal) encontrem as melhores soluções para a sua consecução a nível nacional.

Em 2004, o SPGT/TARGET, sistema de liquidação por bruto em tempo real português, prosseguiu a sua actividade, registando uma tendência moderada de aumento nas operações liquidadas, com uma variação global positiva de 6,8% e 9,1%, respectivamente na quantidade e no valor transaccionado. O SICOI-Sistema de Compensação Interbancária registou, no ano de 2004, um acréscimo de 6,7% na quantidade de operações compensadas e de 1,8% em valor. A posição relativa dos dois sistemas, no quadro das liquidações interbancárias, manteve-se estável, com o SPGT a concentrar cerca de 95% dos valores totais liquidados, não obstante representar apenas 0,1% das quantidades totais liquidadas.

CAPÍTULO I *Sistema de Liquidação Interbancária*

No sistema de liquidação interbancária em Portugal, como na generalidade dos países desenvolvidos, coexistem duas formas de liquidação complementares. Uma – a liquidação por bruto e em tempo real – é efectuada através do Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções (SPGT) e do Sistema de Liquidação de Outros Depositantes (SLOD); outra – a liquidação por compensação – é realizada via Sistema de Compensação Interbancária (SICOI).

Os sistemas de liquidação por bruto em tempo real têm como principal objectivo a minimização dos riscos associados a pagamentos de grande montante, nomeadamente o risco sistémico, contribuindo assim para o bom funcionamento dos sistemas de pagamentos.

Os sistemas de liquidação por compensação visam o processamento de uma grande quantidade de operações de baixo valor, portanto de risco sistémico limitado, permitindo assim reduzir os tempos de processamento e os custos associados.

O risco sistémico é talvez o mais importante de todos os riscos, pois os seus efeitos podem ser os mais significativos. Tal risco pode ocorrer se, por falta de cumprimento de uma entidade (devedora) no sistema de pagamentos, outras entidades se vejam impossibilitadas de satisfazer as suas responsabilidades, entrando de igual forma em incumprimento. Este risco pode levar a que toda uma economia entre em dificuldades, pelo que as entidades reguladoras dos sistemas de pagamentos procuram que sejam respeitados uma série de critérios que minimizem este risco (ver Anexo 1).

Neste âmbito, e conforme é possível confirmar através do Quadro I.1, os Sistemas de Liquidação por Bruto (SPGT e SLOD) foram responsáveis, em 2004, pelo processamento de apenas 1,42 milhões de operações, face aos 1.413,62 milhões de operações liquidadas através do SICOI. Contudo, a posição relativa dos dois sistemas em termos de valores processados é a oposta, com os sistemas de liquidação por bruto a processarem 5.724.973,3 milhões de euros e o SICOI a processar 308.427,3 milhões de euros. Assim, face às quantidades e aos valores envolvidos, facilmente se constata que, em 2004, o valor médio por operação do SPGT foi de aproximadamente 4,1 milhões de euros contra cerca de 218 euros no SICOI, o que ilustra bem a importância sistémica do SPGT.

Quadro I.1

Movimento global do Sistema de Liquidação Interbancária

Quantidade em milhões
Valor em milhões de EUR

	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Liquidação por Bruto	1,32	5.234.316,1	1,42	5.724.973,3	7,6	9,4
SPGT	1,29	5.168.330,1	1,37	5.636.475,0	6,8	9,1
Operações Domésticas	0,65	1.213.695,0	0,75	1.404.001,6	15,5	15,7
Operações Transnacionais	0,64	3.954.635,1	0,62	4.232.473,4	-2,0	7,0
SLOD	0,04	65.986,0	0,05	88.498,3	36,7	34,1
Liquidação por Compensação - SICOI	1.324,40	302.934,7	1.413,62	308.427,3	6,7	1,8
Cheques	200,08	196.811,4	187,95	191.193,2	-6,1	-2,9
Efeitos	4,59	3.641,6	0,87	2.657,4	-81,1	-27,0
TEI	42,83	55.554,8	44,59	60.145,4	4,1	8,3
Débitos Directos	5,19	1.343,3	20,80	4.504,9	300,5	235,4
Multibanco	1.071,70	45.583,6	1.159,41	49.926,5	8,2	9,5
Total	1.325,72	5.537.250,8	1.415,04	6.033.400,6	6,7	9,0

O número total de pagamentos processados através do Sistema de Liquidação Interbancária português registou em 2004, no seguimento do que se tem verificado em anos anteriores, um aumento de cerca de 6,7% em quantidade e 9,0% em valor.

Quadro I.2**Médias diárias do Sistema de Liquidação Interbancária**

Quantidade em milhares
Valor em milhões de EUR

	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Liquidação por Bruto	5,19	20.526,7	5,50	22.104,1	6,0	7,7
SPGT	5,04	20.268,0	5,30	21.762,5	5,2	7,4
Operações Domésticas	2,55	4.759,6	2,90	5.420,9	13,7	13,9
Operações Transnacionais	2,49	15.508,4	2,41	16.341,6	-3,6	5,4
SLOD	0,14	258,8	0,19	341,7	34,5	32,0
Liquidação por						
Compensação - SICOI	5.318,87	1.216,6	5.565,42	1.214,3	4,6	-0,2
Cheques	803,54	790,4	739,96	752,7	-7,9	-4,8
Efeitos	18,45	14,6	3,42	10,5	-81,5	-28,5
TEI	172,01	223,1	175,54	236,8	2,1	6,1
Débitos Directos	20,86	5,4	81,90	17,7	292,7	228,8
Multibanco	4.304,02	183,1	4.564,59	196,6	6,1	7,4
Total	5.324,06	21.743,3	5.570,91	23.318,4	4,6	7,2

Nota: A liquidação por bruto funcionou durante 255 dias em 2003 e 259 dias em 2004. O SICOI teve 249 dias de funcionamento em 2003 e 254 dias em 2004.

No que respeita à média diária de operações processadas, o SPGT registou em 2004 uma evolução positiva face a 2003, tendo sido processados, em média, cerca de 5,3 mil pagamentos por dia (desagregados em operações transnacionais e domésticas), o que representa uma taxa de crescimento de aproximadamente 5,2%. É também de salientar que, ao invés do verificado no ano transacto, o aumento observado ao nível das operações domésticas diárias foi o responsável pelo crescimento do SPGT, tendo aquelas representado um aumento de 13,7% em quantidade e 13,9% em valor. De referir que a média de operações transnacionais processadas através do SPGT sofreu em 2004 uma redução de aproximadamente 3,6% em quantidade, tendo, no entanto, registado um crescimento de 5,4% em valor.

Relativamente ao movimento do SLOD em 2004, foram liquidadas cerca de 50 mil operações com um valor de 88.498 milhões de euros, o que representou um acréscimo quer do número de operações, quer do seu montante, respectivamente de 36,7% e 34,1%.

Nos sistemas de pagamentos de retalho – operações tipicamente de baixo valor, consequentemente liquidadas através do SICOI – as Transferências Electrónicas Interbancárias (TEI), os Débitos Directos e o Multibanco registaram, de forma similar ao observado em anos anteriores, taxas de crescimento bastante positivas (cf. Quadro I.1 e Quadro I.2), o que confirma a tendência no sentido do uso dos instrumentos de pagamento electrónicos em detrimento de outros, com suporte de papel.

O resultado desta tendência pode ser comprovado pela quantidade e pelo valor dos cheques e efeitos liquidados, que registaram uma redução importante, tendo sido processados em 2004 cerca de 188 milhões de cheques (menos 12 milhões que em 2003) correspondendo a 191.193,2 milhões de euros. Ainda assim, este instrumento de pagamento continua a ser o mais representativo em termos de valor processado, aproximadamente 62% dos montantes liquidados através do SICOI.

O ano de 2004 registou, ao nível do subsistema de Efeitos, uma redução muito significativa, principalmente no que respeita ao número de operações (-81,1%). Relativamente aos montantes liquidados através do SICOI, a redução foi menos significativa (-27%). Os efeitos comerciais são cada vez mais um instrumento de pagamento residual de cobrança, representando em 2004 apenas 0,1% das quantidades e 0,9% dos valores processados através do SICOI.

Do total de operações liquidadas através do SICOI em 2004 (1.413,6 milhões de operações), cerca de 82% foram processadas através do Multibanco (cf. Quadro I.1 e I.2), que continua a ser um sistema de grande utilização, cada vez mais abrangente e de qualidade/segurança reconhecida. O Multibanco é o que se pode considerar um verdadeiro sistema de retalho, uma vez que representa 82% do total de operações do SICOI (1.159,4 milhões de operações), mas apenas 16,2% dos montantes processados (49.926,5 milhões de euros), com um valor médio de 43 euros por transacção.

Gráfico I.1

Quantidade global, em percentagem do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)

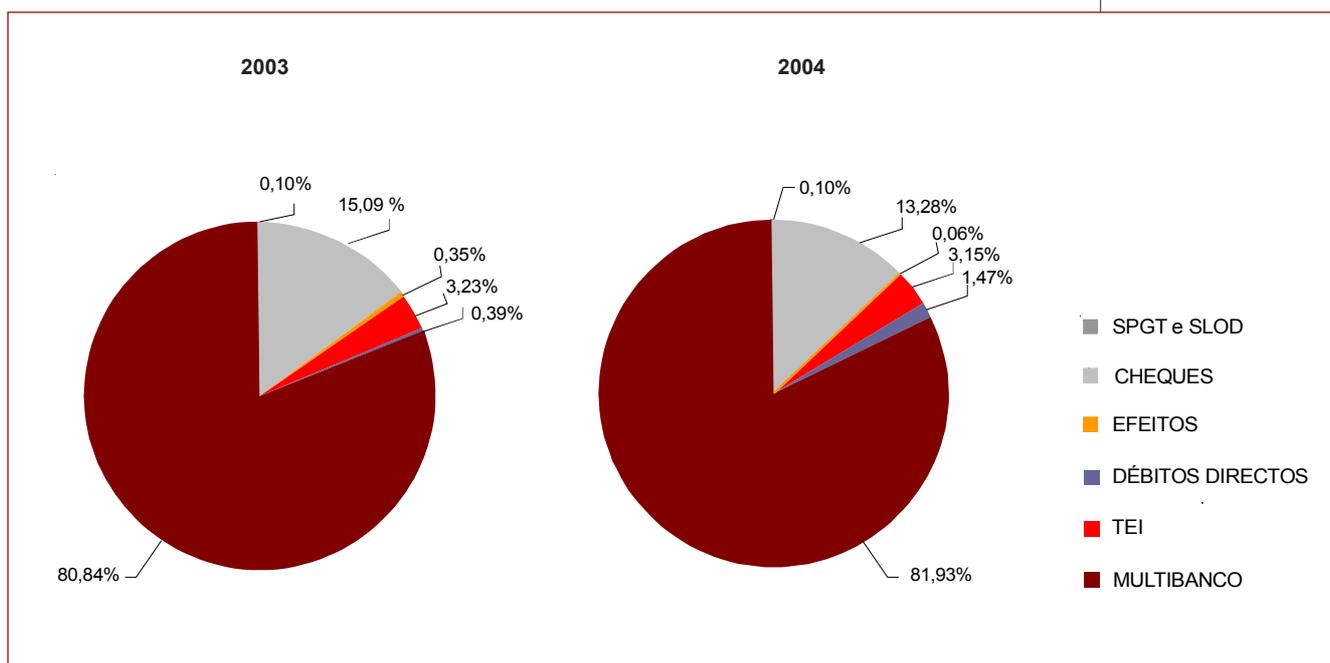
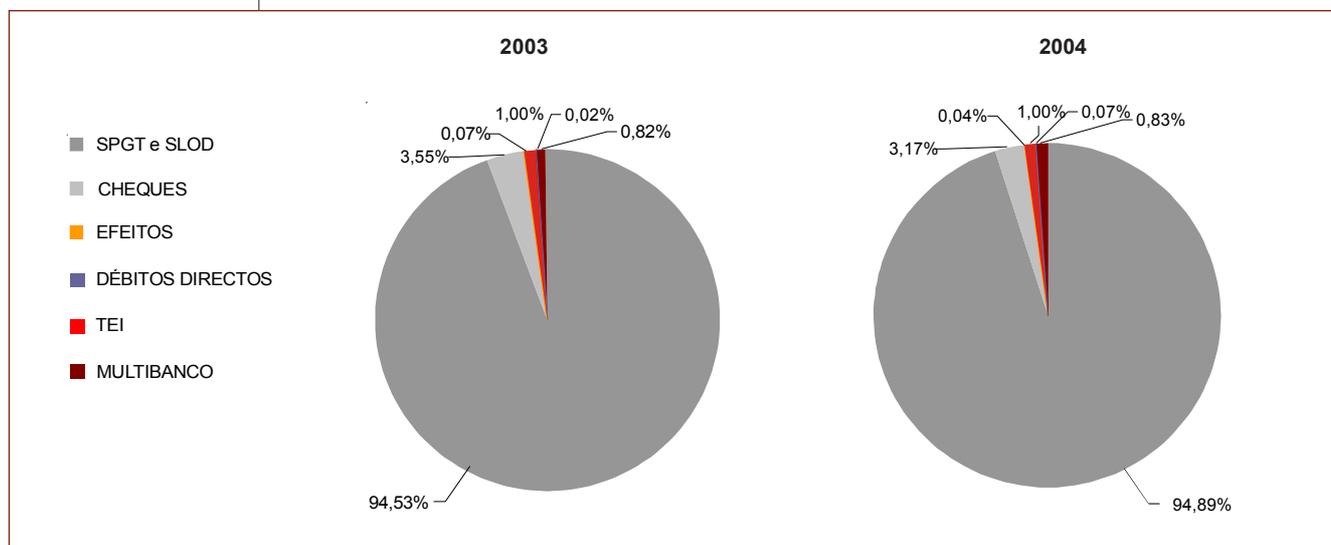


Gráfico I.2

Valor global, em percentagem do Sistema de Liquidação Interbancária (SPGT e SICOI)



O subsistema TEI, registou em 2004 uma evolução positiva, tendo sido compensadas 44,59 milhões de transferências electrónicas interbancárias, o que representa um crescimento de aproximadamente 4,1% face a 2003. No que respeita aos montantes liquidados, o crescimento foi um pouco mais significativo, aproximando-se dos 8,3%. O montante total liquidado atingiu 60.145,4 milhões de euros. De realçar que se verificou um ligeiro incremento dos valores médios das operações processadas, tendo aumentado de 1.297,10 euros em 2003 para 1.348,85 euros em 2004 (cf. Quadro I.4).

O Sistema de Débitos Directos (SDD), que é o mais recente dos instrumentos de pagamento disponibilizados pelo sistema bancário nacional, continua a verificar uma taxa de crescimento muito superior às dos outros subsistemas. Assim, o SDD registou, em 2004, um aumento de aproximadamente 300%, passando pela primeira vez desde o seu arranque em Outubro de 2000, a barreira dos 20 milhões de operações liquidadas num ano. O SDD processou em 2004 aproximadamente 20,80 milhões de operações, com um valor total de 4.504,9 milhões de euros.

Quadro I.3

Número de participantes no Sistema de Liquidação Interbancária

	Ano 2003		Ano 2004	
	Directos	Indirectos	Directos	Indirectos
Liquidação por Bruto				
SPGT	39	–	40	–
SLOD	125	–	128	–
Liquidação por Compensação - SICOI				
Cheques	29	29	29	30
Efeitos	21	15	21	15
TEI	39	19	39	20
Débitos Directos	25	10	25	11
Multibanco	23	8	23	7
Total	301	81	305	83

No ano de 2004 registou-se um ligeiro crescimento do número global de participantes nos sistemas de liquidação interbancária, sendo de realçar o incremento verificado ao nível dos participantes directos, que inverte a tendência dos últimos anos (cf. Quadro I.3). Com efeito, os dados sobre a participação no Sistema de Liquidação Interbancária, para o final de 2004, evidenciam o aumento dos participantes directos em 4 instituições e dos participantes indirectos em 2 instituições, face ao ano anterior. De notar que entre 2003 e 2004, ocorreu um acréscimo do número total de instituições participantes em todos os sistemas de liquidação interbancária (SPGT, SLOD e SICOI), registando-se um crescimento mais assinalável ao nível do SLOD. No que respeita aos participantes no SICOI, a participação directa não regista qualquer alteração no número de participantes. No que respeita à participação indirecta, registou-se um incremento de uma entidade nos subsistemas de cheques, TEI e débitos directos, e uma redução, também de uma entidade, no Multibanco.

O Quadro I.4 evidencia um decréscimo do valor médio por operação liquidada através do Sistema Débitos Directos e, em resultado deste, no SICOI em geral. No SPGT, o valor médio por operação liquidada cresceu 2,1%, enquanto no SLOD registou um aumento de 0,2%. No sistema de Efeitos, o aumento do valor médio por operação liquidada foi de 285,7%, sendo este sistema o que registou um crescimento mais significativo no valor médio por operação. No que respeita ao Multibanco, o montante médio por operação manteve-se estável, verificando-se um crescimento de apenas 1,2% face a 2003. Nos sistemas de compensação de TEI e Cheques verificou-se um crescimento moderado do valor médio por operação, sendo em ambos os casos superior a 3%.

Quadro I.4
Valor médio por instrumento de pagamento

Em euros

	Ano 2003	Ano 2004	Variação(%)
Liquidação por Bruto	3.957.829,13	4.022.216,28	1,6
SPGT	4.017.678,91	4.102.324,59	2,1
SLOD	1.866.178,02	1.869.716,11	0,2
Liquidação por Compensação - SICOI	228,73	218,18	-4,6
Cheques	983,66	1.017,26	3,4
Efeitos	792,87	3.058,29	285,7
TEI	1.297,10	1.348,91	4,0
Débitos Directos	258,63	216,54	-16,3
Multibanco	42,53	43,06	1,2
Total	4.176,78	4.263,77	2,1

Caixa 1

Evolução dos instrumentos de pagamento em Portugal

No período de catorze anos (1989-2003), a utilização dos meios monetários e dos instrumentos de pagamento em Portugal registou uma viragem significativa (cf. Gráfico I.3).

Primeiro, o rácio notas e moedas (em valor) relativamente ao PIB diminuiu cerca de 50% ao passar de 6,8% em 1989 para 3,3% em 2003, o que revela uma preferência crescente por meios e instrumentos de pagamento escriturais e electrónicos.

E segundo, relativamente ao uso dos instrumentos de pagamento escriturais/electrónicos, saliente-se a inversão da posição relativa dos cheques e dos cartões de pagamento, que são os dois instrumentos de pagamento mais utilizados pelos portugueses. Os cheques, que representavam 81% da quantidade total dos instrumentos de pagamento escriturais em 1989, passaram a representar somente 20,8% em 2003, enquanto os cartões de pagamento (débito e crédito), que tinham um peso relativo de apenas 3% em 1989, representavam já 58% em 2003. Estes dados confirmam a utilização crescente dos instrumentos de pagamento electrónicos.

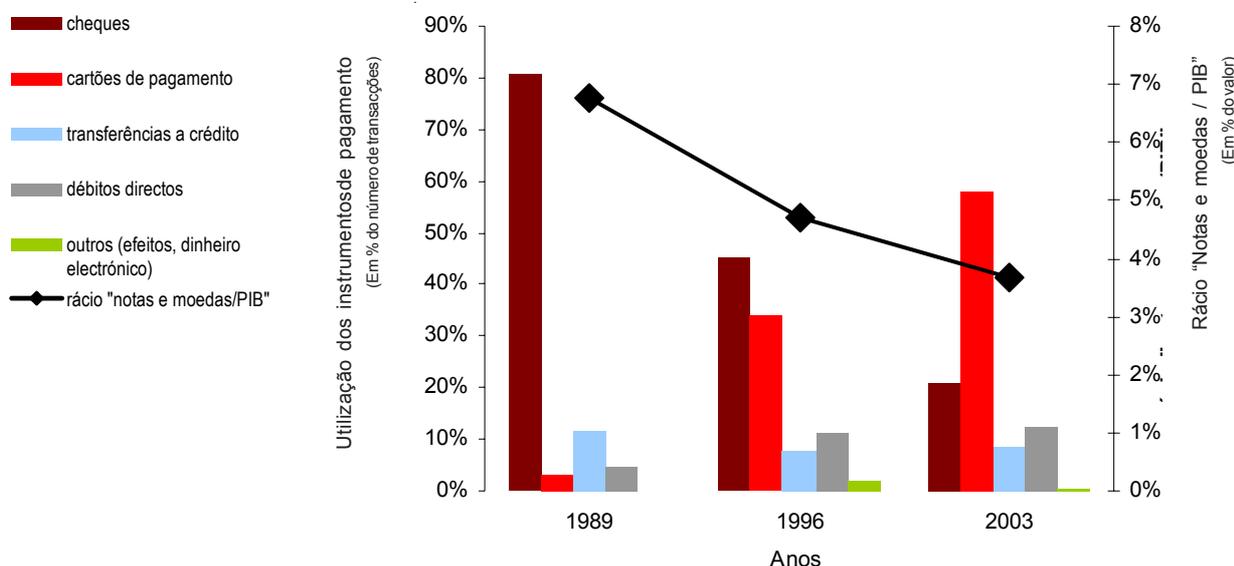
A evolução dos instrumentos de pagamento em Portugal que se acaba de descrever, foi impulsionada por vários factores. O mais determinante foi a adopção da cooperação interbancária como pilar para o desenvolvimento das infra-estruturas de pagamentos em Portugal, de que a SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços (fundada em 1983) e a rede Multibanco por si desenvolvida, são o expoente mais significativo. Esta estratégia de cooperação interbancária tem funcionado com sucesso desde o início da década de 80, quando grande parte da banca ainda estava nacionalizada, até aos dias de hoje, em que assumem uma importância crescente os factores concorrência e diferenciação. Desta forma, foi possível assistir ao rápido desenvolvimento e modernização dos sistemas de pagamentos em Portugal.

Nota:

Rácio de “notas e moedas / PIB” referente a 2003 foi estimado com base na emissão monetária em Dezembro do referido ano, deduzida do numerário denominado em euros na posse de IFM residentes e dos direitos de emissão de euros cedidos.

Gráfico I.3

Evolução dos instrumentos de pagamento em Portugal



Os marcos mais relevantes no desenvolvimento dos instrumentos e sistemas de pagamentos em Portugal foram: (1) a criação do serviço Multibanco em 1985; (2) o início da compensação electrónica interbancária (cheques) em 1989; (3) o início da utilização da via verde nas auto-estradas em 1991; (4) a implementação do sistema de Transferências Electrónicas Interbancárias em 1992; (5) a criação do Porta Moedas Multibanco em 1995; (6) a entrada em funcionamento do SPGT em 1996; (7) a extinção da Compensação Tradicional em 1998; (8) a ligação do SPGT ao TARGET em 1999; (9) a disponibilização do Sistema de Débitos Directos em 2000 e (10) a entrada em funcionamento da Circulação Interbancária de Imagens de Cheques e extinção dos Centros de Troca Física de documentos, em 2003.

Caixa 2

Acontecimentos significativos em 2004

Janeiro	No dia 1, entra em vigor o Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2003, sobre “Cobranças por Débito em Conta”, bem como o novo tarifário interbancário do Sistema de Débitos Directos (SDD), baseado em escalões de quantidade.
Fevereiro	No dia 2, entram em vigor duas alterações ao Sistema de Débitos Directos (SDD): retirada das “tarifas de sinistralidade” e uniformização do período de cobrança.
Março	No dia 22, ocorre a migração do Mercado de Derivados para a Clearnet Paris e, consequentemente, a liquidação financeira efectuada às 9h30 é extinta.
Abril	No dia 1, entram em vigor novas funcionalidades no subsistema de TEI: novos códigos de operação para pagamentos da Segurança Social e do Centro Nacional de Pensões, e ainda o mecanismo de pedidos de devolução no âmbito do controlo de duplicações de transferências; No dia 2, é efectuado o 1.º teste, em real, ao Plano de Continuidade de Negócio/Plano de Recuperação em Caso de Catástrofe, com o SPGT a cumprir um dia completo de funcionamento no centro alternativo do BP.
Maio	No dia 5, é aprovado pelo Conselho de Governadores do BCE o <i>assessment</i> dos Sistemas de Pagamentos de grande montante, de acordo com os “ <i>Core Principles for Systemically Important Payment Systems</i> ”; Por iniciativa do GTI/Cobranças, tem lugar em Madrid, no dia 27, uma reunião conjunta entre representantes dos sistemas bancários de Espanha e Portugal, tendo sido explorada a possibilidade de se definir um esquema para a execução de débitos directos entre os dois países com regras harmonizadas. No entanto, não foi dada prioridade a este projecto, perspectivando-se que a criação de um sistema pan-europeu de cobranças venha a colmatar esta lacuna.
Junho	No dia 14 é implementada a <i>release</i> do TARGET de 2004. Esta <i>release</i> compreendeu a extensão da validação do IBAN a seis novos países - Chipre, Hungria, Lituânia, Eslovénia, Malta e República Checa.
Julho	No dia 2 é efectuado o 2.º teste, em real, ao Plano de Continuidade de Negócio/Plano de Recuperação em Caso de Catástrofe, com o SPGT a cumprir um dia completo de funcionamento no centro alternativo do BP; No dia 22 é aprovado pelo Conselho de Governadores do BCE o 2.º Relatório de Progresso sobre o TARGET2.

Outubro	<p>No âmbito do projecto TARGET2, é disponibilizado ao Grupo Piloto do SPGT, para comentários, o documento <i>User Detailed Functional Specifications</i>;</p> <p>É lançado o n.º 6 da colecção de “Cadernos do Banco de Portugal”, subordinado ao tema “Cartões Bancários”.</p>
Novembro	<p>No dia 9, tem lugar uma reunião interbancária, promovida pelo Grupo de Trabalho Interbancário das TEI, para apresentação do plano de interligação do sistema bancário nacional com a PE-ACH (<i>Pan-European Automated Clearing House</i>);</p> <p>No dia 17, são realizadas sessões de apresentação do Sistema de Débitos Directos (SDD), por iniciativa do Grupo de Trabalho Interbancário das Cobranças, conjuntamente entre bancos e entidades credoras, com o objectivo de promover a captação de um maior número de clientes devedores para o SDD. As sessões realizadas focaram aspectos de “marketing” e promoção institucional do SDD, bem como aspectos de carácter técnico a ser alvo de aperfeiçoamentos;</p> <p>No dia 26, é divulgada pela Comissão Europeia a versão n.º 5 do documento <i>New Legal Framework for Payments in the Internal Market</i>, com vista à recolha de novos contributos e comentários por parte do Eurosistema, dos bancos e de outros intervenientes.</p>
Dezembro	<p>No dia 2, é aprovado pelo <i>Governing Council</i> do BCE o 3.º Relatório de Progresso sobre a SEPA – <i>Single Euro Payments Area</i>;</p> <p>No dia 10, o Plenário do EPC-<i>European Payments Council</i> – aprova uma versão reformulada do <i>Roadmap</i> originalmente definido, para que seja possível alcançar-se a implementação prática do conceito de SEPA até ao final de 2010. São detalhadas em pormenor as etapas que será necessário cumprir no âmbito das diferentes áreas e instrumentos de pagamento envolvidos, no entendimento do EPC;</p> <p>A 16 de Dezembro é aprovado pelo Conselho de Governadores o 3.º Relatório de Progresso sobre o TARGET2;</p> <p>No dia 17, a CISP aprova formalmente a criação de um Grupo de Trabalho Interbancário sobre Cartões Bancários. Aprova também os Planos de Actividades dos diversos GTI para 2005;</p> <p>É realizada, no dia 21 de Dezembro, uma reunião com o grupo piloto do SPGT, para apresentação do plano detalhado dos trabalhos a efectuar até ao lançamento do TARGET2 em Janeiro 2007.</p>

CAPÍTULO II *Sistema de Liquidação por Bruto*

II.1 SPGT

O Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções (SPGT), que iniciou o seu pleno funcionamento em 30 de Setembro de 1996, é um dos 15 sistemas nacionais de liquidação por bruto em tempo real que integram o TARGET desde 4 de Janeiro de 1999. O objectivo principal do sistema TARGET consiste em disponibilizar uma plataforma operacional para processar eficientemente os movimentos relativos à execução da política monetária e permitir pagamentos *cross-border* em euros (transferências interbancárias e de clientes) entre os países da União Europeia.

No SPGT são processados obrigatoriamente todos os pagamentos domésticos acima de um determinado valor (pagamentos de grande montante), permitindo desta forma assegurar adequadamente a contenção do risco sistémico (crédito e liquidez) no sistema de pagamentos português.

No que respeita ao funcionamento do SPGT, é de referir que, durante o ano de 2004, foram consolidados os ajustamentos técnicos e informáticos na plataforma do Banco de Portugal, nomeadamente os associados à implementação do seu Centro Alternativo, essencial na activação de um PCN/PRCC (Plano de Continuidade de Negócio/Plano de Recuperação em Caso de Catástrofe) em situações de desastre ou contingência grave. Os ajustamentos na estrutura informática do Banco de Portugal repercutiram-se em algumas ocorrências anómalas verificadas durante o ano, que afectaram a disponibilidade de serviço observado no sistema nacional. O segmento TARGET/Interlinking reflectiu o impacto destas ocorrências ao baixar de 100% de disponibilidade, no ano anterior, para 99,86% no ano de 2004. A disponibilidade global do TARGET ao nível de toda a zona euro continua a apresentar, à semelhança do que se tem verificado nos anos anteriores, uma evolução positiva, progredindo de 99,79% em 2003 para 99,81% em 2004.

Relativamente aos procedimentos de contingência, foram realizados os testes regulares, tanto na vertente doméstica como na vertente transnacional. Na vertente doméstica, em Março e Outubro, foram efectuados testes regulares do circuito de emergência (via SWIFT e Fax) com todos os participantes SPGT. É ainda de salientar que pela primeira vez, nos dias 2 de Abril e 2 de Julho, foram efectuadas simulações em tempo real de activação do PCN/PRCC, com o SPGT a cumprir um dia completo de funcionamento a partir do Centro Alternativo. Ainda no âmbito dos procedimentos de contingência domésticos, a monitorização do SPGT foi efectuada trimestralmente a partir de uma 2ª sala de controlo do SPGT, com o objectivo de manter operacional mais um espaço alternativo de contingência, que possibilite a gestão do sistema em caso de avaria da sala principal de controlo do sistema.

Na vertente transnacional, foram efectuadas sessões de testes de contingência com outros Bancos Centrais Nacionais, nos meses de Março, Abril, Setembro e Dezembro, com os sistemas em pleno funcionamento e com recurso à utilização dos canais alternativos de contingência (SWIFT e Fax). São ainda de mencionar (a) os testes efectuados aos ficheiros de recuperação e os testes de verificação da capacidade dos BCNs processarem em contingência os volumes de pagamentos definidos como críticos, em 29 de Março e 2 de Abril, e (b) os testes de volume do SPGT com o BCE realizados em ambiente de testes, em 6 de Maio.

Durante o ano de 2004 são ainda de salientar a disponibilização do Serviço de Consultas Directas ao SPGT através da plataforma BpNet e, a partir de 29 de Abril, a integração do

circuito BP-SIBS na referida plataforma. Foram também revistos os esquemas de reporte entre o BP e a SIBS em caso de ocorrência de falhas no referido circuito. No âmbito da manutenção da aplicação central do SPGT, foi introduzida uma nova funcionalidade que permite, em caso de disrupção grave no canal BP-SIBS, a activação/desactivação geral do circuito de emergência pelo BP, com reflexos informativos nas Consultas Directas ao SPGT, e ainda melhorias na prevenção de duplicações de pagamentos por utilização de processos manuais de excepção em contingência. Paralelamente, foi actualizado o Manual de Procedimentos do SPGT, com revisão dos procedimentos de emergência em casos de falha no período interbancário ou, noutras situações, que impliquem a possibilidade de activação geral do circuito de emergência pelo BP. Foram, ainda, especificados os termos do acordo para a liquidação financeira no sistema PEXSettle, criado a partir da iniciativa de alguns bancos nacionais, e cujo arranque se espera que ocorra em 2005.

A *release* 2004 do TARGET, implementada em 14 de Junho, apenas contemplou a extensão da validação do IBAN para alguns novos países. Procedeu-se ainda à especificação e arranque do tratamento de dados agregados, referentes à utilização de crédito intradiário no TARGET actual e à revisão da *statistical framework*, com implementação prevista apenas para o TARGET2.

Quanto ao TARGET2, o ano de 2004 foi essencialmente marcado por trabalhos de especificação, especialmente no domínio da avaliação de questões técnicas e funcionais (*GFS/General Functional Specifications* e *UDFS/User Detailed Functional Specifications*) decorrentes da proposta dos bancos centrais da Alemanha, França e Itália. Adicionalmente, continuaram a ser estudados aspectos sobre a futura governação da SSP, organização interna do Eurosistema relacionada com o TARGET2, e custos previstos com a construção da SSP.

No âmbito da preparação para o TARGET2, foram promovidas reuniões com o Grupo Piloto do SPGT (independentemente da divulgação a todos os participantes do SPGT das especificações gerais e detalhadas disponíveis sobre o TARGET2). Assim, em Maio, o Grupo Piloto do SPGT endereçou uma carta ao Banco de Portugal e ao BCE sobre a sua posição face ao TARGET2. Em Julho foi definida e aprovada pelo Banco de Portugal a estratégia de migração em duas fases, acordada entre o BP e as Instituições de Crédito. Numa 1ª fase (2007) manter-se-ão a maior parte das infra-estruturas associadas ao actual SPGT, com o Banco de Portugal a participar directamente no TARGET2, representando as Instituições de Crédito (participantes indirectos) que o desejarem. Numa 2ª fase (entre 2007 e final de 2010) serão extintas as facilidades domésticas assentes no SPGT e todo o processamento de pagamentos e liquidações interbancárias terá de ser orientado directamente para a SSP. Em reunião realizada em Outubro, o Grupo Piloto do SPGT assumiu esta estratégia, devendo propor posteriormente ao Banco de Portugal a data mais adequada para o arranque da 2ª fase de migração, no seguimento de uma análise das soluções de ligação dos diversos sistemas nacionais à SSP.

Por último, refira-se que foram aprovados pelo Eurosistema, o 2º e o 3º Relatórios de Progresso sobre o TARGET2, em 22 de Julho e 16 de Dezembro, respectivamente, com informação sobre os *core services* da SSP, alguns pontos relativos ao financiamento do projecto, aspectos contratuais, política de preços e de governação da plataforma partilhada, para além de um plano global para a migração dos sistemas existentes.

Analisando a evolução registada em 2004 ao nível do SPGT, é de referir que este sistema processou cerca de 1,37 milhões de operações num valor de 5.636.475 milhões de euros, o que representa um aumento de 6,8% em quantidade e de 9,1% em valor (cf. Quadro I.1).

Gráfico II.1

Evolução em quantidade de operações domésticas e transnacionais no SPGT

Em milhares

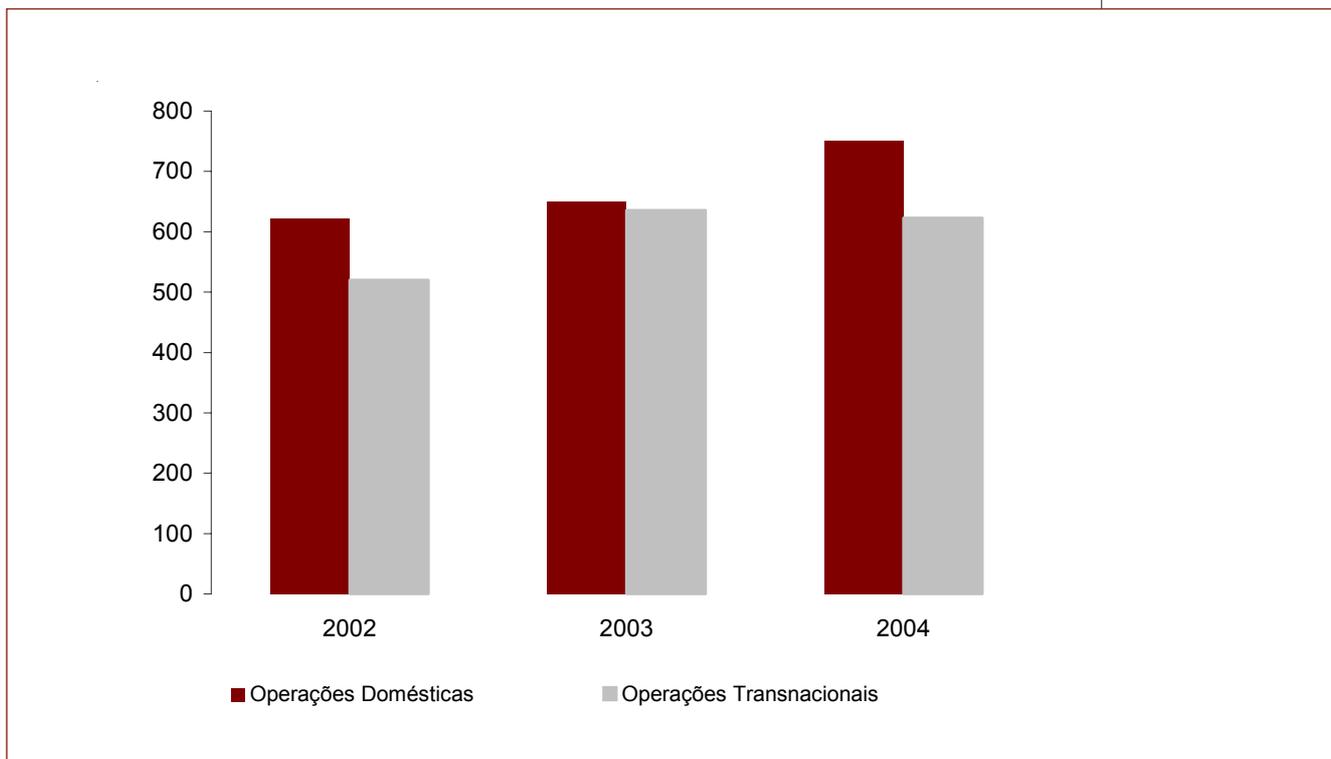
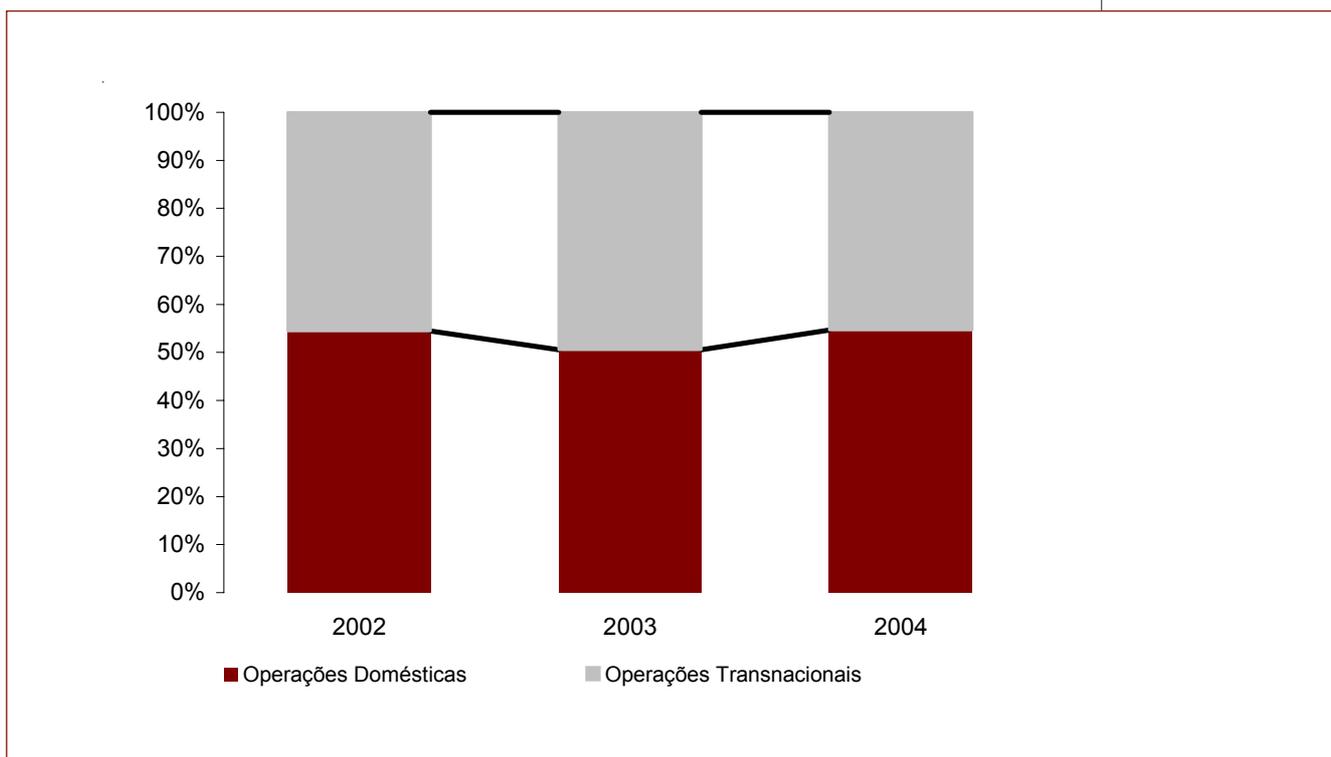


Gráfico II.2

Número de operações domésticas e transnacionais no SPGT



Através do SPGT são processadas operações domésticas e transnacionais, sendo as últimas, até ao ano de 2001, em número claramente superior às primeiras. No entanto, no ano de 2002, devido essencialmente à redução do limite mínimo a partir do qual as operações têm de ser processadas através do SPGT de 500 para 100 mil euros, registou-se um crescimento significativo no número de operações domésticas, passando estas a representar mais de 50% das quantidades e perto de 40% dos montantes (cf. Gráfico II.1, II.2, II.3 e II.4).

Em 2003 verificou-se um novo aumento relativo do número de operações transnacionais, registando-se assim um quase equilíbrio entre ambas (o número das operações domésticas superou ligeiramente os das operações transnacionais). Verificou-se, no entanto, uma redução do peso relativo dos montantes envolvidos nas operações domésticas no total de montantes processados através do SPGT (de 37,4% em 2002 para 23,5% em 2003).

Em 2004 verificou-se um ligeiro aumento do peso relativo do número e valor de operações domésticas, aproximando-se da proporção registada em 2002. A evolução registada em 2004 é resultado de um aumento das operações domésticas de aproximadamente 15,5%, tendo sido processadas 750.917 operações, e de uma diminuição de 2% no número de operações transnacionais efectuadas, tendo sido processadas 623.054 destas operações. Esta variação é essencialmente explicada pelas operações recebidas do Sistema de Liquidação *Real Time* da Euronext Lisbon, cuja ligação ao SPGT foi estabelecida em Novembro de 2003, e cujo funcionamento, durante o ano de 2004, teve como consequência um aumento de cerca de 100.000 operações que passaram a liquidar no sistema, numa base individual. Face a este aumento, a extinção da liquidação financeira do Mercado de Derivados, em Março de 2004, em consequência da migração para a Clearnet Paris, não teve qualquer impacto nas quantidades transaccionadas pelo sistema.

Na vertente transnacional, verificou-se uma contracção nas quantidades globais transaccionadas, explicada principalmente pela diminuição registada nos pagamentos de clientes transnacionais enviados, face à alteração de comportamento de alguns participantes SPGT, com especial incidência durante o segundo semestre de 2004. É de referir que a variação nos montantes transaccionados não acompanhou a tendência verificada nas quantidades transaccionadas, apresentando um crescimento global de 7%, explicado pelo aumento médio do valor nos pagamentos interbancários processados.

Gráfico II.3

Evolução em valor de operações domésticas e transnacionais no SPGT

Em milhões de euros

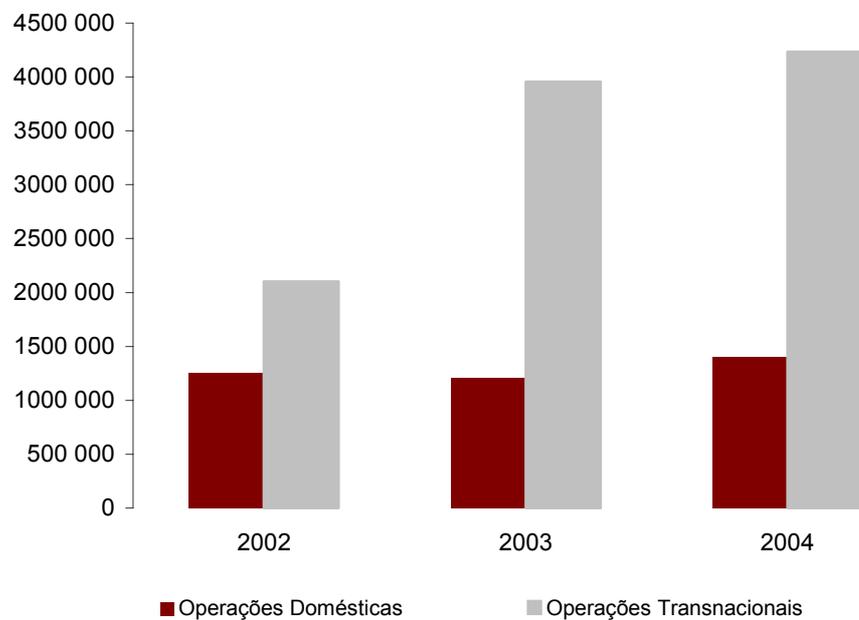
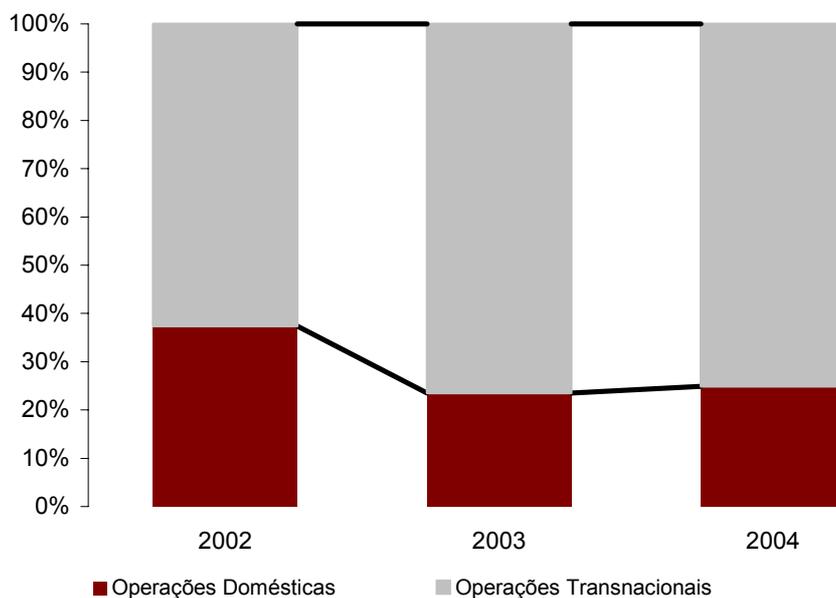


Gráfico II.4

Valor de operações domésticas e transnacionais no SPGT



Analisando as operações domésticas (aquelas que originam uma ordem de pagamento e/ou recebimento com impacto exclusivo em contas de liquidação do participante SPGT e/ou SLOD), é de referir que, em 2004, a maioria destas operações foi proveniente dos sistemas auxiliares (68,6% em quantidade e 47,0% em valor). As mesmas corresponderam, no essencial, à liquidação dos saldos dos sistemas de compensação, às operações processadas pelo sistema de mercados do Banco de Portugal, às operações de Bolsa e ainda à liquidação dos cheques e débitos directos de grande montante¹.

Quadro II.1**Movimento global do SPGT – Operações domésticas em 2004**

Quantidade em unidades
Valor em milhões de EUR

Mês	Operações dos sistemas de origem do BP		Operações ordenadas pelo canal SPGT		Total de Operações Domésticas	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	42.954	59.312,1	18.316	61.090,7	61.270	120.402,8
Fevereiro	40.565	46.041,6	16.395	37.362,5	56.960	83.404,1
Março	48.349	54.520,1	19.713	51.263,9	68.062	105.784,0
Abril	40.279	53.667,4	19.527	58.028,2	59.806	111.695,6
Mai	40.675	48.858,0	19.469	57.810,8	60.144	106.668,8
Junho	41.461	55.438,9	20.228	56.626,9	61.689	112.065,8
Julho	43.094	61.886,8	20.314	75.041,5	63.408	136.928,3
Agosto	40.461	56.676,0	18.793	63.078,8	59.254	119.754,8
Setembro	40.160	54.742,2	19.068	54.216,5	59.228	108.958,7
Outubro	40.947	49.043,1	19.283	63.940,4	60.230	112.983,5
Novembro	47.034	58.836,8	20.702	64.428,7	67.736	123.265,5
Dezembro	49.459	60.750,9	23.671	101.338,8	73.130	162.089,7
Total	515.438	659.773,9	235.479	744.227,7	750.917	1.404.001,6
Média Diária	1.990	2.547,4	909	2.873,5	2.899	5.420,9
Por memória (2003):						
Total	432.600	626.667,6	217.764	587.027,4	650.364	1.213.695,0
Média Diária	1.696	2.457,5	854	2.302,1	2.550	4.759,6

As operações domésticas ordenadas pelos participantes através do canal SPGT incluem as transferências interbancárias de banco para banco, por conta de clientes e de/para o Tesouro, tendo atingido 235.479 transacções e 744.227,7 milhões de euros em 2004 (cf. Quadro II.1).

Neste total de operações domésticas estão, ainda, incluídos cerca de 268,2 mil cheques de grande montante, com um valor de 112.600 milhões de euros (cf. Quadro II.2). Isto significa que, em 2004, foi liquidada uma média diária de 1.056 cheques de grande montante, correspondentes a 443,3 milhões de euros por dia. Estes números evidenciam, face ao ano de 2003, um ligeiro crescimento do número de cheques de grande montante processados, muito embora em termos globais os cheques tenham decrescido de forma significativa.

(1) Consideram-se cheques e débitos directos de grande montante os de valor unitário igual ou superior a 100 mil euros.

O mês em que foi processado um maior número de cheques de grande montante foi Dezembro, correspondendo igualmente ao maior valor liquidado. De referir que das 268,2 mil operações processadas cerca de 2,46 mil correspondem a devoluções de cheques de grande montante (aproximadamente 0,9% dos apresentados).

Quadro II.2**Cheques de grande montante em 2004**

Quantidade em unidades
Valor em milhões de EUR

Mês	Apresentados		Devolvidos ⁽¹⁾		Total	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	22.332	10.031,9	205	123,5	22.537	10.155,4
Fevereiro	19.420	8.056,9	177	54,9	19.597	8.111,8
Março	22.664	9.128,2	175	108,0	22.839	9.236,2
Abril	20.646	8.788,8	155	57,0	20.801	8.845,8
Mai	21.704	8.795,1	201	67,0	21.905	8.862,1
Junho	22.633	9.395,7	254	152,3	22.887	9.548,0
Julho	23.574	9.972,2	258	63,7	23.832	10.035,9
Agosto	21.635	8.948,8	263	66,5	21.898	9.015,3
Setembro	21.642	8.796,8	151	36,4	21.793	8.833,2
Outubro	21.348	8.328,2	165	34,9	21.513	8.363,1
Novembro	22.367	9.423,8	219	45,7	22.586	9.469,5
Dezembro	25.756	12.064,3	240	59,9	25.996	12.124,2
Total	265.721	111.730,7	2.463	869,8	268.184	112.600,5
Média Diária	1.046	439,9	10	3,4	1.056	443,3
Por memória (2003):						
Total	259.884	113.053,2	2.182	847,8	262.066	113.901,0
Média Diária	1.044	454,0	9	3,4	1.052	457,4

(1) Inclui as devoluções e as devoluções de devoluções

Os Débitos Directos de grande montante, embora com uma expressão menos significativa, estão igualmente incluídos no total de operações domésticas. Este tipo de operações começou a ser processado apenas em Outubro de 2003, tendo registado desde então um crescimento sustentado, como pode ser comprovado pelas 117 operações, no valor de 29.176,7 mil euros, processadas em Dezembro de 2004 (valor mais elevado até àquela data) (cf. Quadro II.3).

Quantidade em unidades
Valor em milhares de EUR

Quadro II.3**Débitos Directos de grande montante em 2004**

Mês	Apresentados	
	Quantidade	Valor
Janeiro	45	12.310,4
Fevereiro	40	6.009,4
Março	49	13.208,7
Abril	45	12.156,7
Maio	71	14.657,6
Junho	73	15.665,7
Julho	91	19.011,8
Agosto	87	20.861,4
Setembro	106	25.625,9
Outubro	94	21.718,4
Novembro	110	28.937,9
Dezembro	117	29.176,7
Total	928	219.340,6
Média Diária	4	863,5
Por memória (2003):		
Outubro	12	3.597,4
Novembro	14	6.994,6
Dezembro	25	7.881,9

Nota: O processamento de Débitos Directos de grande montante apenas teve o seu início em Outubro de 2003

As operações transnacionais são aquelas que, ordenadas por/ou a favor de um participante SPGT, originam um pagamento/recebimento em euros numa conta de liquidação num BCN da UE. O SPGT enviou 305.511 operações para o TARGET e recebeu 317.543 pagamentos do TARGET, os quais representam um crescimento de 5,3% nas operações recebidas e uma redução de 8,7% nas enviadas. As operações enviadas para o TARGET ascenderam a 2.119.869,9 milhões de euros e as recebidas 2.112.603,4 milhões de euros, o que representa um crescimento de 7,4% e 6,7%, respectivamente (cf. Quadro II.4).

Quadro II.4

Movimento global do SPGT – Operações transnacionais em 2004

Quantidade em unidades
Valor em milhões de EUR

Mês	Operações enviadas para o TARGET		Operações recebidas do TARGET		Total de Operações Transnacionais	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	26.188	282.384,4	24.698	275.674,2	50.886	558.058,6
Fevereiro	24.574	161.027,3	24.414	160.353,8	48.988	321.381,1
Março	30.514	202.135,4	28.498	201.603,4	59.012	403.738,8
Abril	25.708	184.484,1	26.318	183.941,7	52.026	368.425,8
Maiο	24.525	125.376,9	25.348	125.182,7	49.873	250.559,6
Junho	24.665	170.963,6	28.400	170.529,7	53.065	341.493,3
Julho	25.409	184.992,1	28.080	184.947,1	53.489	369.939,2
Agosto	22.470	167.207,3	24.597	167.598,5	47.067	334.805,8
Setembro	25.316	151.612,7	25.664	150.211,0	50.980	301.823,7
Outubro	24.601	141.879,7	26.429	142.645,8	51.030	284.525,5
Novembro	25.330	164.342,7	28.362	163.253,3	53.692	327.596,0
Dezembro	26.211	183.463,7	26.735	186.662,2	52.946	370.125,9
Total	305.511	2.119.869,9	317.543	2.112.603,4	623.054	4.232.473,3
Média Diária	1.180	8.184,8	1.226	8.156,8	2.406	16.341,6
Por memória (2003):						
Total	334.557	1.974.986,5	301.476	1.979.648,7	636.033	3.954.635,2
Média Diária	1.312	7.745,0	1.182	7.763,3	2.494	15.508,4

Nas operações transnacionais enviadas para o TARGET pelo SPGT (cf. Quadro II.5), as transações interbancárias asseguraram 35,8% do número de operações e 98,4% do seu valor, enquanto os pagamentos de clientes foram responsáveis por 64,1% da quantidade e 1,6% do valor, correspondendo a parte remanescente a transferências entre BCNs. Ainda neste âmbito, é de referir que, face a 2004, se observou um aumento dos valores processados através de cada uma das três rubricas, apesar da redução registada em termos de número de operações.

Quantidade em unidades
Valor em milhões de EUR

Quadro II.5**Operações transnacionais enviadas para o TARGET pelo SPGT**

	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Interbancárias	117.509	1.949.273,9	109.496	2.085.410,2	-6,8	7,0
Clientes	216.909	25.003,2	195.888	33.133,6	-9,7	32,5
Inter-BCNs	139	709,2	127	1.326,3	-8,6	87,0
Total	334.557	1.974.986,3	305.511	2.119.870,1	-8,7	7,3
Média Diária	1.312	7.745,0	1.180	8.184,8	-10,1	5,7

Quantidade em unidades
Valor em milhões de EUR

Quadro II.6**Operações transnacionais recebidas do TARGET no SPGT**

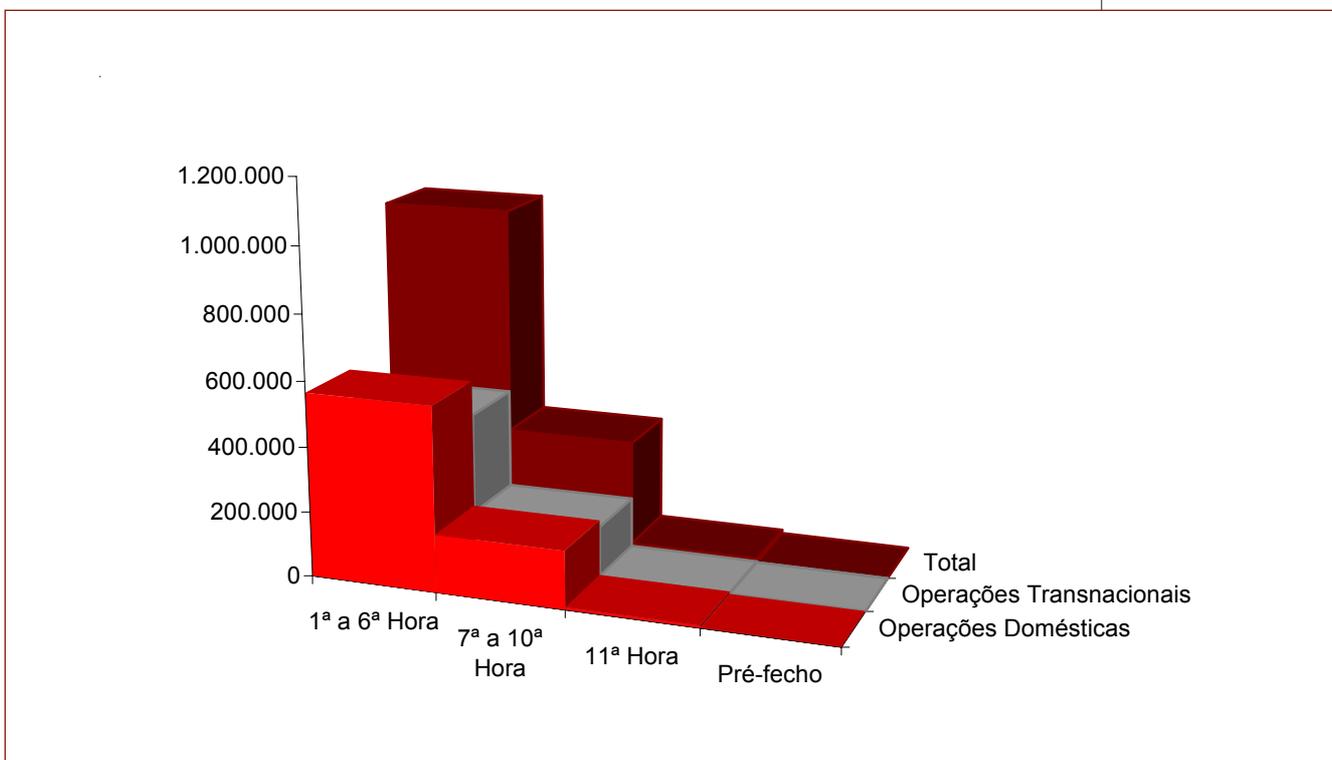
	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Interbancárias	126.069	1.929.764,9	109.851	2.074.200,1	-12,9	7,5
Clientes	175.221	49.687,6	207.428	37.893,1	18,4	-23,7
Inter-BCNs	186	196,3	264	510,1	41,9	159,9
Total	301.476	1.979.648,8	317.543	2.112.603,3	5,3	6,7
Média Diária	1.182	7.763,3	1.226	8.156,8	3,7	5,1

Relativamente aos pagamentos transnacionais recebidos no SPGT via TARGET, a repartição é em tudo idêntica à das operações enviadas, mas com um peso ligeiramente superior das operações de clientes. Assim, cerca de 98,2% em termos de valor e 34,6% em termos de quantidade corresponderam a transacções interbancárias (cf. Quadro II.6). Os pagamentos de clientes foram responsáveis por 65,3% da quantidade, mas apenas por 1,8% do valor. O restante correspondeu a pagamentos inter-BCNs. É de realçar que se registou no ano transacto um aumento significativo do número de operações de clientes recebidas no SPGT através do TARGET, tendo sido registado um crescimento superior a 18%, correspondente a um aumento de aproximadamente 32 mil operações.

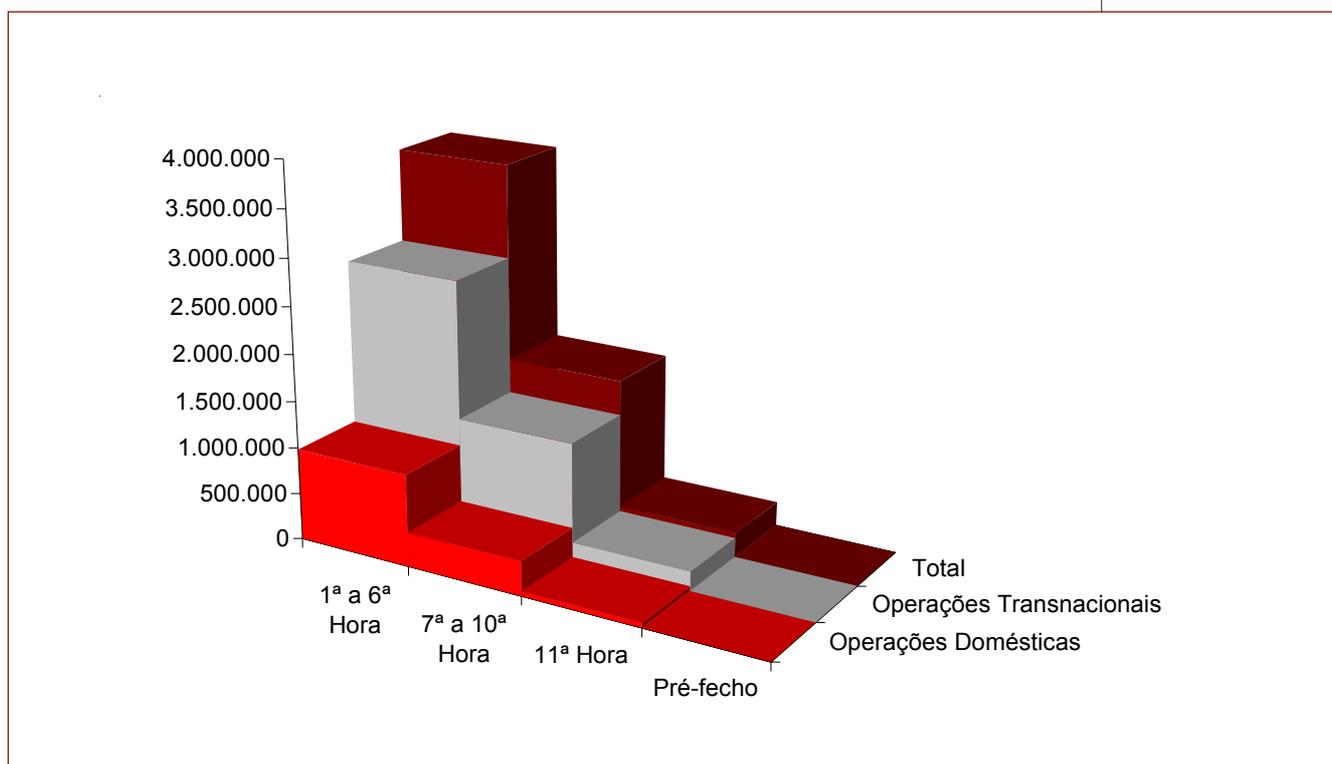
Gráfico II.5

SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2004

Quantidade em unidades



Valor em milhões de euros



O preçário do SPGT estabelece valores diferenciados consoante os períodos de liquidação das operações. Esta diferenciação por períodos de liquidação visa a redução do risco sistémico, penalizando as operações liquidadas tardiamente e incentivando, desse modo, os participantes no sistema a liquidar as suas operações o mais cedo possível. Esta solução procura evitar a acumulação de pagamentos no período de pré-fecho e a prevenir a insuficiência de liquidez nas primeiras horas do dia seguinte (cf. Quadro II.7 e Gráfico II.5). Os dados permitem concluir que durante o ano de 2004, nas primeiras 6 horas de funcionamento (entre as 6 horas da manhã e as 12 horas) foram processados 74,8% das quantidades e 66,2% dos valores dos pagamentos. No final da 10ª hora de funcionamento, o SPGT já tinha liquidado 99,2% dos pagamentos processados e 95,3% do seu montante.

Quadro II.7**SPGT – Liquidação de operações por período de funcionamento em 2004**

Em percentagem

	Domésticas		Transnacionais		Total	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Período Normal ⁽¹⁾						
1ª à 6ª Hora	75,26	70,07	74,15	64,88	74,75	66,18
7ª à 10ª Hora	23,69	26,16	25,26	30,14	24,40	29,15
Período Interbancário						
11ª Hora	1,02	3,74	0,57	4,95	0,82	4,64
Período Pré-Fecho	0,03	0,03	0,02	0,03	0,03	0,03
Total	100	100	100	100	100	100

(1) Transferências Interbancárias e de Clientes.

II.2 SLOD

O Sistema de Liquidação de Outros Depositantes (SLOD) foi criado com o objectivo de manter as facilidades de acesso a contas do Banco de Portugal por parte das instituições não elegíveis como participantes no SPGT. O SLOD engloba, assim, os depositantes do Banco de Portugal que não participam no SPGT por não cumprirem os requisitos mínimos, necessariamente mais exigentes e selectivos. Este sistema registou, tal como no ano transacto, um crescimento significativo no que respeita à quantidade de operações processadas (36,7%) e ao montante total (34,1%) (cf. Quadro I.1). Este comportamento conduziu a um aumento do valor médio unitário dos pagamentos SLOD de 1.866.178 euros em 2003 para 1.869.716 euros em 2004, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 0,19% (cf. Quadro I.4). A evolução referida reflecte-se também nos valores das médias diárias, que aumentaram, tanto em quantidade como em valor. No final de 2004, o SLOD tinha 128 participantes, contra 125 no final de 2003.

II.3 TARGET

Em 2004, é de salientar o progresso observado no desenvolvimento do projecto TARGET2, encontrando-se praticamente concluída, com a publicitação das *User Detailed Functional Specifications*, a fase de pré-projecto. As restantes fases do projecto encontram-se delineadas, mantendo-se 2007 como o horizonte de arranque do novo TARGET.

O Banco de Portugal, cumprindo os seus compromissos no âmbito do SEBC e tendo em conta o PCN/PRCC adoptado internamente, activou o seu Centro Alternativo em Casos de Catástrofe, com incidência especial na operacionalidade do SPGT/TARGET, considerado o sistema com maior criticidade pelo seu impacto no funcionamento do sistema financeiro nacional no seu todo.

Ao longo de 2004, o TARGET esteve encerrado no dia de Ano Novo, Sexta-Feira Santa, segunda-feira a seguir à Páscoa, 1º de Maio (Dia do Trabalhador), dia de Natal e dia 26 de Dezembro, assim como em todos os sábados e domingos, conforme definido no seu calendário.

Ao nível da utilização do TARGET, é de salientar o diálogo permanente entre o BCE e BCNs por um lado e os bancos participantes por outro, tendo sido efectuadas reuniões regulares com os grupos de utilizadores nacionais. Além disso, durante o ano de 2004 foram realizadas, ao nível do Eurosistema, três reuniões do Grupo de Contacto sobre a Estratégia dos Pagamentos em Euros (COGEPS), onde se incluiu a discussão de algumas questões relacionadas com o TARGET. Estas reuniões visam obter uma maior capacidade de resposta dos BCNs e do BCE às necessidades manifestadas pelos participantes do mercado.

O TARGET manteve-se, em 2004, como o sistema preferido para liquidação dos pagamentos de grande montante em euros. Assim, no ano transacto, cerca de 87,7% dos valores e 57,9% das operações de grande montante, foram processados através deste sistema (cf. Quadro II.8 e Gráfico II.6). Estes números reflectem um ligeiro aumento do peso relativo do TARGET em termos de quantidade e valor. De 2003 para 2004, enquanto que o TARGET registou um crescimento ligeiro no seu tráfego (3,9% em quantidade e 5,5% em valor), o EURO 1 registou um crescimento em quantidade assinalável de aproximadamente 7,4%, muito embora tenha registado uma redução do valor total liquidado de 1,4%. Por outro lado, o Pankkien On-line Pikasiirrot ja Sekit-järjestelmä (POPS) e o Paris Net Settlement (PNS) sofreram uma redução importante da ordem dos 7,8% para o primeiro e 4,4% para o segundo. Quanto ao *Servicio Español de Pagos Interbancarios* (SPI) registou uma redução muito significativa de aproximadamente 40,6% em quantidade, a qual poderá em grande medida ter influenciado o encerramento deste sistema de liquidação em 15 de Dezembro de 2004.

Quadro II.8

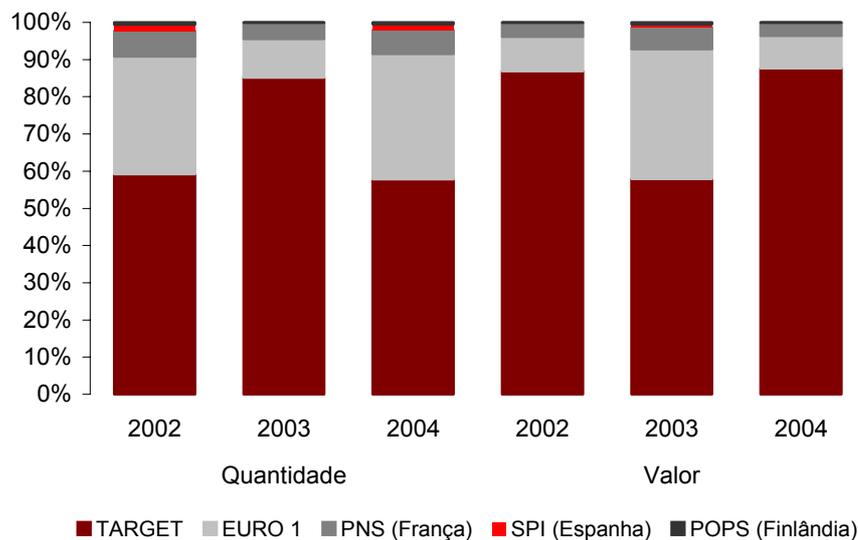
Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro

Quantidade em milhares
valor em mil milhões de EUR

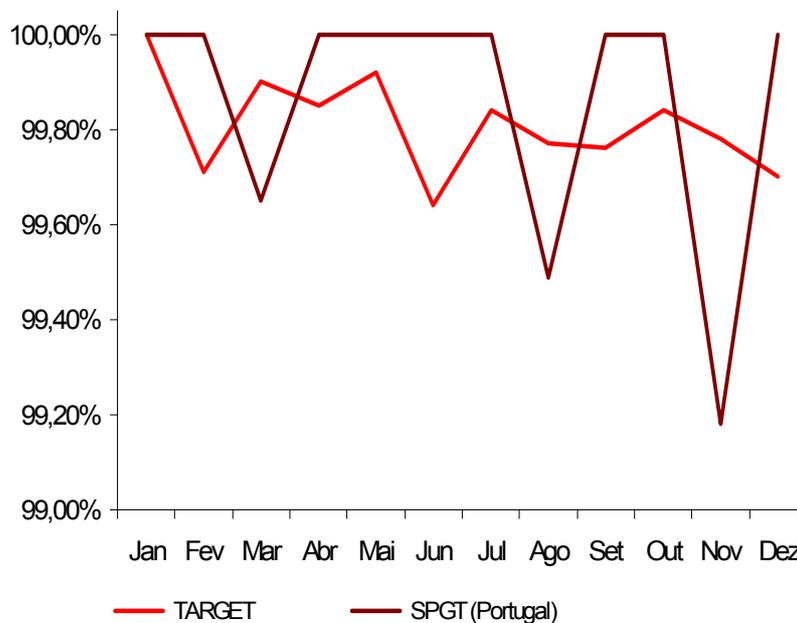
	2002		2003		2004	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
TARGET	64.519,0	395.636	66.608,0	420.749	69.213,5	443.993
Domésticos	50.785,3	271.914	51.354,9	283.870	52.368,1	297.856
Transnacionais	13.733,7	123.722	15.253,1	136.879	16.845,4	146.137
EURO 1	34.400,7	47.996	38.851,6	44.734	41.724,0	44.125
PNS (França)	7.569,9	19.967	7.332,0	17.976	7.006,9	17.470
SPI (Espanha)	1.776,0	304	1.780,2	305	1.058,3	218
POPS (Finlândia)	660,9	392	611,6	425	563,8	460
Total	108.926,5	464.295	115.183,4	484.189	119.566,5	506.266
Média Diária	420,6	1.793	444,7	1.869	461,6	1.955

Gráfico II.6

Instruções de pagamento processadas pelo TARGET e outros sistemas de transferência de fundos interbancários de grande montante da zona euro



Em 2004, foi processada uma média diária de 297.234 pagamentos no TARGET, com um valor de 1.714 mil milhões de euros. Estes números representam um aumento de cerca de 3,9% em termos de quantidade de pagamentos e de 5,5% em termos de valor, relativamente ao ano anterior. À semelhança do que acontece em Portugal desde o ano de 2002, o TARGET, em termos globais processa um maior número e valor de pagamentos domésticos do que transnacionais. Em 2004, os pagamentos transnacionais asseguraram 24,3% do tráfego total do TARGET em termos de valor e 32,9% em termos de quantidade.

Gráfico II.7**Disponibilidade média de serviço mensal: SPGT e TARGET comparada**

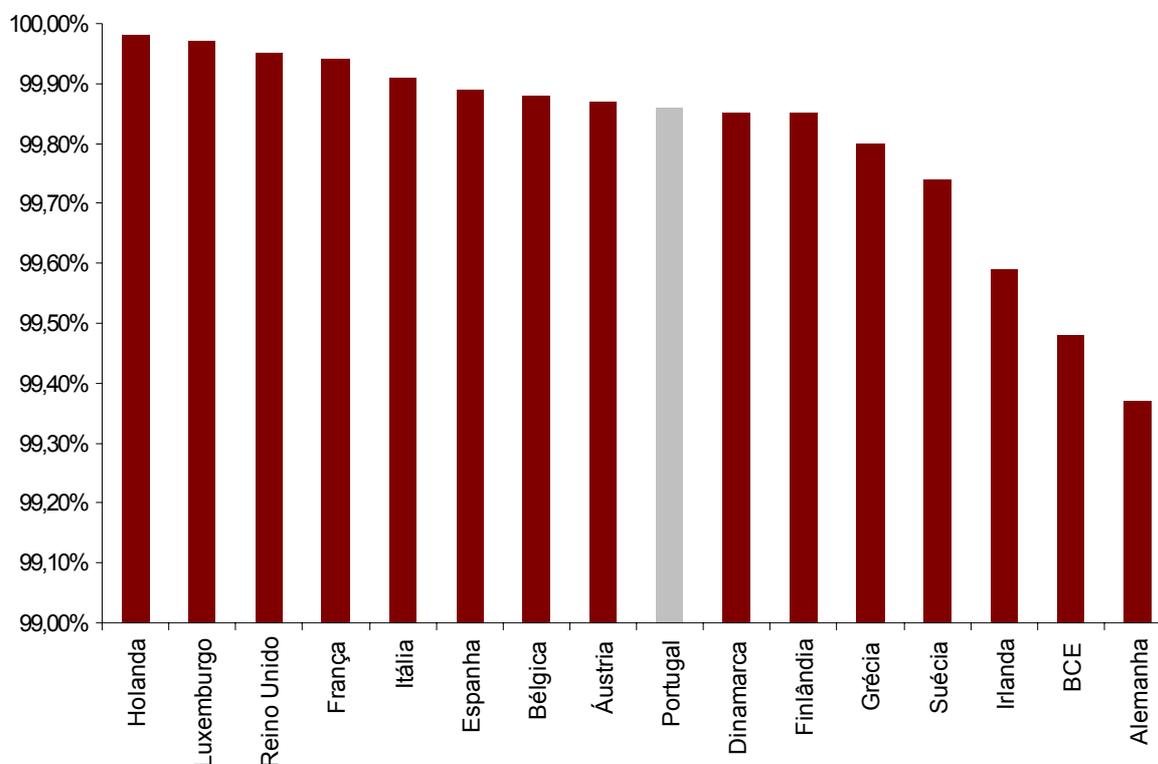
À semelhança do que acontece com o SPGT, também os participantes do TARGET submetem a grande maioria dos seus pagamentos no início do dia, contribuindo de forma significativa para o bom funcionamento do sistema e para a redução das situações de bloqueio, nomeadamente no caso de pressões de liquidez em fim de dia.

Em relação à disponibilidade de serviço, o sistema TARGET tem revelado, globalmente, tendência para um melhor desempenho: 99,71% em 2000; 99,75% em 2001; 99,77% em 2002, 99,79% em 2003 e 99,81% em 2004. O funcionamento do SPGT, especialmente no que se refere ao segmento TARGET/Interlinking, não decorreu de forma idêntica à registada em 2003, ano em que foi o único sistema a atingir, na vertente transnacional, os 100% de disponibilidade de serviço anual – o que sucedeu pela primeira vez no TARGET –, tendo atingido apenas uma disponibilidade média de 99,86%.

Assim, a análise relativa da disponibilidade de serviço dos outros quinze SLBTRs, que com o SPGT constituem o TARGET, permite concluir que o SPGT ocupou em 2004 uma posição intermédia em termos de disponibilidade de serviço (cf. Gráfico II.7 e II.8).

Gráfico II.8

Disponibilidade comparada de serviço dos diversos RTGS participantes do TARGET



Para além dos 15 Sistemas de Liquidação por Bruto em Tempo Real (SLBTR), o sistema TARGET inclui também a componente de pagamentos do BCE, o ECB Payment Mechanism - EPM (cf. Quadro II.9).

O SLBTR da Alemanha (RTGSplus) destaca-se pela quantidade e valor dos pagamentos transnacionais envolvidos. Em 2004, foi responsável por 29,6% da quantidade total de pagamentos transnacionais processados e por 25,4% do seu montante.

Quadro II.9**Pagamentos transnacionais enviados por cada RTGS (SLBTR) ligado ao TARGET**

Quantidade em milhares
Valor em mil milhões de EUR

	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Áustria - ARTIS	499,1	2.803	520,8	2.918	4,3	4,1
Bélgica - ELLIPS	926,7	10.227	962,6	11.368	3,9	11,2
Alemanha - RTGSplus	4.597,2	35.833	4.980,9	37.084	8,3	3,5
Dinamarca - KRONOS	92,5	3.165	83,8	3.250	-9,4	2,7
Espanha - SLBE	596,4	5.128	714,9	5.845	19,9	14,0
BCE - EPM	41,1	4.024	41,6	4.115	1,2	2,3
Finlândia - BOF	132,0	1.503	141,0	1.602	6,8	6,6
França - TBF	1.735,0	19.245	1.912,4	20.896	10,2	8,6
Reino Unido - CHAPS Euro	2.904,8	23.818	3.315,0	26.217	14,1	10,1
Grécia - HERMES euro	339,8	1.620	340,0	2.021	0,1	24,8
Irlanda - IRIS	333,4	2.143	410,3	2.514	23,1	17,3
Itália - BI-REL	1.719,0	8.458	1.882,7	8.342	9,5	-1,4
Luxemburgo - LIPS-GROSS	286,8	3.242	357,3	3.241	24,6	0,0
Holanda - TOP	628,3	11.871	788,0	12.879	25,4	8,5
Portugal - SPGT	334,6	1.975	305,5	2.120	-8,7	7,3
Suécia - Euro RIX	86,4	1.824	88,6	1.723	2,5	-5,5
Total	15.253,1	136.879	16.845,4	146.135	10,4	6,8

Os SLBTRs da Itália (BI-REL), da França (TBF) e do Reino Unido (CHAPS Euro) assumem também um papel importante neste contexto, tendo assegurado 11,2%, 11,4% e 19,7%, respectivamente, do tráfego total de pagamentos transnacionais em termos de quantidade.

O sistema português SPGT processou 305,5 mil pagamentos transnacionais de um total no TARGET de 16.845,4 milhares correspondendo a 2.120 mil milhões de euros, num total de 146.135 mil milhões de euros. Face a 2003, o SPGT registou uma redução de cerca de 8,7% na quantidade e um crescimento de 7,3% no valor dos pagamentos transnacionais, cotando-se como o segundo RTGS com maior redução em termos de quantidade e o oitavo com maior crescimento em termos de valor. Em 2004 desceu para a 12.^a posição em termos de quantidade (em 2004 era 10.^o), tendo, no entanto, mantido a 13.^a posição em termos de valor.

Em 2004, e relativamente a 2003, o TOP da Holanda foi o sistema que registou o maior crescimento no número de pagamentos processados (25,4%).

À semelhança do que acontece com os pagamentos transnacionais do SPGT, também os pagamentos transnacionais do TARGET se repartem em pagamentos interbancários, pagamentos por conta de clientes e pagamentos entre BCNs (cf. Quadro II.10).

Quadro II.10
Pagamentos transnacionais no TARGET

Quantidade em milhares
Valor em mil milhões de EUR

	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Interbancárias	7.840	130.590,1	8.175	138.955,2	4,3	6,4
Clientes	7.405	6.244,2	8.660	7.120,9	16,9	14,0
Inter-BCNs	8	44,1	11	60,4	37,5	37,0
Total	15.253	136.878,4	16.846	146.136,5	10,4	6,8
Média Diária	60	536,8	66	573,1	10,0	6,8

Dos pagamentos transnacionais do TARGET em 2004, 95,1% em termos de valor e 48,5% em termos de quantidade corresponderam a transacções interbancárias. Em quantidade, o restante correspondeu essencialmente a pagamentos de clientes (51,4%) e residualmente a transferências inter-BCNs (0,1%). O valor médio dos pagamentos interbancários foi de 17 milhões de euros e o valor médio dos pagamentos por conta de clientes foi de 0,8 milhões de euros.

O crescimento registado no número de operações *cross-border* processadas, resultou principalmente de um aumento significativo dos pagamentos de clientes (aproximadamente 16,9%), cuja importância relativa é, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, cada vez mais relevante. Em nove dos dezasseis sistemas que actualmente compõem o TARGET (o ELLIPS, o CHAPS, o HERMES, o IRIS, o BI-REL, o SLBE, o LIPS-Gross, o SPGT e o TBF) as operações *cross-border* de clientes representam já mais de 50% das operações processadas, embora em termos de valor a sua importância seja muito reduzida (não ultrapassando os 7,9%) (cf. Quadro II.11). A evolução registada resulta em grande medida da progressiva migração de pagamentos comerciais para o TARGET. Na falta de um sistema pan-europeu para transacções de retalho, tem-se assistido ao declínio do tradicional sistema de “banco correspondente” que, além de pouco eficiente, apresenta uma manutenção e gestão bastante dispendiosas para as instituições de crédito.

Quadro II.11

Pagamentos transnacionais no TARGET, por tipo de operação e por Sistema RTGS

Quantidade em unidades
Valor em mil milhões de EUR

Sistema		Ano 2004		Peso Relativo (%)	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Artis (Áustria)	Clientes	60.982	156,9	11,71	5,38
	Interbancárias	459.638	2.760,4	88,25	94,60
	Inter-BCNs	196	0,7	0,04	0,02
		520.816	2.918,0		
ELLIPS (Bélgica)	Clientes	504.614	401,0	52,42	3,53
	Interbancárias	453.153	10.953,3	47,08	96,35
	Inter-BCNs	4.786	14,1	0,50	0,12
		962.553	11.368,4		
RTGSplus (Alemanha)	Clientes	2.366.608	1.844,8	47,51	4,97
	Interbancárias	2.612.734	35.220,0	52,46	94,97
	Inter-BCNs	1.544	19,1	0,03	0,05
		4.980.886	37.083,9		
KRONOS (Dinamarca)	Clientes	7.531	5,3	8,98	0,16
	Interbancárias	76.293	3.245,0	91,02	99,84
	Inter-BCNs	0	0,0	0,00	0,00
		83.824	3.250,3		
SLBE (Espanha)	Clientes	413.386	124,4	57,83	2,13
	Interbancárias	300.160	5.717,5	41,99	97,81
	Inter-BCNs	1.319	3,4	0,18	0,06
		714.865	5.845,3		
EPM (BCE)	Clientes	5.833	0,1	14,02	0,00
	Interbancárias	35.589	4.110,4	85,52	99,89
	Inter-BCNs	192	4,5	0,46	0,11
		41.614	4.115,0		
BOF (Finlândia)	Clientes	28.905	45,5	20,50	2,84
	Interbancárias	111.983	1.556,0	79,41	97,14
	Inter-BCNs	137	0,3	0,10	0,02
		141.025	1.601,8		
TBF (França)	Clientes	1.038.946	1.287,5	54,33	6,16
	Interbancárias	872.766	19.605,8	45,64	93,83
	Inter-BCNs	691	2,2	0,04	0,01
		1.912.403	20.895,5		

Sistema	Ano 2004		Peso Relativo (%)		
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
CHAPS (Reino Unido)					
	Clientes	1.886.922	2.076,7	56,92	7,92
	Interbancárias	1.428.066	24.140,5	43,08	92,08
	Inter-BCNs	13	0,0	0,0	00,00
		3.315.001	26.217,2		
HERMES (Grécia)					
	Clientes	212.796	10,2	62,59	0,50
	Interbancárias	127.013	2.008,9	37,36	99,39
	Inter-BCNs	173	2,2	0,05	0,11
		339.982	2.021,3		
IRIS (Irlanda)					
	Clientes	207.642	117,0	50,61	4,65
	Interbancárias	202.434	2.397,1	49,34	95,33
	Inter-BCNs	178	0,3	0,04	0,01
		410.254	2.514,4		
BI-REL (Itália)					
	Clientes	1.176.406	144,7	62,48	1,73
	Interbancárias	705.282	8.188,5	37,46	98,16
	Inter-BCNs	1.040	9,1	0,06	0,11
		1.882.728	8.342,3		
LIPS-Gross (Luxemburgo)					
	Clientes	180.720	102,2	50,58	3,15
	Interbancárias	176.597	3.139,2	49,42	96,85
	Inter-BCNs	0	0,0	0,00	0,00
		357.317	3.241,4		
TOP (Holanda)					
	Clientes	336.958	685,1	42,76	5,32
	Interbancárias	450.827	12.190,5	57,21	94,66
	Inter-BCNs	227	3,2	0,03	0,02
		788.012	12.878,8		
SPGT (Portugal)					
	Clientes	195.888	33,1	64,12	1,56
	Interbancárias	109.496	2.085,4	35,84	98,38
	Inter-BCNs	127	1,3	0,04	0,06
		305.511	2.119,8		
RIX (Suécia)					
	Clientes	35.646	86,5	40,25	5,02
	Interbancárias	52.922	1.636,7	59,75	94,98
	Inter-BCNs	0	0,0	0,00	0,00
		88.568	1.723,2		

Assim, facilmente se denota, ao nível do TARGET, uma tendência de constante crescimento da utilização do sistema para a realização de pagamentos *cross-border* de clientes. É de referir que os pagamentos por conta de clientes têm um peso relativo menor no conjunto do sistema TARGET (51,4%) do que no sistema português (64,12%).

Caixa 3

TARGET2 – Impacto nos sistemas de pagamento europeus e migração do sistema português

Os requisitos de uniformização de serviços e preços são necessários para obter soluções eficientes face aos custos suportados pelo Eurosistema com os vários SLBTR actualmente existentes, situação que se agravou com a expansão da UE de 15 para 25 países. Por isso, o Eurosistema decidiu proceder à revisão da configuração do actual sistema TARGET e ao desenvolvimento e implementação de uma nova versão deste sistema, designada por TARGET2.

O TARGET2 será construído na base de uma única plataforma técnica partilhável (*Single Shared Platform/SSP*) entre os vários BCN do SEBC, à qual poderão recorrer para efeitos de processamento das suas operações as instituições europeias participantes, através de mecanismos tecnicamente harmonizados e assentes nos circuitos de comunicação SWIFT.

Sendo um passo marcante na construção de uma área de pagamentos de grandes transacções única na União Europeia, a eliminação dos actuais SLBTRs nacionais em favor da criação da *Single Shared Platform* terá, ainda assim, que atender às realidades das diferentes comunidades. Por isso, foi previsto um período de ajustamento/migração que permite espaçar no tempo o impacto que uma tal migração necessariamente comporta.

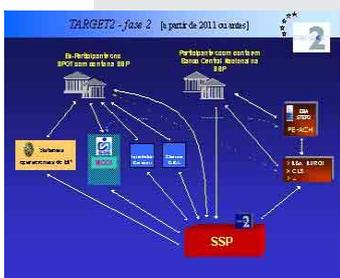
Desse modo, foi fixado pelo Eurosistema um período (máximo) possível de transição de 4 anos, contado a partir do arranque do TARGET2-SSP em 2007, para a extinção de todos os sistemas sediados à volta dos actuais SLBTR dos BCN.

No caso de Portugal, o SPGT tem sido, desde a sua criação, um sistema perfeitamente adequado às necessidades da economia portuguesa, nomeadamente pela forma como integra todas as liquidações interbancárias, ao mesmo tempo que recorre a tecnologias de comunicações e interfaces (Aplicação de Tesouraria) próprios desenvolvidos pela SIBS e utilizados por todos os bancos comerciais. Por isso, o Banco de Portugal, em conjugação com as principais instituições nacionais, assumiu uma estratégia de migração para o TARGET2 em duas fases.

Na primeira fase, coincidente com o arranque do TARGET2 em 2007, o Banco de Portugal será o participante directo na SSP com capacidade para representar outras instituições bancárias, as quais aparecerão definidas como participantes indirectos neste sistema.

O mérito dessa estratégia repercute-se numa minimização dos ajustamentos a efectuar para esse arranque, dado que a generalidade das estruturas de pagamentos ligadas ao SPGT poderá subsistir nessa fase, sendo apenas indispensável que o Banco de Portugal substitua o mecanismo Interlinking pelo processamento SWIFT (Y-Copy) directo, na base dos *standards* definidos para a SSP.

Na segunda fase, que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 4 anos acima mencionado, verificar-se-á a extinção do SPGT actual e o redireccionamento das operações hoje aí processadas para a SSP (ou para outros canais alternativos, no caso de operações em que não exista uma obrigatoriedade de execução via SLBTR).



CAPÍTULO III *Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)*

III.1 SICOI

O Sistema de Compensação Interbancária (SICOI) registou, ao longo do ano de 2004 e na sequência do verificado em anos anteriores, uma tendência de aumento das quantidades e montantes das operações processadas. Em termos globais, foram processadas 1.413,62 milhões de operações no âmbito do Sistema de Compensação Interbancária, no valor de 308.427,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 6,7% em termos de quantidade e 1,8% em termos de valor.

À semelhança do registado em anos transactos, o SICOI revela um decréscimo do número de operações processadas através dos subsistemas de Cheques e de Efeitos e, em contrapartida, um incremento do número de Transferências Electrónicas Interbancárias, de Débitos Directos e de operações Multibanco (cf. Quadro III.1). Desta forma, observa-se uma intensificação do uso dos meios electrónicos em substituição da utilização dos instrumentos de pagamento baseados em papel, pelo que o aumento de 6,7% na quantidade de operações do SICOI ficou a dever-se ao aumento das operações processadas através das TEI (crescimento de 4,1%), do Multibanco (8,2%) e dos Débitos Directos (300,5%), que compensaram as quedas verificadas nos Cheques (6,1%) e nos Efeitos (81,1%). No que respeita ao valor das operações processadas, a evolução foi idêntica à registada em termos de quantidade, tendo os subsistemas de Débitos Directos, de TEI e Multibanco registado uma evolução positiva de 235,4%, 8,3% e 9,5%, respectivamente, e os subsistemas de Cheques e Efeitos, uma redução de 2,9% e 27%, respectivamente.

O subsistema de Cheques, não obstante o decréscimo verificado no número de cheques emitidos, embora de valor unitário superior, continua a ter um peso significativo no SICOI. Representa cerca de 2/3 dos valores compensados, excluindo os cheques acima de 100 mil euros, que são liquidados por bruto no SPGT e, cujo valor, com apenas 0,14% da quantidade processada, equivale a 58% dos valores liquidados no SICOI.

No caso do subsistema de Efeitos, a acentuada queda ficou a dever-se à migração de cobranças para o subsistema de Débitos Directos, na sequência do Aviso n.º 10/2003, de 17 de Setembro.

Quadro III.1

Movimento global do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)

Quantidade em milhões
Valor em milhões de EUR

	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Compensação	1.324,40	302.934,7	1.413,62	308.427,3	6,7	1,8
CHEQUES	200,08	196.811,4	187,95	191.193,2	-6,1	-2,9
Truncados	196,06	111.124,8	184,14	107.985,9	-6,1	-2,8
Não Truncados	4,02	85.686,6	3,81	83.207,3	-5,2	-2,9
OUTROS	1.124,32	106.123,3	1.225,67	117.234,1	9,0	10,5
Efeitos	4,59	3.641,6	0,87	2.657,4	-81,1	-27,0
TEI	42,83	55.554,8	44,59	60.145,4	4,1	8,3
Débitos directos	5,19	1.343,3	20,80	4.504,9	300,5	235,4
Multibanco	1.071,70	45.583,6	1.159,41	49.926,5	8,2	9,5
Média Diária	5,32	1.216,6	5,57	1.214,3	4,6	-0,2

No que se refere à análise dos documentos apresentados e devolvidos através do SICOI (cf. Quadro III.2), registou-se em 2004 um aumento significativo do número de devoluções, passando de 2,34 milhões em 2003 para 4,60 milhões em 2004 (mais 96,6%), a que corresponde um aumento moderado em termos de montantes devolvidos de 3.448,3 para 3.797,2 milhões de euros (mais 8,9%).

Quadro III.2**Documentos apresentados e devolvidos no Sistema de Compensação Interbancária (SICOI)**

Quantidade em milhões
Valor em milhões de EUR

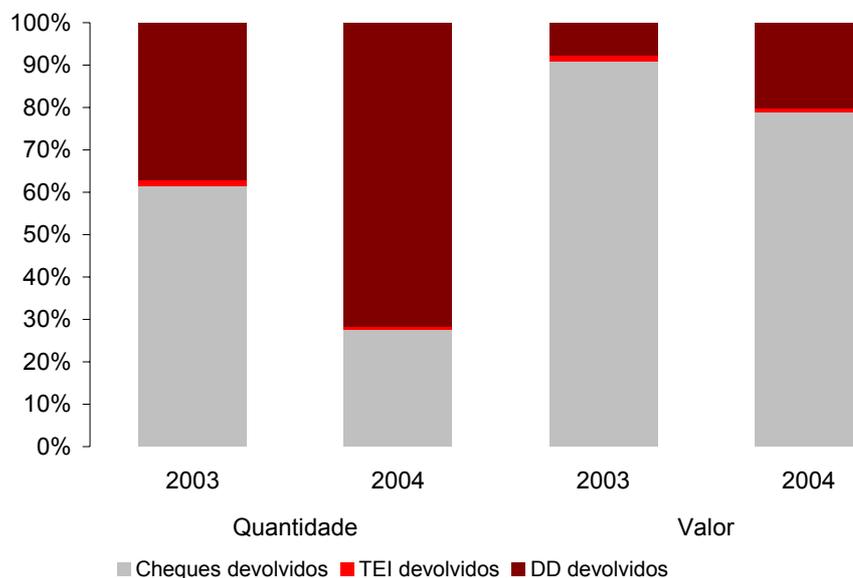
	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
SICOI						
Apresentados	1.324,39	302.934,7	1.413,62	308.427,3	6,7	1,8
Devolvidos	2,34	3.488,3	4,60	3.797,2	96,6	8,9
CHEQUES						
Apresentados	200,08	196.811,4	187,95	191.193,2	-6,1	-2,9
Devolvidos	1,44	3.173,3	1,27	2.994,6	-11,8	-5,6
EFEITOS						
Apresentados	4,59	3.641,6	0,87	2.657,4	-81,1	-27,0
TEI						
Apresentados	42,83	55.554,8	44,59	60.145,4	4,1	8,3
Devolvidos	0,03	45,9	0,04	37,5	28,4	-18,3
DÉBITOS DIRECTOS						
Apresentados	5,19	1.343,3	20,80	4.504,9	300,8	235,4
Devolvidos	0,87	269,1	3,29	765,1	278,4	184,3
MULTIBANCO						
Apresentados	1.071,70	45.583,6	1.159,41	49.926,5	8,2	9,5

É importante referir que, embora o aumento verificado nas devoluções efectuadas nos sistemas de pagamentos nacionais resulte essencialmente do aumento de operações processadas no SDD, o nível de devoluções efectuadas neste sistema situa-se dentro dos valores habituais para o tipo de operações de cobranças que lhe estão associadas. Em 2004, verificou-se mesmo uma diminuição da taxa de devolução associada ao SDD, que passou de 16,8% em 2003 para 15,8% em 2004.

Como já referido, no que respeita aos montantes devolvidos, é de registar um crescimento de apenas 8,9%, o que contrasta com o crescimento verificado ao nível das quantidades. Assim, ao longo do ano de 2004, o valor envolvido nas devoluções do SICOI ascende a 3.797,2 milhões de euros, sendo que os cheques asseguram uma parte substancial desse montante (2.994,6 milhões de euros).

Gráfico III.1

SICOI – Cheques, TEIs e Débitos Directos devolvidos



No âmbito da promoção do bom funcionamento dos sistemas de pagamentos de retalho, o ano de 2004 foi marcado pela migração, para o Sistema de Débitos Directos (SDD), das cobranças anteriormente efectuadas por débitos intrabancários ao abrigo de Protocolos que obrigavam os credores a ter conta em todos os bancos dos seus clientes para poderem efectuar o débito nas contas destes. Por outro lado, para que a concorrência entre sistemas não fosse desvirtuada, os direitos e deveres de todos os intervenientes, bem como as regras da sua actuação no processo de cobranças, passaram a ser uniformes nas duas formas de pagamento por débito em conta – o SDD, que goza de interbancaridade, ou os débitos intrabancários ao abrigo de Protocolos – por força do estabelecido no Aviso n.º 10/2003.

Assim, espera-se que em 2005, com a migração em curso para o SDD das cobranças das principais empresas de serviços (telefones e electricidade), este subsistema se posicione no lugar adequado à sua importância, dado que corresponde ao sistema mais moderno de cobranças de retalho, particularmente vocacionado para cobranças periódicas e de montante constante ou variável.

III.2 Cheques

No subsistema de compensação de Cheques, o ano de 2004 foi de consolidação das alterações estruturantes introduzidas em 27 de Outubro de 2003 baseadas na troca de documentos de forma totalmente automatizada. Esta troca automatizada dispensa a circulação física dos documentos e possibilita a utilização de novas tecnologias associadas ao tratamento da imagem e ao reconhecimento inteligente de caracteres (ICR), bem como à conferência electrónica de assinaturas. As alterações então implementadas possibilitaram uma maior eficiência e racionalização do circuito de depósito e cobrança de cheques e uma acrescida fiabilidade e segurança no processamento interbancário destes documentos.

No que respeita à evolução do sistema, é de registar, nos últimos anos, uma tendência de redução do número de operações processadas, denotando-se da parte dos clientes bancários uma crescente preferência por instrumentos de pagamento alternativos. Assim, ao longo do ano de 2004, e relativamente ao ano anterior, o número de cheques processados registou um decréscimo de 6,1%, a que corresponde uma diminuição de 2,9% do montante global (cf. Quadro III.3).

No entanto, os cheques continuam a assegurar uma parte substancial das operações do SICOI, quer em termos de quantidade (13,3% em 2004 contra 15,1% em 2003), quer de valor (62% em 2004 contra 65% em 2003), sendo ainda o instrumento de pagamento mais significativo relativamente ao valor total processado.

No ano de 2004, foram processados 187,95 milhões de cheques no valor global de 191.193,2 milhões de euros a que correspondeu o valor médio de 1.017,26 euros por cheque. Em termos de média diária, foram processados aproximadamente 740 mil cheques no valor de 752,7 milhões de euros.

Em resultado da circulação interbancária de imagens de cheques (CIIC), a totalidade dos cheques processados através da compensação ficou retida no banco tomador (truncagem total do cheque papel) tendo, em 2004, apenas cerca de 2% dos cheques obrigado ao envio da respectiva imagem. Os 3,81 milhões de cheques não truncados ascenderam a 83.207,3 milhões de euros (cf. Gráfico III.2).

De referir que apesar de representarem 2% das quantidades, os cheques que obrigam ao envio de imagem correspondem a 43,5% dos montantes liquidados, facto justificado pela obrigatoriedade do tomador enviar ao banco sacado as imagens dos cheques acima de um determinado valor fixado pelo sistema bancário.

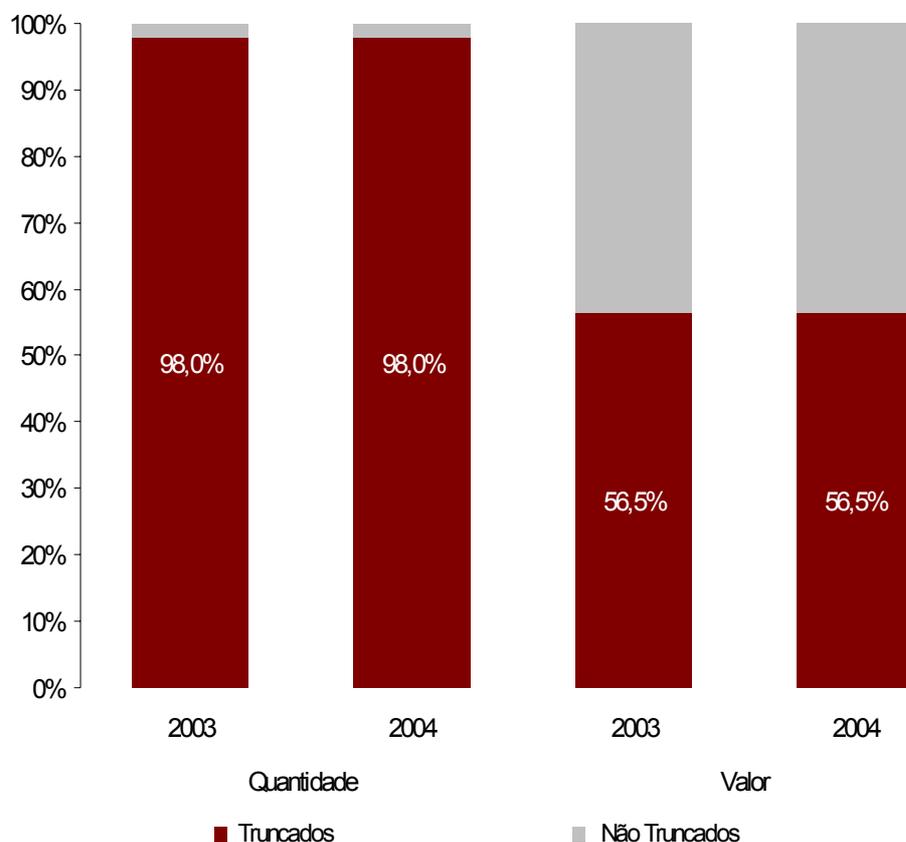
Quantidade em milhões
Valor em milhões de EUR

Quadro III.3

	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
CHEQUES	200,08	196.811,4	187,95	191.193,2	-6,1	-2,9
Truncados	196,06	111.124,8	184,14	107.985,9	-6,1	-2,8
Não Truncados	4,02	85.686,6	3,81	83.207,3	-5,2	-2,9
Média Diária	0,80	790,4	0,74	752,7	-7,9	-4,8

Cheques Truncados e Não Truncados

Gráfico III.2



No que respeita às devoluções de cheques efectuadas ao longo de 2004, é de realçar a redução de aproximadamente 11,7%, tendo sido efectuadas cerca de 1,3 milhões de devoluções. Assim, e tendo em conta a redução do número de cheques apresentados na compensação, observa-se uma queda do peso relativo das devoluções, passando de 0,72% dos cheques apresentados em 2003 para 0,68% em 2004.

No ano de 2004, tal como nos anteriores, o motivo de devolução mais utilizado, com uma representatividade de 80,5% (menos 1,4 pontos percentuais face a 2003), foi a falta ou insuficiência de provisão (cf. Quadro III.4). A segunda causa de devolução foi a revogação por justa causa resultante de extravio, que é responsável por cerca de 86,3 mil cheques devolvidos (6,8% do total).

Quadro III.4

Número de Cheques devolvidos por motivo de devolução

Motivo de Devolução	Quantidade		Variação (%)
	Ano 2003	Ano 2004	
Devolvido pelo Sacado			
Falta de requisito principal	2.682	3.765	40,4
Saque irregular	2.158	1.935	-10,3
Endosso irregular	2.705	4.504	66,5
Cheque revogado por justa causa - furto	14.918	12.393	-16,9
Cheque revogado por justa causa - roubo	8.593	7.899	-8,1
Cheque revogado por justa causa - extravio	99.157	86.331	-12,9
Revogado por justa causa - coacção moral	969	828	-14,6
Incapacidade Acidental	363	370	1,9
Revogado justa causa - falta/vício form. vontade	33.743	35.622	5,6
Cheque revogado - apresentação fora de prazo	1.491	1.408	-5,6
Cheque apresentado fora de prazo	18.852	13.353	-29,2
Conta bloqueada	14.698	12.054	-18,0
Conta suspensa	230	256	11,3
Conta encerrada	4.179	5.703	36,5
Falta ou insuficiência de provisão	1.180.953	1.024.487	-13,2
Mau encaminhamento	823	863	4,9
Número de conta inexistente	638	623	-2,4
Número de cheque inexistente	8.245	7.559	-8,3
Erro nos dados	4.029	2.813	-30,2
Importância incorrectamente indicada	4.697	3.613	-23,1
Falta de entrega do cheque	5.341	5.175	-3,1
Registo duplicado	5.308	6.543	23,3
Falta de carimbo/referência de apresentação	814	7.329	800,4
Cheque viciado	79	92	16,5
Devolução a pedido do banco tomador	11.996	14.298	19,2
Não compensável por divergência de denominação	126	368	192,1
Não compensável por excesso de devoluções	387	0	-100,0
Não compensável por existência de along	26	0	-100,0
Devolvido pelo Tomador			
Motivo de devolução inválido	10.269	10.514	2,4
Mau encaminhamento	35	11	-68,6
Falta de entrega do cheque	71	0	-100,0
Registo duplicado	1.086	639	-41,2
Devolução fora de prazo	1.355	884	-34,8
Total	1.441.016	1.272.232	-11,7

Analisando os dados disponíveis para 2004 numa perspectiva mensal (cf. Quadro III.5), é possível concluir que, em média, foram apresentados para compensação 15,66 milhões de cheques por mês, num montante médio de 15.932,8 milhões de euros. No ano de 2003, a média mensal tinha sido de 16,67 milhões de cheques apresentados num montante médio de 16.401,0 milhões de euros, evidenciando assim um decréscimo assinalável. O Gráfico III.3 mostra uma comparação entre os cheques apresentados mensalmente para compensação nos anos de 2003 e 2004. Esta representação gráfica permite observar que, em 2004 e relativamente ao ano anterior, se verificou um decréscimo nos cheques apresentados em praticamente todos os meses, excepto em Março, Junho, Agosto e Novembro, com pequenas subidas sempre inferiores a 5% e que poderão estar directamente ligadas ao número de dias úteis de cada um daqueles meses.

Quadro III.5**Dados mensais sobre os cheques apresentados e devolvidos na compensação**

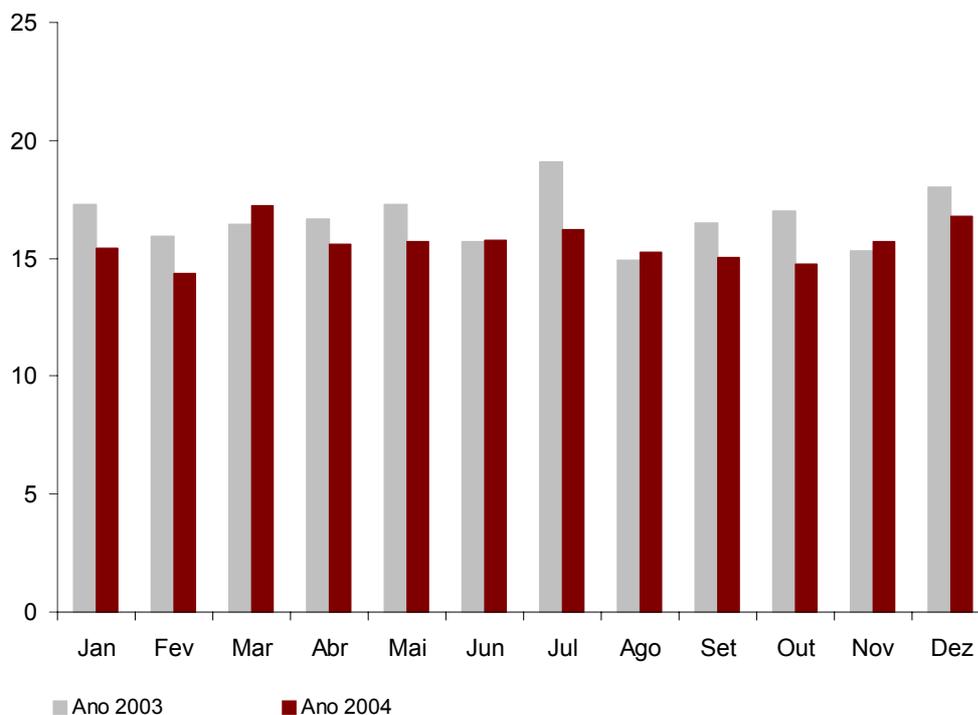
Quantidade em milhões
Valor em milhões de EUR

Meses - 2004	Apresentados		Devolvidos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	15,45	15.770,2	0,11	264,4
Fevereiro	14,38	14.483,2	0,10	224,0
Março	17,24	16.942,2	0,12	258,3
Abril	15,59	15.386,8	0,11	241,6
Maio	15,69	15.808,3	0,11	256,9
Junho	15,77	15.801,9	0,12	279,4
Julho	16,23	16.546,4	0,11	262,5
Agosto	15,27	15.907,5	0,10	240,6
Setembro	15,06	15.587,5	0,09	222,8
Outubro	14,76	15.293,1	0,10	233,4
Novembro	15,72	16.258,5	0,10	244,4
Dezembro	16,79	17.407,6	0,11	266,2
Total	187,95	191.193,2	1,27	2.994,6
Média Mensal	15,66	15.932,8	0,11	249,6
Por memória (2003):				
Total	200,09	196.811,4	1,43	3.209,3
Média Mensal	16,67	16.401,0	0,12	267,4

Gráfico III.3

Comparação mensal da quantidade de cheques apresentados na compensação

Quantidade em milhões



No que respeita à distribuição por escalões dos cheques apresentados a pagamento nos sistemas interbancários, podemos constatar que a taxa de cheques devolvidos é de aproximadamente 0,7% em quantidade e 1,3% em valor, sendo o escalão de 10 a 15 mil euros aquele que possui uma taxa de devolução mais elevada (2,15% em quantidade e valor) (cf. Quadro III.6 e Gráfico III.4).

De realçar que, percentualmente, as taxas de devolução mais baixas se encontram nos escalões extremos, designadamente em valores inferiores a 500 euros e superiores a 150 mil euros, escalões em que as taxas de devolução não ultrapassam 1%. Nos dois primeiros escalões (0 a 24 euros e 25 a 50 euros) as referidas taxas não chegam inclusivamente a ultrapassar 0,1%. Este facto, contudo, não significa que haja uma menor taxa efectiva de devolução de cheques nestes escalões, uma vez que, por determinação legal, os bancos sacados são, actualmente, obrigados a pagar todos os cheques emitidos até 62,35 euros, não podendo devolvê-los por “Falta ou Insuficiência de Provisão” – motivo que representa por si só mais de 80% das devoluções.

Quadro III.6

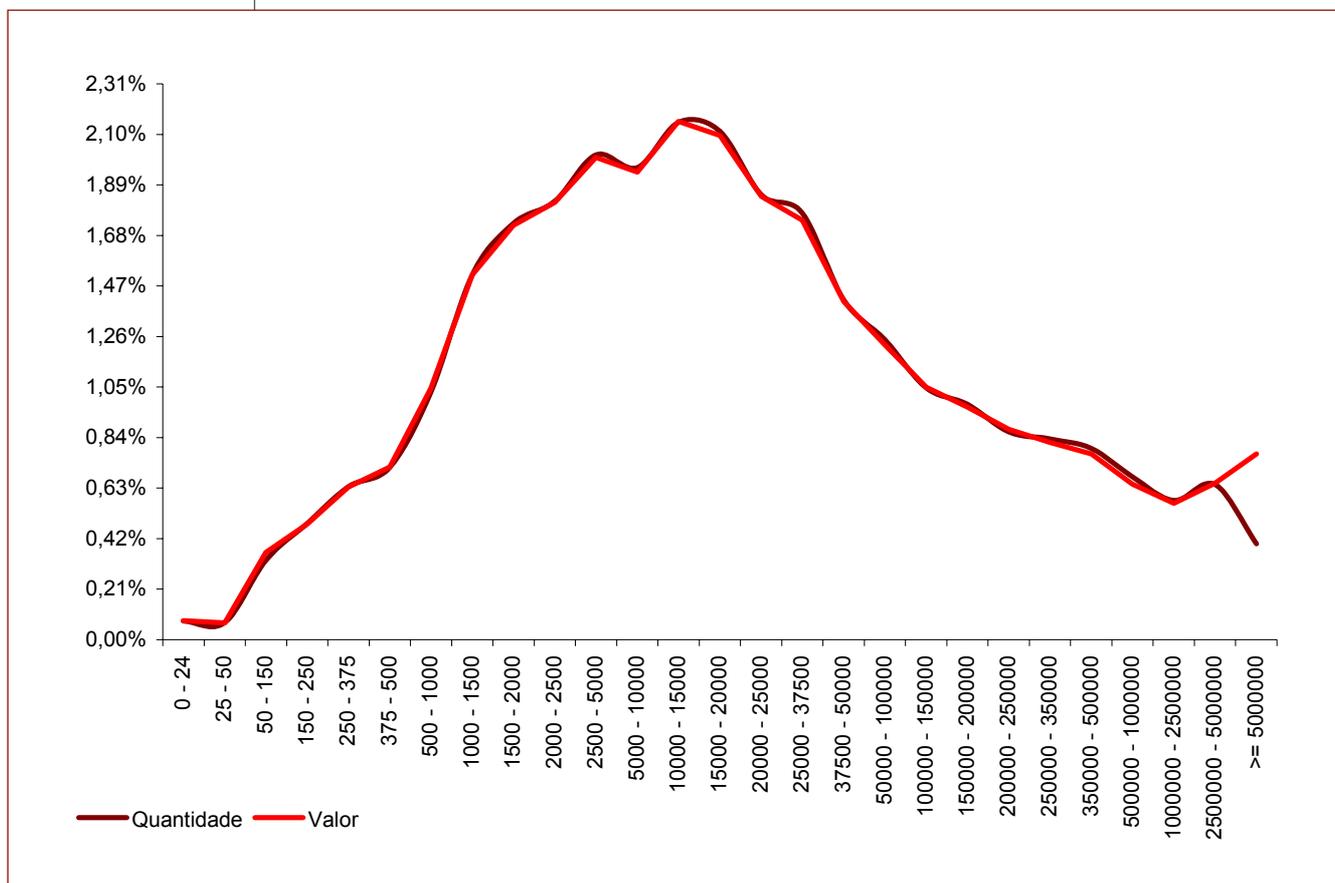
Cheques Apresentados e Devolvidos por Escalões em 2004

Quantidade em milhares
Valor em milhões de EUR

Escalão (em euros)	Apresentados		Devolvidos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
0 – 24	11.961,85	193,9	9,31	0,2
25 – 50	19.285,18	687,7	13,80	0,5
50 – 150	47.576,97	4.320,1	157,18	15,7
150 – 250	25.858,39	5.026,8	124,90	24,2
250 – 375	19.584,92	5.950,6	124,55	37,7
375 – 500	11.857,21	5.103,5	84,96	36,6
500 – 1.000	22.424,46	15.305,5	230,89	160,0
1.000 – 1.500	8.836,20	10.509,9	133,98	159,4
1.500 – 2.000	4.460,03	7.579,4	77,14	130,5
2.000 – 2.500	2.932,21	6.430,2	53,42	116,8
2.500 – 5.000	6.132,94	20.875,4	123,54	418,3
5.000 – 10.000	3.601,04	24.107,1	70,62	468,5
10.000 – 15.000	1.303,25	15.365,1	28,02	330,8
15.000 – 20.000	625,11	10.556,9	13,20	221,2
20.000 – 25.000	395,78	8.654,3	7,32	159,4
25.000 – 37.500	512,65	15.220,6	9,09	265,3
37.500 – 50.000	217,59	9.334,7	3,07	131,2
50.000 – 100.000	383,79	25.971,2	4,79	318,3
100.000 – 150.000	116,93	13.696,2	1,22	143,6
150.000 – 200.000	45,87	7.714,9	0,45	74,6
200.000 – 250.000	26,04	5.662,0	0,23	49,5
250.000 – 350.000	26,62	7.659,9	0,22	62,8
350.000 – 500.000	16,98	6.972,5	0,14	53,8
500.000 – 1.000.000	18,91	12.554,5	0,13	81,1
1.000.000 – 2.500.000	9,49	13.895,2	0,06	78,7
2.500.000 – 5.000.000	2,64	8.886,1	0,02	57,8
>= 5000000	2,26	34.689,3	0,01	267,8
	188.215,28	302.923,9	1.272,23	3.864,4

Gráfico III.4

Relação entre Cheques Apresentados e Devolvidos por Escalões em 2004



Ainda neste âmbito é importante referir que, durante o ano de 2004, foram processados 78,8 milhões de cheques emitidos por um valor inferior a 150 euros, o que representa aproximadamente 42% dos cheques liquidados no sistema de pagamentos português. No que respeita aos montantes envolvidos, estes mesmos cheques totalizaram 5.201,7 milhões de euros, correspondendo apenas a 1,7% dos valores processados. Relativamente aos documentos devolvidos, podemos constatar que cerca de 14,2% das devoluções ocorreram em cheques de valor inferior a 150 Euros, a que correspondem cerca de 0,4% dos montantes devolvidos.

III.3 Efeitos Comerciais

O subsistema de compensação de Efeitos Comerciais registou em 2004 um forte decréscimo no número de operações processadas, assegurando apenas 0,1% do número total de operações efectuadas no âmbito do SICOI, contra 0,4% em 2003. Em 2004 foram compensados 869 mil efeitos, num montante total de 2.657,4 milhões de euros. Estes números traduzem reduções de 81,1% e de 27%, respectivamente, comparando com o ano anterior. Para além da forte redução do número de operações processadas, é também de realçar a existência de uma alteração estrutural do tipo de operações liquidadas através do Subsistema de Compensação de Efeitos Comerciais (cf. Gráfico III.5), tendo as Letras passado a representar 58,6% dos efeitos compensados durante o ano de 2004 (em 2003 representavam apenas 12,2%). Por outro lado, os recibos registaram um movimento contrário, passando a representar em 2004 apenas 28,7% das operações, o que significa uma redução assinalável, uma vez que em 2003 mais de 80% das operações respeitavam a recibos.

Assim, no ano de 2004, foram processados cerca de 250 mil recibos, correspondentes a cerca de 78,3 milhões de euros, que contrastam com 798,9 milhões de euros em 2003. Estes números trazem uma redução de 93,3% em quantidade e 90,2% em valor. Como se pode observar, a forte tendência de queda observada no subsistema de compensação de efeitos comerciais, deveu-se principalmente à redução registada ao nível dos recibos processados. Apenas os extractos de factura registaram um forte crescimento (de aproximadamente 320%), mas tendo em conta o seu peso relativo muito diminuto, não compensaram a redução nos restantes tipos de efeitos (cf. Quadro III.7).

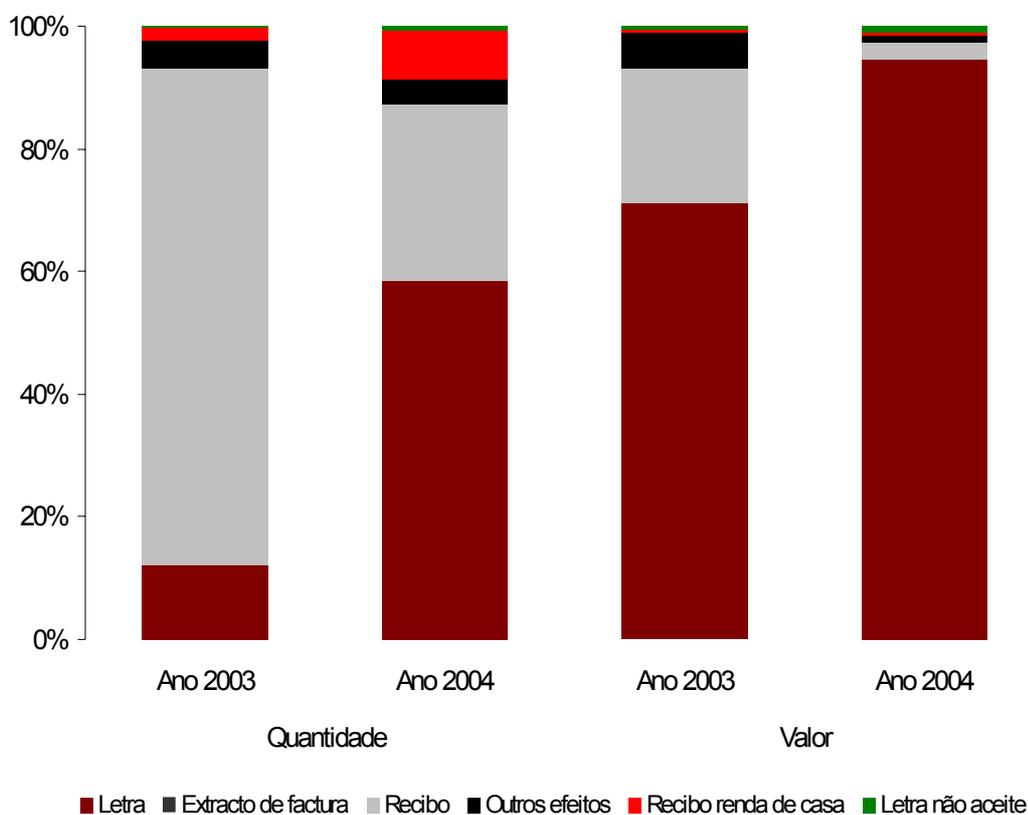
A evolução registada em 2004, e que se fez já sentir em finais de 2003, deveu-se, em grande medida, à entrada em vigor do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2003, de 17 de Setembro de 2003, que estabeleceu que os recibos domiciliados deveriam passar a ser cobrados através do Sistema de Débitos Directos, ficando o subsistema de cobrança de efeitos comerciais apenas responsável pela liquidação das operações referentes a Letras e a outros efeitos não domiciliados.

Quadro III.7
Efeitos por tipo

Quantidade em milhões
Valor em milhões de EUR

	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
EFEITOS	4,59	3.641,6	0,87	2.657,4	-81,1	-27,0
Letra	0,56	2.593,3	0,51	2.509,6	-8,9	-3,2
Extracto de factura	0,00	0,1	0,00	0,2	320,0	144,1
Recibo	3,71	798,9	0,25	78,3	-93,3	-90,2
Outros efeitos	0,22	216,2	0,04	32,0	-83,8	-85,2
Recibo renda de casa	0,09	15,5	0,07	11,2	-29,0	-27,8
Letra não aceite	0,01	17,8	0,01	26,2	-9,4	47,1
Média Diária	0,02	14,6	0,00	10,5	-81,5	-28,5

Gráfico III.5
Efeitos por tipo



As alterações estruturais verificadas ao nível do tipo de efeito reflectem-se igualmente, embora com menor expressão, na distribuição de efeitos por tipo de carteira (cf. Quadro III.8), tendo a cobrança doméstica registado uma forte redução para 40,9%, quando em 2003 representava 88,6%. De referir ainda que foram processadas em 2004 apenas 360 mil cobranças domésticas o que representa uma redução de 91,3% face às quantidades processadas em 2003. Os restantes tipos de carteira mantiveram-se, em termos absolutos, estáveis, o que demonstra que o impacto de redução ocorreu quase exclusivamente nas cobranças domésticas que englobavam, em grande medida, a maior parte dos recibos processados.

Quadro III.8**Efeitos por tipo de carteira**Quantidade em milhões
Valor em milhões de EUR

	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
EFEITOS	4,59	3.641,6	0,87	2.657,4	-81,1	-27,0
Desconto	0,51	2.445,7	0,50	2.369,5	-2,0	-3,1
Cobrança doméstica	4,07	1.163,3	0,36	230,4	-91,3	-80,2
Cobrança do exterior com despesas recusáveis	0,01	23,5	0,01	31,9	-6,0	35,5
Cobrança do exterior com despesas irrecusáveis	0,00	9,0	0,00	25,6	98,0	182,5
Média Diária	0,02	14,6	0,00	10,5	-81,5	-28,5

A análise da evolução mensal dos efeitos (cf. Quadro III.9 e Gráfico III.6) evidencia que, em todos os meses de 2004, o número de efeitos processados foi significativamente inferior ao verificado no mês homólogo de 2003. A média mensal diminuiu de 0,38 milhões em 2003, para 0,07 milhões em 2004.

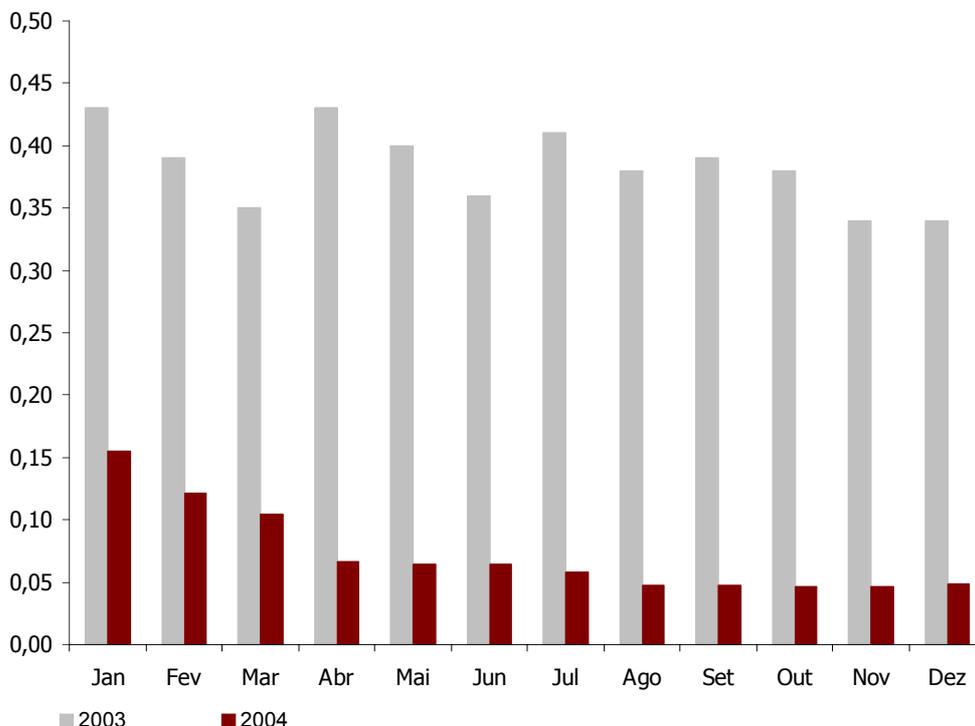
Quadro III.9**Dados mensais sobre efeitos apresentados**Quantidade em milhões
Valor em milhões de EUR

Mês	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	0,43	332,9	0,15	251,4	-64,0	-24,5
Fevereiro	0,39	304,3	0,12	224,4	-69,0	-26,3
Março	0,35	298,1	0,10	249,0	-70,2	-16,5
Abril	0,43	302,2	0,07	216,9	-84,5	-28,2
Maio	0,40	304,4	0,06	217,2	-84,0	-28,6
Junho	0,36	292,6	0,06	231,0	-82,2	-21,0
Julho	0,41	321,1	0,06	222,3	-85,8	-30,8
Agosto	0,38	278,1	0,05	191,5	-87,6	-31,1
Setembro	0,39	299,4	0,05	208,6	-87,8	-30,3
Outubro	0,38	330,1	0,05	221,8	-87,7	-32,8
Novembro	0,34	286,8	0,05	211,1	-86,5	-26,4
Dezembro	0,34	291,8	0,05	212,1	-85,7	-27,3
Total	4,60	3.641,8	0,87	2.657,4	-81,1	-27,0
Média Mensal	0,38	303,5	0,07	221,5	-80,9	-27,0

Gráfico III.6

Comparação mensal da quantidade de efeitos

Quantidade em milhares



No que respeita à distribuição por escalões dos efeitos processados, é de destacar que cerca de 39% dos efeitos são emitidos por valores inferiores a 245 euros, representando, no entanto, apenas 1,1% dos montantes envolvidos. Em termos de valor total, cerca de 43% respeita ao escalão de 5 mil a 25 mil euros. Face a 2003, esta evolução representa um aumento do peso relativo dos escalões mais elevados, quer em termos de valor, quer de quantidade.

Quantidade em unidades
Valor em milhões de EUR

Quadro III.10

Efeitos Apresentados por Escalões

Escalão (em euros)	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
0 – 245	3.139.188	259,2	339.216	30,0	-89,2	-88,4
245 – 1.000	1.030.923	430,9	199.763	103,0	-80,6	-76,1
1.000 – 2.500	181.667	285,5	125.461	200,4	-30,9	-29,8
2.500 – 5.000	93.963	328,8	75.679	265,2	-19,5	-19,4
5.000 – 25.000	123.909	1.319,7	107.587	1.150,6	-13,2	-12,8
25.000 – 50.000	17.305	581,0	15.631	521,5	-9,7	-10,3
50.000 – 250.000	5.976	414,7	5.563	380,2	-6,9	-8,3
250.000 – 500.000	34	11,5	17	4,9	-50,0	-57,5
>=500.000	10	10,3	2	1,6	-80,0	-84,9
	4.592.975	3.641,6	868.919	2.657,4	-81,1	-27,0

III.4 Transferências Electrónicas Interbancárias (TEI)

O subsistema das TEI garantiu 3,1% da quantidade global de operações processadas no SICOI e 19,5% do seu valor durante o ano de 2004, tendo-se registado um crescimento de 4,1% em quantidade e 8,3% em valor.

Em média, foram processadas diariamente 175,54 mil transferências electrónicas interbancárias com um valor de 236,8 milhões de euros. Além disso, 96,4% das TEI compensadas durante o ano de 2004 tiveram um valor unitário inferior a cinco mil euros (cf. Quadro III.11).

De notar ainda que foram processadas através das TEI apenas transferências de valor inferior a cem mil euros, uma vez que as que ultrapassem este valor são obrigatoriamente remetidas para o SPGT, por razões de controlo do risco sistémico.

Quadro III.11

TEIs por escalão de valor em 2004

Quantidade em milhares
Valor em milhões de EUR

Escalão (em euros)	Apresentados		Devolvidos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
0 – 5.000	42.969,79	26.440,8	37,14	14,5
5.000 – 25.000	1.216,11	12.735,0	1,14	11,9
25.000 – 50.000	223,96	7.785,7	0,15	5,1
50.000 – 100.000	178,15	13.184,0	0,09	6,1
Total	44.588,01	60.145,4	38,52	37,5
Média Diária	175,54	236,8	0,15	0,1
Por memória (2003):				
Total	42.830,10	55.554,8	30,18	45,9
Média Diária	172,01	223,1	0,12	0,2

Relativamente à classificação das TEI por código de operação (cf. Quadros III.12 e III.13) é importante atender aos fechos de processamento. A análise do 1º fecho das TEIs permite inferir que as “transferências” e os “ordenados” continuam a ser as rubricas mais importantes, em quantidade e também em valor. Já no que respeita ao 2º fecho, são de salientar, para além dos anteriores, as “transferências interbancárias com origem no exterior” e as “transferências interbancárias domésticas”. A quantidade e valor de TEIs processadas no 1º fecho (99,6% da quantidade total e 97,7% em termos de valor) são forçosamente superiores às processadas no 2º fecho, uma vez que, neste caso, o horário de funcionamento do SPGT e o momento em que esse fecho se realiza, implicam que o 2º fecho seja limitado às ordens de transferência comunicadas directamente pelos *back-offices*: transferências interbancárias domésticas; transferências interbancárias com origem no exterior; e ainda, transferências consideradas urgentes. Sobre as transferências urgentes é aplicada uma tarifa suplementar, como resultado dos meios a afectar ao processamento e do impacto negativo do aumento de operações no 2º fecho de compensação. Desta forma, procura-se desmotivar a utilização deste fecho para operações não interbancárias ou não urgentes.

De notar ainda que, em relação às devoluções, no 1.º fecho apenas 0,09% das ordens foram devolvidas, ao passo que no 2.º fecho a percentagem de devoluções atingiu 0,13%. Assim, as reduzidas percentagens de devolução registadas neste subsistema demonstram claramente o grau de fiabilidade e segurança que este alcançou. As 38,52 mil devoluções ascenderam a 37,49 milhões de euros.

Quadro III.12**TEIs por código de operação em 2004 (1º Fecho)**

Quantidade em milhares
Valor em milhões de EUR

Código de operação	Apresentados		Devolvidos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Reembolsos electricidade	10,23	1,4	0,02	0,0
Renda de casa	122,62	104,0	0,18	0,0
Ordenados	15.012,63	15.326,4	4,66	3,0
Fornecedores	1.940,99	7.430,6	1,21	2,6
Prestações da Segurança Social	4.489,20	965,9	4,23	1,1
Pensões Nacionais	453,62	301,8	0,20	0,3
Transferências	18.879,83	30.274,1	20,58	19,0
Reembolsos IVA	2.080,66	1.904,1	4,52	3,7
Transferência doméstica com tratamento manual	1,25	3,9	0,01	0,0
Transferência comercial com origem no exterior	68,16	1.178,0	1,01	4,7
Transferência de emigrante com origem no exterior	6,01	31,9	0,13	0,4
Transferência de baixo valor de pensões com origem no exterior	827,14	236,7	0,54	0,1
Transferência de baixo valor comercial com origem exterior	337,03	834,5	0,12	0,4
Transferência de baixo valor emigrante com origem exterior	173,72	148,5	0,79	1,2
Transferência de pensões com origem no exterior	13,88	3,9	0,09	0,0
Transferência com origem exterior e tratamento manual	0,02	0,1	0,00	0,0
Total	44.416,99	58.745,7	38,30	36,5
Por memória (2003):				
Total	42.665,60	53.780,8	29,85	43,8

Quadro III.13

TEIs por código de operação em 2004 (2º Fecho)

Quantidade em milhares
Valor em milhões de EUR

Código de operação	Apresentados		Devolvidos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Reembolsos electricidade	0,01	0,0	0,00	0,0
Renda de casa	0,04	0,1	0,00	0,0
Ordenados	57,36	71,6	0,01	0,0
Fornecedores	0,57	3,6	0,00	0,0
Prestações da Segurança Social	0,01	0,1	0,00	0,0
Pensões Nacionais	0,27	0,0	0,00	0,0
Transferências	52,08	610,3	0,04	0,2
Reembolso IVA	0,00	0,1	0,00	0,0
Operação do Mercado Interbancário de Câmbios	2,68	65,1	0,00	0,0
Transferência interbancária com origem no exterior	48,56	509,0	0,10	0,5
Transferência comercial com origem no exterior	1,11	20,2	0,03	0,1
Transferência de emigrante com origem no exterior	0,19	4,2	0,00	0,0
Transferência interbancária doméstica	8,12	115,1	0,04	0,2
Transferência de pensões com origem no exterior	0,01	0,0	0,00	0,0
Total	171,02	1.399,6	0,22	1,0
Por memória (2003):				
Total	164,51	1.774,0	0,33	2,2

Quadro III.14

TEIs por código de serviço

Quantidade em milhares
Valor em milhões de EUR

Código de serviço	Ano 2003		Ano 2004	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Expedição de transferências	41.440,06	52.342,6	43.101,38	56.998,2
Devolução de transferências	27,18	37,1	35,67	29,9
Movimento conta ordenante	3,52	2.038,4	3,32	454,8
Regularização conta-ordenante	0,25	0,9	0,14	0,2
Pedido de confirmação de dados de conta (NIB)	0,01	0,0	0,01	0,0
Resposta a pedido de dados de conta (NIB)	7,79	7,9	4,16	3,0
Informação de alteração de NIB	110,19	0,0	91,88	0,0
Transferência com adenda e NIB ou IBAN destinatário	1.344,45	3.201,8	1.480,58	3.146,3
Devolução transferência com adenda e NIB ou IBAN destinatário	2,99	8,8	2,85	7,5
Transferência de pensões com origem exterior e número de conta normalizado	45,59	10,4	6,05	0,9
Devolução de transferência pensões com origem no exterior e com número de conta normalizado	0,01	0,0	0,00	0,0
Pedido de devolução de transferência pelo Banco Ordenante	9,99	18,2	9,64	16,0
Resposta a pedido de devolução de transferência pelo Banco Ordenante sem valor contabilístico	3,41	6,0	5,51	9,2
Resposta a pedido de devolução de transferência pelo Banco Ordenante com valor contabilístico	6,53	12,6	6,08	10,2

No que concerne ao código de serviço (cf. Quadro III.14), parte significativa dos movimentos corresponde, como seria de esperar, à “expedição de transferências” (aproximadamente 96,3% dos movimentos). De notar ainda que, no ano de 2004, foram recebidas 6,05 mil “transferências de pensões com origem no exterior com número de conta normalizado”, a que correspondem 0,9 milhões de Euros. Esta evolução representa, face ao ano de 2003, uma redução muito significativa (mais de 86%), e deve-se ao facto dos bancos se encontrarem em processo de migração destas operações para “transferências com adenda e NIB ou IBAN destinatário”, permitindo assim um maior automatismo no tratamento, uma vez que passam a trazer o NIB/IBAN em substituição do número de pensionista.

Os dados mensais apresentados no Quadro III.15 oscilam em torno de um valor médio de 3.715,67 milhares de operações (aproximadamente mais 150 mil operações por mês face a 2003) e 5.012,1 milhões de euros. A quantidade mais elevada foi registada no mês de Dezembro, tendo o montante máximo sido atingido em Novembro, com os mínimos a ocorrerem em Fevereiro. O ano de 2004 registou em 8 dos 12 meses quantidades superiores às observadas em 2003 (cf. Gráfico III.7), tendo apenas em Abril, Maio, Julho e Dezembro, registado valores inferiores.

Quadro III.15
Dados mensais sobre TEIs em 2004

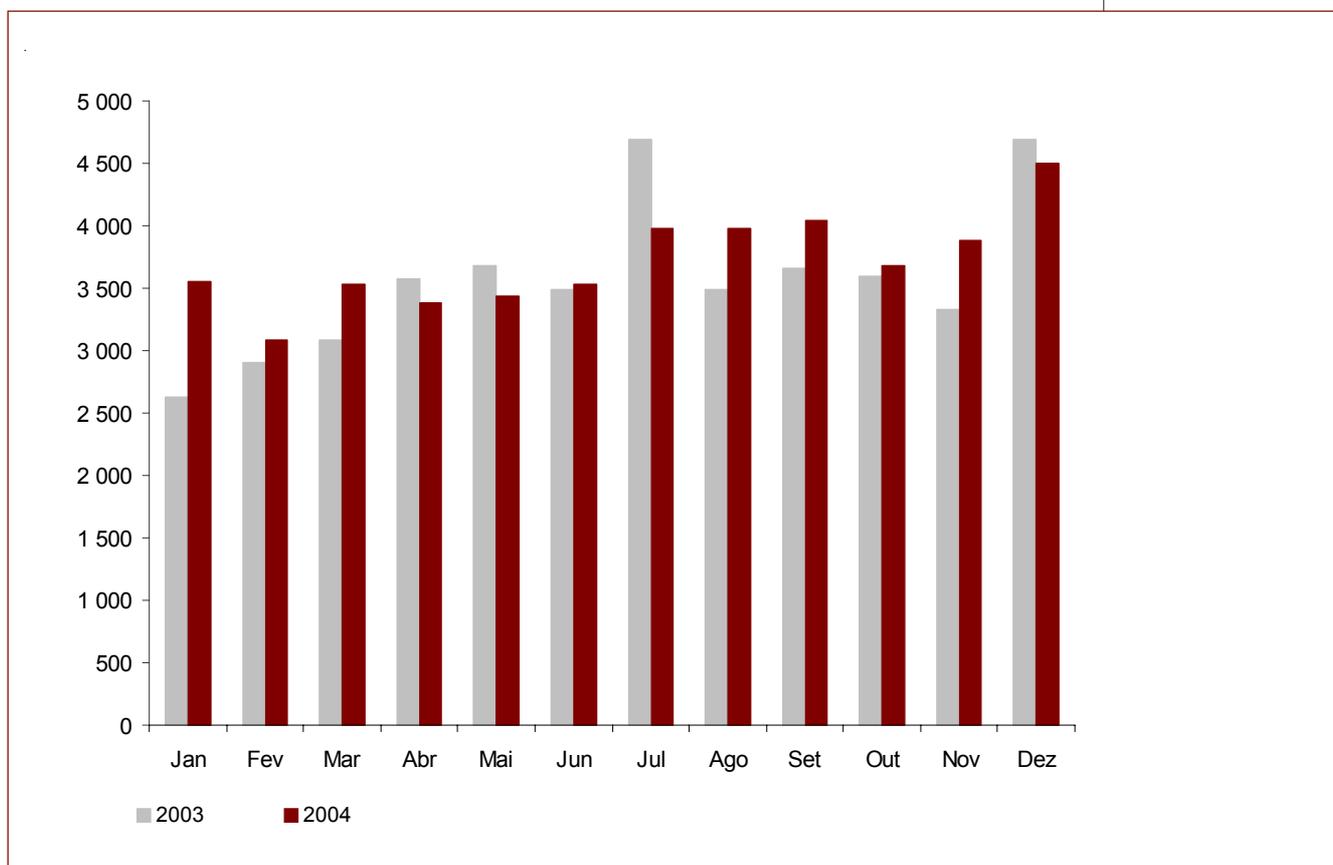
Quantidade em milhares
Valor em milhões de EUR

Meses - 2004	Apresentados		Devolvidos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	3.552,53	4.544,3	3,50	3,1
Fevereiro	3.080,31	4.135,7	2,66	2,9
Março	3.531,21	4.835,2	3,36	3,8
Abril	3.387,68	4.673,8	2,65	3,0
Maio	3.436,32	4.756,9	2,67	3,1
Junho	3.532,69	5.149,3	2,96	3,0
Julho	3.975,83	5.415,3	3,63	3,2
Agosto	3.978,27	5.344,4	3,84	4,0
Setembro	4.045,82	5.102,0	3,49	2,8
Outubro	3.683,93	4.792,8	2,92	2,8
Novembro	3.885,17	5.715,6	3,21	2,9
Dezembro	4.498,25	5.679,9	3,63	2,9
Total	44.588,01	60.145,4	38,52	37,5
Média Mensal	3.715,67	5.012,1	3,21	3,1
Por memória (2003):				
Total	42.830,11	55.554,9	30,20	45,9
Média Mensal	3.569,18	4.629,6	2,52	3,8

Gráfico III.7

Comparação mensal da quantidade de TEIs apresentadas

Quantidade em milhares



III.5 Multibanco

O Multibanco é uma rede partilhada de Caixas Automáticos/ATM (*Automated Teller Machine*) e de Terminais de Pagamento Automático/EFTPOS (*Electronic Funds Transfer at Point Of Sale*), que iniciou o seu funcionamento em Setembro de 1985, com a instalação de 12 terminais nas cidades de Lisboa e do Porto.

O Multibanco, sendo o sistema de pagamentos de retalho com maior número de operações processadas – assegurou 82% da quantidade de operações do SICOI em 2004, correspondente a 1.159,41 milhões de movimentos – representou apenas 16,2% do seu valor (49.926,5 milhões euros). Este é o subsistema de pagamentos com menor valor médio por operação (43 euros) justificando por isso, mais que qualquer outro, a classificação de sistema de retalho.

A utilização de cartões registou, em 2004, um crescimento expressivo face ao ano anterior, com um aumento superior a 8,2% em quantidade e a 9,5% em valor. A taxa de crescimento dos cartões emitidos voltou a situar-se em valores superiores a 10%, tal como em 2002, superando significativamente a taxa de crescimento de 1% verificada em 2003. No final de 2004 estavam emitidos e reconhecidos na rede Multibanco cerca de 16,2 milhões de cartões de pagamento (5,32 milhões de cartões de crédito e 10,86 milhões de cartões de débito). Estes números representam, face ao final do ano 2003, um crescimento de 28,5% nos cartões de crédito e de 3% nos cartões de débito. A evolução verificada ao nível dos cartões de débito segue a tendência já verificada em 2003, ano em que estes cartões começaram a registar taxas de crescimento bastante baixas, ou inclusivamente negativas, devendo-se este facto a uma eventual aproximação do seu ponto de saturação, uma vez que é um instrumento de pagamento bastante disponibilizado e ao qual a generalidade dos portugueses tem acesso. O cartão de crédito apresenta maior margem de progressão, tendo passado de uma taxa de crescimento de 15,9% em 2003, para 28,52% em 2004.

No final de 2004, existiam em funcionamento na rede Multibanco 10.085 ATM e cerca de 150 mil terminais POS, o que corresponde a um incremento de 5,9% e de 7,8%, quando comparado com o ano anterior (cf. Quadro III.16).

Apesar do ligeiro abrandamento no crescimento do número de cartões de débito emitidos, o constante incremento na utilização global dos cartões de pagamento desde a segunda metade da década de 80, traduz a preferência dos portugueses pelos instrumentos de pagamento electrónicos e a crescente confiança e facilidade na sua utilização, sendo de assinalar o forte aumento registado ao nível dos cartões de crédito.

Quadro III.16

Cartões e terminais Multibanco

	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004
Número de Cartões e de Terminais					
Cartões emitidos	11.756.240	13.250.489	14.574.435	14.687.682	16.188.793
Cartões de débito	9.168.573	10.397.695	10.999.436	10.544.965	10.864.554
Cartões de crédito	2.587.667	2.852.794	3.574.999	4.142.717	5.324.239
Número de terminais	116.778	129.571	138.756	148.927	160.428
Caixas Automáticos	7.870	8.482	8.969	9.521	10.085
Terminais de Pagamento Automático	108.908	121.089	129.787	139.406	150.343
Taxa de variação anual em %					
Cartões emitidos	8,6	12,7	10,0	0,8	10,2
Cartões de débito	n.d.	13,4	5,8	-4,1	3,0
Cartões de crédito	n.d.	10,2	25,3	15,9	28,5
Número de terminais	32,9	11,0	7,1	7,3	7,7
Caixas Automáticos	15,2	7,8	5,7	6,2	5,9
Terminais de Pagamento Automático	34,4	11,2	7,2	7,4	7,8

O sistema Multibanco disponibiliza, através dos seus terminais, uma grande diversidade de funcionalidades aos seus utilizadores. Assim, dos vários tipos de transacções que podem ser efectuadas através do sistema Multibanco, apenas algumas são susceptíveis de ter impacto patrimonial e, conseqüentemente, impacto ao nível do Sistema de Compensação Interbancária. Destas, destacam-se os levantamentos de numerário, os pagamentos de serviços, as transferências interbancárias, as compras, os pagamentos de baixo valor (portagens) e os carregamentos dos cartões porta-moedas (PMB). O subsistema Multibanco teve um crescimento de 8,2% em quantidade e de 9,5% no valor processado (cf. Quadro III.17).

Quadro III.17

Movimento global do Multibanco

Quantidade em milhões
Valor em milhões de EUR

	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Levantamentos nacionais	308,63	17.797,0	329,17	19.004,6	6,7	6,8
Levantamentos internacionais	6,17	797,2	8,07	1.001,3	30,8	25,6
Levantamentos no estrangeiro	2,60	241,6	2,93	275,7	12,4	14,1
Pagamentos de serviços	128,48	5.709,1	141,83	6.596,5	10,4	15,5
Transferência interbancária	6,48	2.538,9	6,75	2.637,3	4,3	3,9
Devolução de transferência interbancária	0,00	0,7	0,00	0,2	-67,9	-69,9
Transferência Conta Cartão	0,89	478,5	0,88	448,7	-1,6	-6,2
Compras	411,72	17.394,5	454,33	19.223,7	10,4	10,5
Devolução de Compras	0,25	27,0	0,29	29,4	15,5	8,8
Compras Mbnet	0,01	0,7	0,02	1,2	95,4	71,8
Pagamentos de baixo valor - Portagens	204,09	517,2	211,86	545,5	3,8	5,5
Pagamentos de baixo valor - Telefones	1,95	3,2	2,12	3,3	8,8	3,8
Pagamentos de baixo valor - Estacionamento	0,00	0,0	0,38	1,2	n.a	n.a
Carregamentos PMB	0,09	1,3	0,06	1,0	-32,1	-25,5
Descarga de PMB	0,00	0,0	0,00	0,0	-34,1	-27,2
Depósitos de Numerário	0,35	76,6	0,71	156,9	106,6	104,8
Total	1.071,70	45.583,6	1.159,41	49.926,5	8,2	9,5
Média Diária	2,94	124,9	3,18	136,8	8,2	9,5

Analisando o número de transacções com impacto patrimonial (cf. Gráfico III.8), é possível constatar que as compras são a rubrica com maior peso (39,2%), logo seguida dos levantamentos efectuados por cartões emitidos pelas Instituições de Crédito nacionais (28,4%). Os pagamentos efectuados nas portagens nacionais utilizando cartões de pagamento representaram cerca de 18,3% das operações. No que respeita ao valor das transacções feitas ao longo do ano 2004, os levantamentos nacionais e as compras ascenderam a 19.004,6 milhões de euros e 19.223,7 milhões de euros, respectivamente, assegurando em conjunto 76,6% do total.

Quadro III.18

Movimento global do Multibanco – Distribuição percentual

Em percentagem

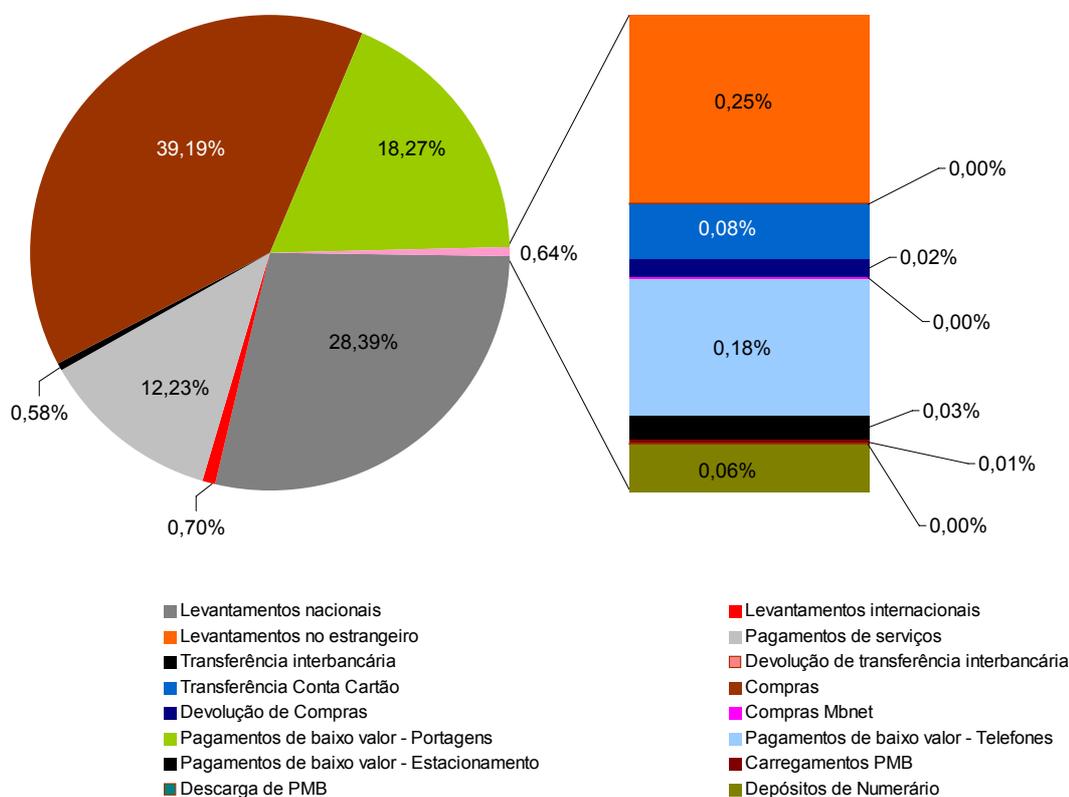
	Ano 2003		Ano 2004	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Levantamentos nacionais	28,80	39,04	28,39	38,07
Levantamentos internacionais	0,58	1,75	0,70	2,01
Levantamentos no estrangeiro	0,24	0,53	0,25	0,55
Pagamentos de serviços	11,99	12,52	12,23	13,21
Transferência interbancária	0,60	5,57	0,58	5,28
Devolução de transferência interbancária	0,00	0,00	0,00	0,00 *
Transferência Conta Cartão	0,08	1,05	0,08	0,90
Compras	38,42	38,16	39,19	38,50
Devolução de Compras	0,02	0,06	0,02	0,06
Compras Mbnet	0,00	0,00	0,00	0,00 *
Pagamentos de baixo valor - Portagens	19,04	1,13	18,27	1,09
Pagamentos de baixo valor - Telefones	0,18	0,01	0,18	0,01
Pagamentos de baixo valor - Estacionamento	0,00	0,00	0,03	0,00 *
Carregamentos PMB	0,01	0,00	0,01	0,00 *
Descarga de PMB	0,00	0,00	0,00	0,00 *
Depósitos de Numerário	0,03	0,17	0,06	0,31
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

*As quantidades e valores associados a estes tipos de movimento, embora significativos em termos absolutos, são negligenciáveis em termos relativos

Analisando a evolução registada ao nível da utilização do sistema Multibanco, quando comparamos o ano de 2003 com o de 2004 podemos constatar que as rubricas com maior crescimento percentual foram o depósito de numerário, que registou um aumento de 106,6%, e as compras MBNet com um incremento de aproximadamente 95%. Pelo contrário, as devoluções de transferências interbancárias foram as que registaram uma maior redução em termos percentuais (cerca de 67,9%).

Gráfico III.8

Movimento global do Multibanco em 2004



De referir que o sistema Multibanco possui, em comparação com sistemas similares doutros países, uma série de serviços adicionais que têm uma grande aceitação por parte dos clientes bancários nacionais e que representam já uma fracção significativa das operações processadas através de cartões.

Assim, os utilizadores do Multibanco têm aproveitado as facilidades do sistema para cumprir compromissos de pagamento ao Estado e à Segurança Social, incluídos em "Pagamentos de Serviços". Em 2004, no que se refere ao Estado, foram efectuados 1.565.542 pagamentos (mais 29% do que em 2003) no valor de 821,27 milhões de euros. No mesmo ano, e no que respeita à Segurança Social, foram efectuados 960.462 pagamentos (mais 1,9% do que em 2003), no valor de 86,3 milhões de euros.

Com um peso significativo no número de operações, há a salientar os carregamentos de telemóveis que representaram, com 81,5 milhões de operações, aproximadamente 5,8% do total de operações processadas através do sistema Multibanco.

De realçar ainda a possibilidade de efectuar a compra de bilhetes para espectáculos que representaram em 2004 mais de 20 mil operações (crescimento de 155% face a 2003), no valor de 1,375 milhões de euros.

Em Dezembro de 2004, existiam cerca de 335,8 mil cartões com função de dinheiro electrónico distribuídos pelas instituições de crédito, o chamado Porta-Moedas Multibanco (PMB). Contudo, só 11,6 mil cartões PMB possuíam saldo e destes apenas 3,4 mil permanecem activos.

A análise detalhada dos dados do Multibanco mostra algumas evidências económicas e sociais. Assim, os “levantamentos internacionais” (de não residentes na rede Multibanco) são, em número e em valor, muito superiores aos levantamentos efectuados por nacionais em outros países, reflectindo o facto de existirem mais turistas estrangeiros a realizar férias em Portugal do que portugueses a gozar férias no exterior. Com efeito, enquanto que se registaram cerca de 8,07 milhões de “levantamentos internacionais”, apenas foram efectuados 2,93 milhões de “levantamentos no estrangeiro” (cf. Quadro III.17).

A comparação entre o ano 2003 e o ano 2004 (cf. Quadro III.19 e Gráfico III.9) revela um aumento das operações processadas através do subsistema do Multibanco em todos os meses, o que confirma a importância deste sistema no dia a dia dos portugueses e a crescente confiança proporcionada pelo seu bom funcionamento.

Quadro III.19**Dados mensais sobre operações processadas no Multibanco**

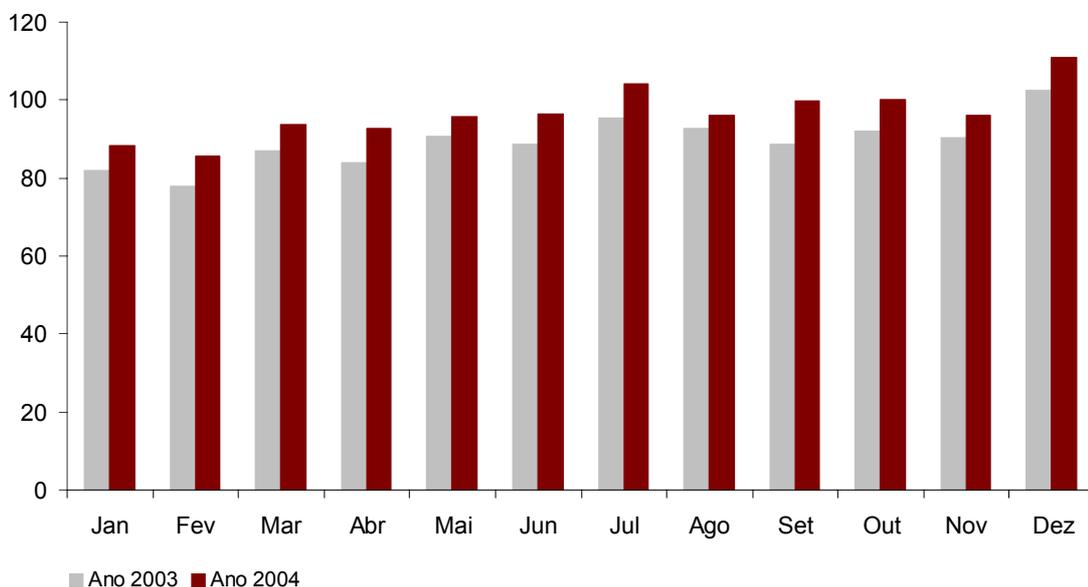
Quantidade em milhões
Valor em milhões de EUR

Mês	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	81,87	3.382,4	88,32	3.620,3	7,9	7,0
Fevereiro	77,90	3.164,4	85,69	3.450,8	10,0	9,0
Março	87,06	3.534,4	93,61	3.786,2	7,5	7,1
Abril	83,95	3.587,1	92,71	3.932,1	10,4	9,6
Mai	90,78	3.712,5	95,69	4.007,4	5,4	7,9
Junho	88,73	3.600,8	96,35	4.019,4	8,6	11,6
Julho	95,34	4.176,5	104,23	4.568,3	9,3	9,4
Agosto	92,74	4.163,6	95,95	4.410,4	3,5	5,9
Setembro	88,71	3.817,4	99,77	4.404,1	12,5	15,4
Outubro	91,93	3.952,6	99,98	4.358,3	8,8	10,3
Novembro	90,19	3.832,6	96,23	4.212,7	6,7	9,9
Dezembro	102,51	4.659,3	110,88	5.156,4	8,2	10,7
Total	1.071,70	45.583,6	1.159,41	49.926,5	8,2	9,5

Gráfico III.9

Comparação mensal da quantidade de operações Multibanco

Quantidade em milhões

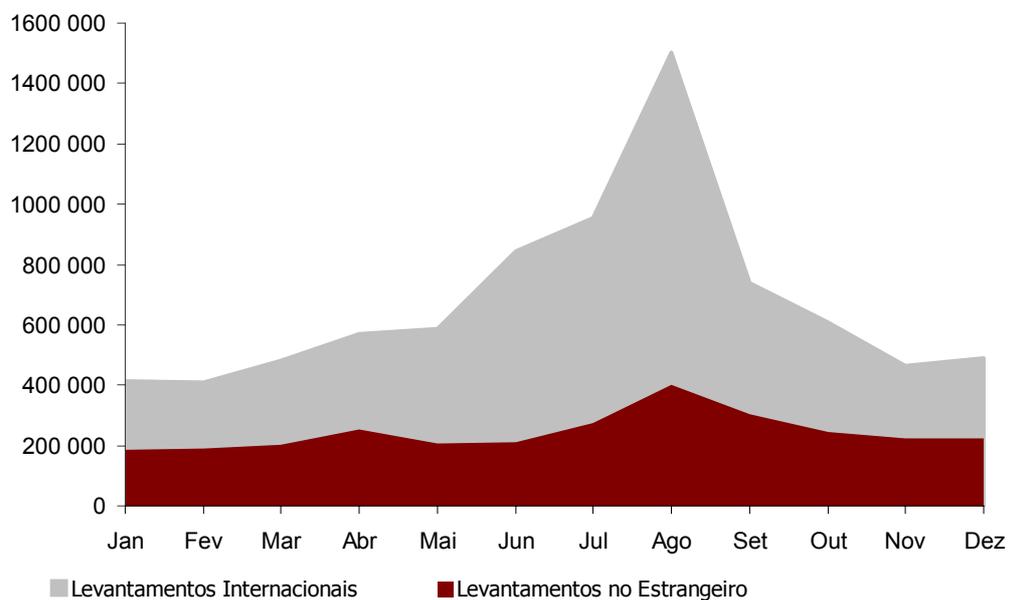


A análise dos dados numa perspectiva mensal, permite observar que algumas operações processadas no âmbito do subsistema Multibanco apresentam uma forte componente sazonal. O caso mais evidente é o dos “levantamentos internacionais” (efectuados em Portugal por não residentes) e no estrangeiro (efectuados por cidadãos nacionais) (cf. Gráfico III.10) que, estando fortemente dependentes dos períodos de férias, se concentram nos meses de Verão, nomeadamente em Junho, Julho e Agosto.

Gráfico III.10

Levantamentos internacionais e no estrangeiro em 2004

Quantidade em milhares



III.6 Débitos Directos

O Sistema de Débitos Directos (SDD), vocacionado para as cobranças electrónicas, com possibilidade de recurso à interbancaridade, apresenta grandes vantagens, tanto para credores como para devedores, face a outros processos de cobrança que continuam a ser utilizados em Portugal e que não gozam de interbancaridade.

Ao longo do ano 2004, foram processados cerca de 20,8 milhões de débitos directos, com um valor global de 4.504,9 milhões de euros, o que representa um crescimento de 300,5%. Apesar deste subsistema ter um peso ainda pouco significativo no movimento global do SICOI (aproximadamente 1,5% em quantidade e 1,5% em valor), é o subsistema com maiores perspectivas de crescimento, uma vez que permite a interbancaridade e beneficia da regulamentação que melhor defende os direitos e deveres de todas as partes. Por forma a realçar a crescente importância deste sistema, refira-se que, a nível europeu, se perspectiva a criação de um sistema pan-europeu de débitos directos (*PEDD – Pan-European Direct Debit*) que permitirá operações transeuropeias com a mesma facilidade com que hoje se processam as operações domésticas.

Quadro III.20

Dados mensais sobre débitos directos apresentados

Quantidade em milhares
Valor em milhares de EUR

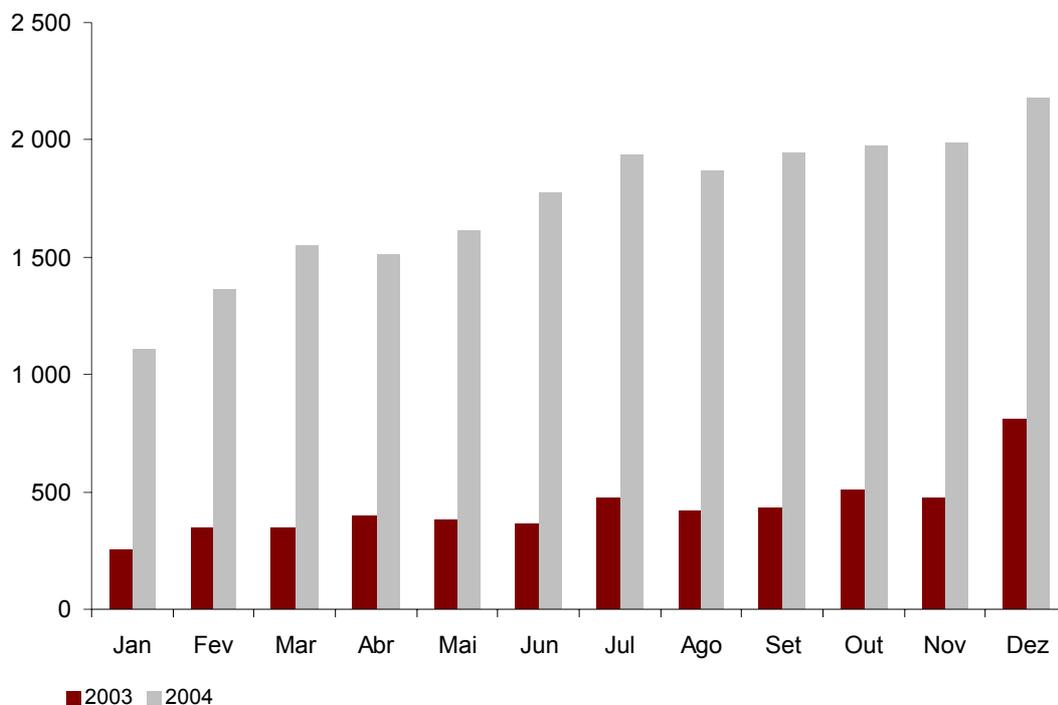
Mês	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	254,57	78.845,5	1.110,38	259.763,9	336,2	229,5
Fevereiro	346,09	77.932,9	1.363,38	291.266,5	293,9	273,7
Março	342,24	95.077,8	1.547,73	336.276,1	352,2	253,7
Abril	397,08	103.421,1	1.509,59	332.996,3	280,2	222,0
Maio	380,69	105.412,5	1.614,08	358.290,4	324,0	239,9
Junho	360,66	104.217,5	1.778,20	377.042,4	393,0	261,8
Julho	472,43	116.873,4	1.934,95	408.813,3	309,6	249,8
Agosto	416,22	110.907,2	1.864,66	406.150,7	348,0	266,2
Setembro	428,95	112.817,3	1.947,36	415.501,8	354,0	268,3
Outubro	509,29	126.423,3	1.972,75	415.303,8	287,4	228,5
Novembro	477,61	127.947,3	1.985,55	434.746,9	315,7	239,8
Dezembro	808,00	183.427,7	2.174,85	468.716,1	169,2	155,5
Total	5.193,83	1.343.303,5	20.803,48	4.504.868,1	300,5	235,4
Média Mensal	432,82	111.942,0	1.733,62	375.405,7	300,5	235,4

No Sistema de Débitos Directos existiam, no final de 2004, 12,01 milhões de autorizações de débito em conta (ADC) activas, registadas por 786 empresas das mais diversas áreas de negócio, das quais se destacam seguros, aquisições a crédito, serviços de água, electricidade e gás e telecomunicações.

Conforme ilustram o Quadro III.20 e o Gráfico III.11, o SDD apresenta uma tendência claramente crescente, tendo começado o ano de 2004 com uma quantidade de cerca de 1,11 milhões de operações em Janeiro e terminado com 2,17 milhões de operações em Dezembro. Como é possível verificar através da análise gráfica, as quantidades processadas em 2004 foram, em todos os meses, bastante superiores às observadas no ano anterior.

Gráfico III.11

Comparação mensal da quantidade de débitos directos cobrados



Quantidade em milhares

Do total de 20.829,01 milhares de instruções enviadas para cobrança, cerca de 25,53 mil foram anuladas pelo banco do credor e 3.264,75 mil rejeitadas pelo banco do devedor e, como tal não foram liquidadas. Depois da liquidação financeira, os devedores revogaram 27,11 mil débitos, tendo ainda sido efectuadas 6,54 mil reversões (créditos ao devedor por iniciativa do credor), das quais apenas foram devolvidas cerca de 20 operações. De notar que a taxa de cobrança registada (84%) situa-se em patamares idênticos ou até superiores aos registados em processos de cobrança intrabancários estando, desta forma, de acordo com os níveis normais de cobranças. É de realçar que se perspectiva para 2005 um forte crescimento da taxa de cobrança efectiva, uma vez que se prevê a introdução no SDD de um grande número de cobranças provenientes de entidades prestadoras de serviços essenciais (tais como electricidade, gás, água e telecomunicações). Estas entidades apresentam, para além de uma quantidade muito expressiva de operações, uma taxa de rejeição bastante abaixo da média.

Quadro III.21

Débitos Directos por código de serviço

Quantidade em milhares
Valor em milhares de EUR

Código de serviço	Ano 2003		Ano 2004	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Instruções de DDs (ADC normalizadas)	5.194,10	1.343.867,0	20.829,01	4.514.364,9
Reversões (ADC normalizadas)	1,33	52,5	6,54	707,1
Revogações (ADC normalizadas)	5,42	2.910,9	27,11	9.103,0
Rejeição de IDDs (ADC normalizadas)	864,62	266.144,8	3.264,75	756.006,9
Anulação de IDDs (ADC normalizada)	0,27	563,4	25,53	9.496,8
Devolução de Reversões(ADC normalizadas)	-	-	0,02	1,6

* ADC significa Autorização de Débito em Conta
** IDD significa Instrução de Débito Directo

O Quadro III.22 permite verificar que as principais operações realizadas através dos débitos directos são as cobranças indiferenciadas, as transferências relativas a prestações regulares de *leasing* e vendas do comércio de retalho, as prestações de seguros e pagamentos de serviços públicos terrestres, justificando no seu conjunto cerca de 87,7% das instruções enviadas e 96,1% do seu montante. Outras operações, como as cobranças de água, quotas, gás, telefone e serviços diversos, assumem, por enquanto, valores com menor significado.

Quadro III.22

Débitos Directos por código de operação

Quantidade em milhares
Valor em milhares de EUR

Código de operação	Ano 2003		Ano 2004	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Água	126,30	1.737,9	581,11	14.245,5
Gás	276,44	8.703,5	354,47	15.478,9
Electricidade	10,58	670,6	13,86	864,2
Gás / Electricidade	0,63	10,6	1,31	23,2
Telefone	103,58	5.328,6	198,20	8.777,0
Renda de Casa	18,01	3.080,1	23,82	5.223,7
Serviço Público Terrestre	63,45	9.743,0	1.349,14	205.192,4
Seguro de Vida	531,27	30.447,7	828,13	52.190,0
Seguros Diversos	378,89	18.435,1	2.851,79	210.323,4
Quotas	156,51	7.258,4	326,20	15.158,3
Transferência	525,32	327.477,6	2.897,97	834.368,8
Serviço Público de Comunicação de Dados	-	-	29,31	20.698,1
Cobrança	2.809,48	915.337,9	10.349,15	3.035.561,9
Aquisições a Crédito	1,42	3.654,8	2,77	7.058,3
Serviços Diversos	162,30	10.758,4	538,52	46.671,7
Água / Saneamento	19,05	546,8	298,18	6.462,7
Telecomunicações	10,02	644,2	117,22	14.889,1
Televisão	0,84	31,9	67,86	21.177,8
Total	5.194,09	1.343.867,1	20.829,01	4.514.364,9

Foram rejeitadas, em 2004, cerca de 3,3 milhões de instruções de débitos directos com um valor de 76.510,98 milhões de euros (cf. Quadro III.23). O principal motivo de rejeição foi a conta sem saldo ou com saldo insuficiente, que justifica 89,6% do número de rejeições e 87,7% do seu valor. Outra causa importante para a rejeição é “conta destinatária não movimentável”, com cerca de 3,9% da quantidade de rejeições e 4% do seu montante global.

Quadro III.23

Débitos Directos rejeitados por motivo de rejeição

Quantidade em milhares
Valor em milhares de EUR

Motivo de rejeição	Ano 2003		Ano 2004	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Recusa de débito pelo banco	12,66	3.061,0	42,99	8.578,1
Conta sem saldo ou saldo insuficiente	757,78	224.968,6	2.950,33	671.070,5
Conta inexistente	11,18	2.915,6	57,51	9.740,8
Cancelamento de autorização pelo cliente	8,76	3.018,1	26,26	12.347,1
Dados do NIB da conta do devedor inválidos	3,62	597,3	3,04	581,8
Conta destinatária não movimentável	54,34	23.362,2	129,92	30.421,6
Recusa da operação pelo cliente	6,43	4.834,9	21,83	16.462,3
Não aceitação das instruções pelo banco	0,14	77,5	0,83	184,0
Cancelamento de autorização pelo banco	0,48	325,2	1,40	564,7
Valor superior ao máximo autorizado	0,78	309,0	0,25	123,3
Autorização Caducada	0,04	6,0	0,15	32,3
Anulação de Instrução já rejeitada	0,00	0,0	0,01	1,6
Suspensão	13,84	5.580,3	57,34	15.001,8
Total	870,05	269.055,7	3.291,86	765.109,8

Analisando os débitos directos por escalão, pode constatar-se que em termos de quantidade o mais significativo é o de 50 a 150 euros com um total de 5,088 milhões de operações (29%) a que correspondem 427,246 milhões de euros (apenas 11,4% dos valores).

De referir que, em 2004, aproximadamente 95% das cobranças não excederam 500 euros, pelo que se pode classificar o SDD como um verdadeiro sistema de retalho, dado que a generalidade das operações que processa são de baixo valor.

Quadro III.24

Débitos Directos efectivamente cobrados por escalões em 2004

Quantidade em unidades
Valor em milhares de EUR

Escalão (em euros)	Ano 2003		Ano 2004	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
0 – 25	1.871	12.004,4	3.857.397	50.445,7
25 – 50	691.086	25.570,6	3.462.103	124.534,6
50 – 150	1.348.483	110.083,5	5.087.700	427.246,7
150 – 250	492.370	97.572,0	2.086.479	414.000,6
250 – 500	508.823	172.462,2	2.128.073	717.764,7
500 – 2.500	239.597	226.354,3	789.772	705.353,6
2.500 – 5.000	24.021	83.321,2	64.536	223.796,5
5.000 – 100.000	22.798	320.498,1	61.751	866.557,7
100.000 – 250.000	153	16.169,9	790	111.009,5
>= 250000	5	13.122,7	135	108.151,6
	4.329.207	1.077.158,8	17.538.736	3.748.861,2

Caixa 4

Grupos de Trabalho Interbancários

O Banco de Portugal preside à Comissão de Coordenação Interbancária para os Sistemas de Pagamentos (CISP) e, neste âmbito, promove o funcionamento de grupos de trabalhos interbancários, em que o Banco de Portugal, as instituições de crédito participantes e a SIBS debatem e propõem alterações regulamentares e soluções cooperativas em matérias operacionais e de infra-estruturas.

Os seis Grupos de Trabalho Interbancários actualmente em funcionamento são os seguintes: GTI-Cheque, GTI-Cobranças, GTI-Tarifários Interbancários, GTI-TEI, GTI-Pagamentos Transfronteiros e GTI-Cartões Bancários.

Dando seguimento à tendência de fazer corresponder a estrutura de Grupos de Trabalho Interbancários (GTI) existente a nível nacional com o modelo seguido pelo EPC – *European Payments Council*, a CISP decidiu criar sob a sua égide, em Dezembro de 2004, um GTI sobre Cartões Bancários, por forma a colmatar uma necessidade identificada e reforçada pelo facto de os cartões de pagamento serem um dos denominados “instrumentos de pagamento SEPA”, a par dos débitos directos e das transferências electrónicas a crédito.

Este GTI é coordenado pelo actual representante do sistema bancário nacional no *Cards Working Group* do EPC e conta com a participação dos bancos presentes na CISP, da SIBS e, a título excepcional atendendo ao seu papel nesta área, também da Unicre. Com a criação deste GTI tornou-se mais fácil ao sistema bancário nacional acompanhar e tomar posição sobre matérias de impacto pan-europeu na área dos cartões de pagamento em discussão ao nível do EPC, tendo em vista a construção da SEPA – *Single Euro Payments Area*. Esta é, aliás, a principal matéria em análise no GTI-Cartões Bancários, que se tem assumido como um espaço privilegiado de diálogo, análise e avaliação das opções mais convenientes aos bancos nacionais. No âmbito deste GTI, existe ainda um Grupo Técnico que tem vindo a dedicar-se a aspectos regulamentares da emissão de cartões bancários em Portugal, visando a definição de um conjunto de boas práticas a seguir na matéria.

Com a criação deste GTI – que sucedeu a um Grupo de Reflexão, criado previamente para enquadrar o assunto – foi dado mais um passo no sentido de ter em funcionamento em Portugal um fórum de discussão, homólogo aos existentes a nível europeu no EPC, promovendo-se desta forma o envolvimento dos representantes do sistema bancário nacional nos grupos correspondentes.

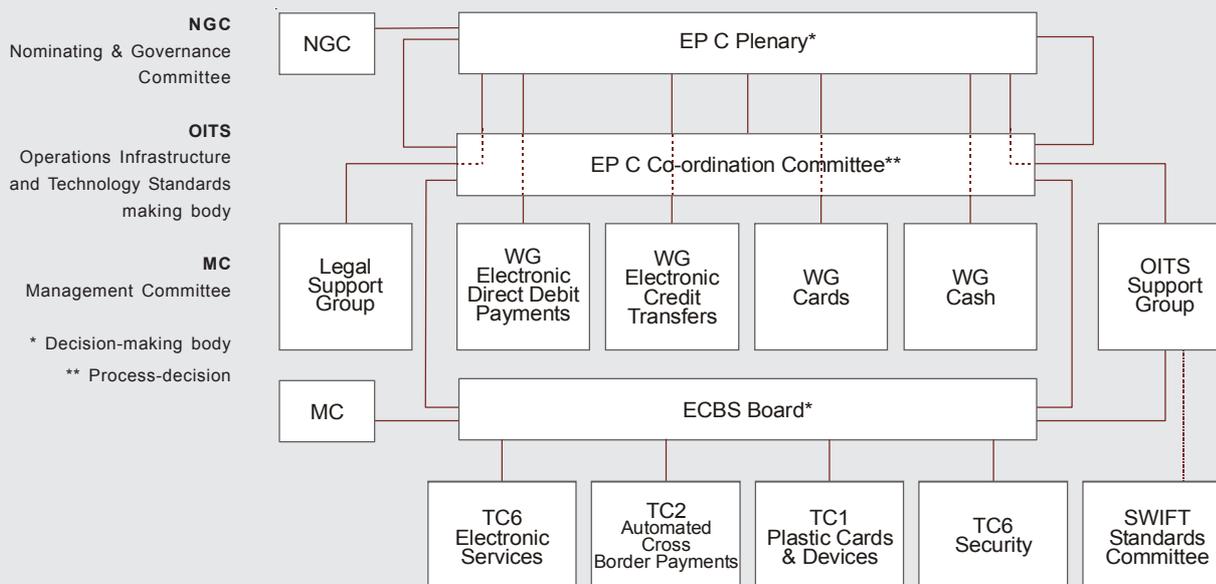
Caixa 5

SEPA – Single Euro Payments Area

No contexto da criação da SEPA – *Single Euro Payments Area* até 2010, o EPC – *European Payments Council* tem vindo a desenvolver, desde a sua criação em 2002, um papel preponderante no desenvolvimento de soluções interbancárias que permitam alcançar, na prática, o objectivo de uma área única de pagamentos de retalho em euros.

Durante o ano de 2004, foram tomadas várias iniciativas visando o referido objectivo, destacando-se a reorganização do próprio EPC tendo em conta os instrumentos de pagamento a considerar na construção da SEPA: transferências a crédito, débitos directos e cartões, para além do numerário.

Assim, e tendo ainda em conta o alargamento da União Europeia a dez novos membros em 1 de Maio de 2004, foram aprovados os novos “estatutos” do EPC, que juridicamente passou a ser uma entidade sem fins lucrativos de direito belga. Neste âmbito, resultou um novo organograma de grupos de trabalho, grupos de suporte e comités, subordinados ao Plenário do EPC, órgão máximo de decisão, que se apresenta a seguir:



Nesta estrutura há ainda a referir a integração do ECBS – *European Committee for Banking Standards*, no *OITS Support Group*, embora esta integração seja gradual e não esteja ainda concluída.

Em termos de iniciativas concretas, referentes aos três instrumentos de pagamento electrónicos a considerar na construção da SEPA, destacam-se em 2004 as seguintes:

- Na área das transferências a crédito, prosseguiu o trabalho de definição dos requisitos e práticas a observar na convenção Credeuro, que o EPC pretende tornar obrigatória para transferências a crédito transeuropeias a partir de 1 de Janeiro de 2006, tendo para isso encetado contactos junto do Banco Central Europeu.

- Na área dos débitos directos, verificaram-se avanços significativos na definição do “*Rule Book*” que se pretende venha a servir de base ao futuro sistema de *Pan-European Direct Debits* (PEDD).
- Na área dos cartões, o passo mais significativo foi o trabalho de definição da *SEPA Cards Framework*, documento que se pretende venha a ser aprovado pelos bancos europeus em 2005, e que visa definir o quadro em que os cartões de débito deverão funcionar numa base *SEPA-compliant*, de acordo com os objectivos definidos desde a entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 2560/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Uma iniciativa transversal aos vários sistemas foi a definição das regras de funcionamento da PE-ACH – *Pan-European Automated Clearing House*, a que a banca portuguesa se ligou já durante o ano de 2005 na vertente de transferências a crédito transeuropeias, tendo por base o único PE-ACH *Provider* disponível até ao momento, o STEP2 da EBA. É de antecipar que a concorrência a este nível venha a aumentar, com uma maior oferta de soluções compatíveis com a PE-ACH por parte de outros processadores da zona euro.

Em termos de enquadramento regulamentar da Comissão Europeia, aguarda-se a publicação da Directiva “*New Legal Framework for Payments in the Internal Market*”, que tem por objectivo consolidar vários suportes normativos que regulam a actividade dos pagamentos de retalho, e que será uma peça chave na regulamentação da SEPA. Este projecto de Directiva tem sido objecto de ampla discussão e diversos aperfeiçoamentos por sugestão de diferentes partes envolvidas.

CAPÍTULO IV *Regulamentação e Controlo dos Meios de Pagamento*

Durante o ano de 2004 foram apreciados 37 pedidos de aprovação de novos impressos de cheque apresentados (a) pelas instituições de crédito autorizadas a receber depósitos e a permitir a sua movimentação através deste instrumento de pagamento e, (b) pela Direcção-Geral do Tesouro, atento o Regime de Tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho, e a participação do Tesouro no SICOI – Sistema de Compensação Interbancária. O número de pedidos quase triplicou relativamente ao ano anterior. A justificação de tão elevado crescimento de pedidos reside no facto daquelas entidades terem esgotado os stocks de impressos existentes que ainda respeitavam a regulamentação do Banco de Portugal que foi modificada em 2003 através da Instrução n.º 26/2003, publicada no Boletim Oficial n.º 10, de 15.10.2003. A instrução em apreço teve por objectivo aproximar as características dos impressos do novo sistema de recolha e circulação electrónica de imagem de cheques, em resultado da entrada em vigor deste sistema.

Em 2004, foi publicado e distribuído o caderno n.º 6 da Colecção de Cadernos do Banco de Portugal sobre “Cartões Bancários”, o instrumento de pagamento de bens e serviços mais utilizado em Portugal. Na distribuição deste caderno, além dos postos de atendimento situados na rede regional, o Banco conta com a participação das instituições de crédito, das câmaras municipais e centros de informação autárquica ao consumidor, das associações de comerciantes e de defesa do consumidor. O Banco satisfaz ainda todos os pedidos de exemplares que lhe são dirigidos. Este caderno, que conta com uma edição em inglês, encontra-se, tal como os demais, disponível no sítio do Banco de Portugal na Internet.

No que respeita às tarefas cometidas ao Banco de Portugal no âmbito do regime jurídico do cheque sem provisão (Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, republicado com alterações pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2003, de 24 de Abril) e inseridas na protecção conferida a este instrumento de pagamento, no ano de 2004 foram incluídas na listagem de utilizadores de cheque que oferecem risco 80.795 entidades, menos 10.750 do que no ano anterior. Em 31 de Dezembro de 2004, o nome e a denominação de 130.633 pessoas singulares e colectivas constava na listagem de utilizadores de cheque que oferecem risco, o que representa uma redução de cerca de 5% relativamente a 2003. As instituições de crédito, sendo livres de celebrar convenção de cheque com os seus clientes, estão, porém, proibidas de fornecer impressos de cheque a entidades que integram a referida listagem, com excepção dos cheques avulso quando se destinem a levantamentos ou sejam visados para efectuar pagamentos.

Tendo em atenção as competências do Banco na restrição do uso de cheque, em 2004 foram instruídos 18.979 processos de remoção decididos favoravelmente por verificação de circunstâncias ponderosas que justificaram a necessidade de uso deste instrumento de pagamento antes de decorridos o prazo máximo de permanência na listagem de utilizadores de cheque que oferecem risco previstos na lei. Por demonstração de alheamento dos co-titulares das contas sobre as quais foram emitidos os cheques que deram causa à rescisão do seu uso e por outras razões, algumas de natureza técnica, foi anulada a referência a 8.427 entidades. O número total de saídas da listagem de utilizadores de cheque que oferecem risco foi de 88.365 durante o ano, cerca de 70% por decurso do prazo máximo de permanência.

Em 2004, por força das alterações à Orientação do BCE 2001/3 relativa ao TARGET, introduziram-se algumas modificações no esquema de reembolso do SPGT/TARGET, à semelhança do que havia sucedido no ano anterior, o que implicou o ajustamento correspondente do Regulamento do SPGT através da Instrução n.º 115/96, Anexo II.

Caixa 6

Cadernos do Banco de Portugal

Dando sequência ao esforço que tem vindo a ser prosseguido desde 2002 de contribuir para o esclarecimento dos utilizadores dos serviços financeiros, foi publicado em 2004 o sexto volume da colecção “Cadernos do Banco de Portugal”, subordinado ao tema “Cartões Bancários”.

Os cartões bancários são o instrumento de pagamento de bens e serviços mais utilizado em Portugal. Dos pagamentos que não utilizam numerário (notas e moedas), mais de metade são actualmente efectuados com recurso aos cartões bancários. A crescente utilização dos cartões bancários insere-se na tendência de evolução que se tem observado no nosso País nos últimos dez anos, no sentido de privilegiar o uso de instrumentos de pagamento electrónico em detrimento dos instrumentos suportados em papel, como o cheque.

Portugal dispõe de uma moderna infraestrutura para serviços bancários à distância e o cartão bancário desempenha, na sua utilização, um papel fundamental. Nos caixas automáticos (ATM), além do levantamento de notas, os cartões bancários têm várias utilizações. Entre estas, salientam-se as seguintes: (a) consulta de saldos e de movimentos das contas às quais se encontram associados; (b) consulta, alteração ou revogação das autorizações de débitos directos; (c) realização de transferências bancárias; (d) pagamento de serviços, contribuições, impostos, multas, etc.; e (e) aquisição de bilhetes para transportes e espectáculos, carregamento de telefones e de outros instrumentos pré-pagos, activação do dispositivo para pagamento da Via Verde, etc..

O Caderno do Banco de Portugal sobre Cartões Bancários tem por objectivo ajudar os consumidores de serviços financeiros a utilizar de forma mais esclarecida os cartões bancários. Aborda os aspectos de funcionamento mais importantes, sempre com a preocupação de evitar complexidades técnicas desnecessárias, e realça os diferentes tipos de utilização possíveis e os cuidados a ter com o seu uso.

Assim, aquele Caderno destina-se essencialmente aos utilizadores que se situam em qualquer dos dois lados do mercado dos cartões bancários: o lado dos clientes que são titulares de cartões e o lado dos comerciantes que aceitam pagamentos com cartão. Os clientes relacionam-se com as chamadas entidades emitentes, na maioria bancos, que disponibilizam cartões mediante a assinatura de um contrato de adesão. Os comerciantes relacionam-se com os chamados *acquirers* e os bancos, com quem estabelecem acordos de aceitação de uma ou mais marcas de cartões.

Futuras edições, abordando outras temáticas no âmbito dos instrumentos e sistemas de pagamentos, procurarão, com a adequada difusão junto do público, intensificar a intervenção do Banco de Portugal na informação e esclarecimento sobre as características dos diversos meios de pagamento disponíveis, do seu modo de funcionamento e dos direitos e deveres inerentes à utilização de tais instrumentos e sistemas.



ANEXOS

Anexo 1

Riscos associados aos Sistemas de Pagamentos

Os sistemas de pagamento são compostos pelos instrumentos de pagamento, as organizações, os métodos operacionais e os sistemas de informação, que permitem processar e controlar a transferência de fundos entre entidades. O modelo de sistemas de pagamento em vigor num determinado país influencia, de forma decisiva, o desempenho das instituições financeiras e o funcionamento da economia em geral.

Se por um lado, com a crescente globalização das economias, temos assistido a uma importância crescente dos sistemas de pagamento, não se tratando apenas de transferências domésticas mas também transnacionais, por outro, as inovações tecnológicas e a crescente globalização têm conduzido a grandes alterações nos sistemas de pagamento. Essas reformas visam proporcionar uma maior liquidez aos diversos instrumentos de pagamento, diminuindo o risco e a incerteza ligados aos pagamentos não-numerário e facilitando a execução da política monetária.

No entanto, só em 1974 com a falência do *Bankhaus Herstatt* é que os riscos associados aos sistemas de pagamento passaram a estar na ordem do dia, começando a ser estudados e sendo definidos uma série de critérios para os minimizar. Os sistemas de pagamento são, nos dias de hoje, uma infra-estrutura essencial ao bom funcionamento da economia, uma vez que se tornaram parte integrante do dia a dia dos agentes económicos. No entanto, apesar de todos os cidadãos usarem, de forma mais ou menos automática, os instrumentos e os sistemas de pagamento ao seu dispor, apenas se apercebem da sua importância quando existe algum problema no seu funcionamento. Cabe ao Banco Central supervisionar os sistemas de pagamento do respectivo país, não só zelando pelo seu bom funcionamento, como também procurando evitar que, quando uma instituição entra em dificuldades, estas se propaguem às restantes instituições (Risco Sistémico) através dos sistemas de pagamentos.

De notar que este problema deixou de ser apenas um problema doméstico para ter âmbito internacional devido ao rápido crescimento das transferências transnacionais, que potenciam novos mecanismos de contágio.

Desde o momento em que se inicia o pagamento desmaterializado até ao momento da liquidação da operação, existe a possibilidade desta não se concretizar por uma série de factores associados ao funcionamento das instituições envolvidas, podendo ser identificados os seguintes riscos:

- Risco Económico (Risco de Crédito e Risco de Liquidez);
- Risco Operacional
- Risco de Segurança
- Risco Legal
- Risco Sistémico

O **Risco Económico** nos sistemas de pagamento pode assumir duas formas distintas: Risco de Crédito e Risco de Liquidez. O Risco de Crédito reside na possibilidade do pagamento não se efectuar devido à insolvência do devedor, ou seja, este não ter activos suficientes para cumprir as suas obrigações. Neste caso, o pagamento não é concretizável mesmo no futuro. O Risco de Liquidez deve-se ao facto do devedor não ter liquidez para cumprir as suas obrigações nos prazos devidos, apesar de ser solvente. Ou seja, o devedor tem activos suficientes, mas não os consegue transformar, em tempo oportuno, em moeda do Banco Central suficiente para liquidar os seus compromissos. Neste caso, uma provisão temporária de liquidez poderá resolver o problema.

O **Risco Operacional** tem vindo a ganhar importância com a aplicação das novas tecnologias aos sistemas de pagamento e assenta na possibilidade de ocorrer uma qualquer falha humana ou técnica que impossibilite os pagamentos independentemente do devedor ter ou não liquidez. Actualmente, a quase totalidade dos sistemas de pagamento funciona com base em sistemas informáticos, que podem, por diversas razões, falhar. É assim necessário que existam mecanismos de *backup* fiáveis por forma a reduzir o risco de falha dos sistemas.

O **Risco de Segurança** refere-se ao grau de segurança de um sistema, relativamente à possibilidade de ocorrer uma interrupção, intrusão abusiva ou falsificação. Este risco é, nas sociedades desenvolvidas, devidamente avaliado (*risk analysis*) e controlado através de mecanismos e técnicas específicas.

O **Risco Legal** assenta na ausência de cobertura legal adequada ao funcionamento dos sistemas de pagamento. Tem de existir uma correcta definição, por exemplo, dos direitos e deveres de cada parte envolvida num determinado pagamento.

O **Risco Sistémico** é, talvez, o mais importante de todos os riscos, pois os seus efeitos podem ser os mais devastadores. Assenta na possibilidade de por falta de pagamento de uma entidade (devedora) no sistema de pagamentos, outras não conseguirem, por efeitos de contágio, satisfazer as suas responsabilidades, entrando também em incumprimento. Este risco pode levar a que todo o sector financeiro entre em dificuldades, pelo que as entidades reguladoras dos sistemas de pagamento procuram que sejam adoptados uma série de critérios que minimizam este risco. A ocorrência de Risco Sistémico pode ser consequência de um outro qualquer risco anteriormente referido.

As entidades reguladoras dos sistemas de pagamento têm entre os seus objectivos a minimização destes riscos, designadamente o Risco Sistémico, procurando manter os sistemas de pagamentos de que são responsáveis protegidos dos riscos atrás indicados.

Anexo 2

Junho de 2004: um mês diferente em Portugal

Os grandes acontecimentos desportivos e culturais, dependendo do impacto mediático e da visibilidade internacional associados, produzem efeitos mais ou menos significativos a diversos níveis sociais e económicos nos países onde decorrem. Neste âmbito, ao longo do mês de Junho de 2004 e através de um evento de grande impacto mediático, Portugal gozou de muita visibilidade a nível mundial ao acolher durante o referido mês um elevado número de desportistas, turistas e profissionais da área da comunicação social. O evento em causa foi o Campeonato Europeu de Futebol – Euro 2004 – o qual teve a sua fase final em diversas cidades portuguesas entre 12 de Junho e 4 de Julho de 2004. Foi considerado por muitos como o principal acontecimento desportivo e cultural organizado em Portugal, somente comparável com a realização da exposição internacional “Os Oceanos, Um Património para o Futuro – Expo 98”, no Verão de 1998.

Em consequência do Euro 2004, o número significativo de visitantes que se deslocaram a Portugal originou, necessariamente, impactos assinaláveis ao nível da economia portuguesa em geral e dos sistemas de pagamentos em particular, principalmente no que respeita às operações efectuadas no Sistema Multibanco. Os efeitos no sistema de pagamentos nacional podem ser identificados através da análise da evolução registada durante o mês de Junho de 2004, ao nível dos levantamentos e compras internacionais (efectuados por estrangeiros em Portugal) processadas através do Multibanco.

Assim, analisando os dados mensais referentes aos levantamentos efectuados por cartões emitidos no estrangeiro, pode facilmente constatar-se que Junho de 2004 registou, comparando com o mês homólogo de 2003, uma taxa de crescimento bastante superior à observada ao longo dos restantes meses daquele ano. Sendo de 11,8% a taxa homóloga de crescimento no número de levantamentos internacionais em todo o ano de 2004, o impacto do Euro 2004 ao nível dos sistemas de pagamento nacionais reflectiu-se numa taxa de crescimento de 48,3% em Junho. O mês de Novembro, que registou o segundo maior crescimento, não ultrapassou os 18,2% (cf. Quadro A.1).

Em termos de valor, o crescimento registado no mês de Junho atingiu uma taxa de 53,6% face ao período homólogo de 2003. De referir ainda que, relativamente ao valor médio de levantamentos, o mês de Junho foi também aquele em que se registou o valor mais elevado, ultrapassando os 135 euros.

Quadro A.1

Dados mensais sobre Levantamentos Internacionais

Quantidade em unidades
Valor em EUR

Mês	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	296.748	37.240.100,00	320.550	40.250.860,00	8,0	8,1
Fevereiro	282.122	35.733.360,00	317.775	39.880.820,00	12,6	11,6
Março	341.450	43.370.345,00	377.912	47.674.625,00	10,7	9,9
Abril	429.063	54.949.110,00	469.317	59.961.935,00	9,4	9,1
Maio	463.707	59.421.140,00	482.346	61.954.445,00	4,0	4,3
Junho	499.824	65.296.320,00	741.132	100.265.965,00	48,3	53,6
Julho	819.699	108.428.305,00	859.014	113.720.385,00	4,8	4,9
Agosto	1.369.986	178.600.010,00	1.416.544	185.382.130,00	3,4	3,8
Setembro	560.150	73.383.480,00	646.086	84.728.935,00	15,3	15,5
Outubro	448.888	58.335.770,00	503.175	65.253.570,00	12,1	11,9
Novembro	303.378	37.561.550,00	358.504	44.138.960,00	18,2	17,5
Dezembro	351.856	44.910.465,00	403.444	51.285.570,00	14,7	14,2
Total	6.166.871	797.229.955,00	6.895.799	894.498.200,00	11,8	12,2
Média Mensal	513.906	66.435.829,58	574.650	74.541.516,67	11,8	12,2

No que respeita às compras internacionais efectuadas ao longo do mês em análise, é possível constatar que os impactos foram um pouco menos visíveis quando comparados com os registados ao nível dos levantamentos internacionais, tendo sido observado um crescimento de 25,1% em quantidade e 30,7% em valor (cf. Quadro A.2). É ainda de referir que, em Junho, foi registado o valor médio de compras internacionais mais elevado de 2004 com aproximadamente 98,28 euros. Este valor médio é o mais alto registado nos anos em análise – 2003 e 2004 – e representa também a taxa de crescimento homóloga mais elevada, cerca de 4,5% (cf. Quadro A.3).

Quadro A.2

Dados mensais sobre Compras Internacionais

Quantidade em unidades
Valor em EUR

Mês	Ano 2003		Ano 2004		Variação (%)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Janeiro	481.145	45.650.714,03	500.445	46.656.618,37	4,0	2,2
Fevereiro	525.142	48.240.464,98	572.402	52.440.647,93	9,0	8,7
Março	655.924	60.974.444,22	691.395	64.365.738,21	5,4	5,6
Abril	844.983	78.784.456,59	888.125	83.091.666,69	5,1	5,5
Maio	893.403	84.740.896,08	933.945	89.596.618,08	4,5	5,7
Junho	911.152	85.716.618,72	1.140.024	112.041.882,25	25,1	30,7
Julho	1.265.963	111.051.197,02	1.388.396	125.772.432,89	9,7	13,3
Agosto	1.713.792	141.210.070,37	1.872.726	153.744.669,99	9,3	8,9
Setembro	934.333	87.397.893,09	1.113.693	103.507.757,98	19,2	18,4
Outubro	890.267	85.506.906,16	1.036.350	98.834.098,91	16,4	15,6
Novembro	587.053	55.513.862,29	695.856	63.897.662,37	18,5	15,1
Dezembro	582.287	52.035.924,61	717.108	61.907.839,03	23,2	19,0
Total	10.285.444	936.823.448,16	11.550.465	1.055.857.632,70	12,3	12,7
Média Mensal	857.120	78.068.620,68	962.539	87.988.136,06	12,3	12,7

Quadro A.3

Dados mensais sobre Valores Médios Mensais de Levantamentos e Compras Internacionais

Valor em EUR

Mês	Levantamentos			Compras		
	Ano 2003	Ano 2004	Variação (%)	Ano 2003	Ano 2004	Variação (%)
Janeiro	125,49	125,57	0,1	94,88	93,23	-1,7
Fevereiro	126,66	125,50	-0,9	91,86	91,62	-0,3
Março	127,02	126,15	-0,7	92,96	93,10	0,1
Abril	128,07	127,76	-0,2	93,24	93,56	0,3
Maio	128,14	128,44	0,2	94,85	95,93	1,1
Junho	130,64	135,29	3,6	94,07	98,28	4,5
Julho	132,28	132,38	0,1	87,72	90,59	3,3
Agosto	130,37	130,87	0,4	82,40	82,10	-0,4
Setembro	131,01	131,14	0,1	93,54	92,94	-0,6
Outubro	129,96	129,68	-0,2	96,05	95,37	-0,7
Novembro	123,81	123,12	-0,6	94,56	91,83	-2,9
Dezembro	127,64	127,12	-0,4	89,36	86,33	-3,4
Total	1.541,08	1.543,04	0,1	1.105,50	1.104,86	-28,3
Média Mensal	128,42	128,59	0,1	92,12	92,07	-28,3

O aumento do número de operações processadas através do sistema Multibanco, devido em grande medida à realização do Euro 2004, teve necessariamente um grande impacto. Neste âmbito, se as taxas de crescimento dos levantamentos e compras internacionais de Junho de 2004 seguissem as médias anuais, os valores estimados seriam de 559 mil levantamentos no valor de 73,26 milhões de euros e 1,02 milhões de compras no valor de

96,61 milhões de euros (cf. Quadro A.4). Assim, e tendo em conta os levantamentos e as compras efectivamente verificados em Junho de 2004, podemos estimar que o impacto no número de operações processadas através do sistema Multibanco, e respectivo valor, em resultado da realização do Euro 2004, foi de um aumento de 299.037 operações (182.228 levantamentos e 116.808 compras) no valor de 42,4 milhões de euros. Esta estimativa peca por defeito, uma vez que as médias de quantidade e valor de 2004 em que se baseia, são já influenciadas pelo próprio Euro 2004.

Quadro A.4**Estimativa do impacto do Euro 2004 nos Sistemas de Pagamentos**

Quantidade em unidades
Valor em EUR

	Efectivo Junho 2003		Estimado Junho 2004		Efectivo Junho 2004		Impacto	
	Quantidade (1)	Valor (2)	Quantidade (3)	Valor (4)	Quantidade (5)	Valor (6)	Quantidade (7)=(5)-(3)	Valor (8)=(6)-(4)
Levantamentos	499.824	65.296.320,00	558.904	73.262.978,07	741.132	100.265.965,00	182.228	27.002.986,93
Compras	911.152	85.716.618,72	1.023.216	96.607.900,14	1.140.024	112.041.882,25	116.808	15.433.982,11
Total	1.410.976	151.012.938,72	1.582.119	169.870.878,20	1.881.156	212.307.847,25	299.037	42.436.969,05

De forma a aprofundar um pouco mais a presente análise, estimaram-se os impactos específicos de cartões provenientes de países envolvidos no Euro 2004. Para tal, tomaram-se em conta os levantamentos e as compras internacionais (efectuadas no sistema Multibanco por cartões emitidos nos restantes 15 países que participaram no referido campeonato) processados não só em de Junho de 2003 e 2004, mas também nos meses de Maio e Julho dos referidos anos, de forma a existir uma base de comparação e análise.

Quadro A.5

Agregado de Levantamentos e Compras Internacionais por País nos meses de Maio a Julho de 2004 e 2003

Quantidade em unidades
Valor em EUR

2004	Maio		Junho		Julho	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alemanha	73.092	9.631.874,33	106.501	14.049.563,09	107.421	14.214.016,77
Bulgária	53	8.868,46	676	79.863,46	118	12.701,05
Croácia	199	24.216,75	3.623	338.437,63	268	26.809,34
Dinamarca	2.663	381.781,05	6.398	894.688,86	5.785	734.817,68
Espanha	31.505	2.624.337,03	32.991	2.840.078,96	54.509	4.657.484,83
Federação Russa	807	135.495,84	8.535	1.281.296,19	2.020	370.458,05
França	51.660	4.450.226,13	62.150	5.268.959,19	139.674	11.732.754,69
Grécia	613	91.430,21	1.873	267.083,25	2.551	391.645,97
Holanda	83.966	10.336.146,20	109.005	14.193.298,47	125.340	15.203.181,63
Itália	7.881	895.382,98	9.857	1.183.859,80	12.962	1.511.401,60
Letónia	223	31.228,01	1.774	244.330,29	343	61.921,18
Reino Unido	199.572	26.482.880,43	276.851	37.678.054,40	255.213	34.120.781,46
República Checa	787	70.723,12	4.009	406.924,86	1.763	168.408,77
Suécia	7.972	831.587,18	27.486	3.140.522,17	12.110	1.321.594,42
Suíça	17.765	2.487.186,98	35.686	4.974.929,79	44.385	5.811.475,98
Total 15 países	478.758	58.483.364,70	687.415	86.841.890,41	764.462	90.339.453,42
Média dos 15 Países	31.917	3.898.890,98	45.828	5.789.459,36	50.964	6.022.630,23
Total	1.416.291	151.551.063,08	1.881.156	212.307.847,25	2.247.410	239.492.817,89
Média de todos os Países	14.601	1.562.382,09	19.002	2.144.523,71	22.474	2.394.928,18

2003	Maio		Junho		Julho	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alemanha	75.845	10.205.162,88	87.957	11.704.578,15	100.355	13.330.363,65
Bulgária	61	6.218,50	62	8.788,36	168	14.126,12
Croácia	132	7.544,15	207	16.791,90	153	14.249,59
Dinamarca	2.767	355.186,87	2.746	363.010,03	5.482	591.430,73
Espanha	30.733	2.704.180,51	28.010	2.412.586,17	50.391	4.469.884,97
Federação Russa	876	131.596,48	849	83.914,96	1.279	159.131,29
França	49.383	4.158.416,29	44.180	3.760.503,37	130.705	10.757.555,45
Grécia	417	56.063,51	438	53.541,52	558	67.679,82
Holanda	79.253	9.917.109,51	88.178	10.955.290,31	147.339	17.911.833,68
Itália	7.014	812.814,79	7.010	814.888,32	10.884	1.301.943,64
Letónia	295	44.506,99	162	21.114,59	219	24.584,34
Reino Unido	195.076	25.976.902,96	202.586	26.756.146,93	240.475	31.596.599,38
República Checa	780	56.966,37	851	66.984,84	948	73.781,64
Suécia	6.276	686.209,22	5.978	620.903,26	9.725	984.637,48
Suíça	18.267	2.466.075,88	18.265	2.458.119,66	46.399	5.975.174,26
Total 15 países	467.175	57.584.954,91	487.479	60.097.162,37	745.080	87.272.976,04
Média dos 15 Países	31.145	3.838.996,99	32.499	4.006.477,49	49.672	5.818.198,40
Total	1.357.110	144.162.036,08	1.410.976	151.012.938,72	2.085.662	219.479.502,02
Média de todos os Países	13.848	1.471.041,18	14.546	1.556.834,42	20.857	2.194.795,02

Os levantamentos e as compras internacionais efectuadas por cartões emitidos nos 15 países envolvidos na competição (para além de Portugal) foram responsáveis por 36,5% dos movimentos efectuados e 40,9% do valor processado em Junho de 2004. O total de países estrangeiros emissores de cartões utilizados em Portugal durante o referido mês foi de 99. Os países com um peso mais significativo no número e montante das operações processadas foram o Reino Unido, a Holanda, a Alemanha e a França – países que possuem já habitualmente um peso importante nas operações de estrangeiros, efectuadas em Portugal nos meses de Verão (cf. Quadro A.5).

No entanto, o país com um peso mais significativo no número de levantamentos e compras internacionais foi os Estados Unidos da América, que por si só representou, em Junho de 2004, cerca de 44% dos levantamentos (40,7% em valor) e 61% das compras internacionais (57,2% em valor) efectuados na rede Multibanco.

Quadro A.6**Agregado de Levantamentos e Compras Internacionais por País - Taxas de Crescimento Homólogas**

Em percentagem

País	Quantidade			Valor		
	Maio	Junho	Julho	Maio	Junho	Julho
Alemanha	-3,6	21,1	7,0	-5,6	20,0	6,6
Bulgária	-13,1	990,3	-29,8	42,6	808,7	-10,1
Croácia	50,8	1650,2	75,2	221,0	1915,5	88,1
Dinamarca	-3,8	133,0	5,5	7,5	146,5	24,2
Espanha	2,5	17,8	8,2	-3,0	17,7	4,2
Federação Russa	-7,9	905,3	57,9	3,0	1426,9	132,8
França	4,6	40,7	6,9	7,0	40,1	9,1
Grécia	47,0	327,6	357,2	63,1	398,8	478,7
Holanda	5,9	23,6	-14,9	4,2	29,6	-15,1
Itália	12,4	40,6	19,1	10,2	45,3	16,1
Letónia	-24,4	995,1	56,6	-29,8	1057,2	151,9
Reino Unido	2,3	36,7	6,1	1,9	40,8	8,0
República Checa	0,9	371,1	86,0	24,1	507,5	128,3
Suécia	27,0	359,8	24,5	21,2	405,8	34,2
Suíça	-2,7	95,4	-4,3	0,9	102,4	-2,7
Total	2,5	41,0	2,6	1,6	44,5	3,5

Tendo em conta que a observação pura e simples das quantidades e montantes das operações processadas nos meses em análise poderá conduzir a resultados algo limitados, procedeu-se igualmente à observação das taxas de crescimento homólogas dos meses de Maio a Julho, por forma a reduzir os impactos resultantes da sazonalidade.

Assim, constata-se que o mês de Junho registou, para todos os países em estudo, um aumento muito expressivo das quantidades e dos valores dos levantamentos e compras internacionais processados através do sistema Multibanco (cf. Quadro A.6). É de referir que, se por um lado os países com taxas de crescimento mais baixas são aqueles que, habitualmente, possuem uma quantidade significativa de operações processadas em Portugal, os que

registaram maior crescimento foram, para além da Grécia, principalmente países de leste e nórdicos, designadamente a Croácia, a Letónia, a Bulgária, a Rússia, a República Checa, a Suécia e a Dinamarca, e que tiveram as respectivas seleções nacionais a disputar o Euro 2004.

Quadro A.7**Levantamentos e Compras Internacionais por País – Peso relativo**

País	Junho de 2004			Peso Relativo (%)	
	N.º de Operações		Total	Levantamentos	Compras
	Levantamentos	Compras		Total	Total
Alemanha	58.166	48.335	106.501	54,6	45,4
Bulgária	174	502	676	25,7	74,3
Croácia	794	2.829	3.623	21,9	78,1
Dinamarca	1.276	5.122	6.398	19,9	80,1
Espanha	13.996	18.995	32.991	42,4	57,6
Federação Russa	1.465	7.070	8.535	17,2	82,8
França	29.487	32.663	62.150	47,4	52,6
Grécia	917	956	1.873	49,0	51,0
Holanda	72.573	36.432	109.005	66,6	33,4
Itália	5.954	3.903	9.857	60,4	39,6
Letónia	485	1.289	1.774	27,3	72,7
Reino Unido	102.447	174.404	276.851	37,0	63,0
República Checa	1.105	2.904	4.009	27,6	72,4
Suécia	16.291	11.195	27.486	59,3	40,7
Suíça	17.472	18.214	35.686	49,0	51,0
Total 15 países	322.602	364.813	687.415	46,9	53,1
<i>Média dos 15 Países</i>	<i>21.507</i>	<i>24.321</i>	<i>45.828</i>	<i>46,9</i>	<i>53,1</i>
Total	741.132	1.140.024	1.881.156	39,4	60,6
<i>Média de todos os Países</i>	<i>8.056</i>	<i>12.392</i>	<i>20.447</i>	<i>39,4</i>	<i>60,6</i>

Por fim, e analisando a repartição do tipo de operação (levantamento ou compra) por país, constata-se que existe uma prática distinta de país para país no que respeita à forma de pagamento preferencialmente utilizada – de forma totalmente desmaterializada através de compras pagas por cartão de crédito ou débito, ou em moeda, privilegiando o recurso a operações de levantamento de numerário.

Neste âmbito, verifica-se que países como a Holanda, Itália, Suécia e Alemanha dão preferência a operações de levantamento de numerário, representando este tipo de operação entre 54,6% para a Alemanha e 66,6% para a Holanda. Pelo contrário, os restantes 11 países nos quais a quantidade de compras ultrapassa a de levantamentos, existe uma repartição mais assimétrica. Países como a Suíça, Grécia, França, Espanha e Reino Unido, possuem uma percentagem de levantamentos bastante acima dos 30%. Países como a República Checa, a Letónia, a Bulgária, a Croácia, a Dinamarca e a Rússia ficam aquém daquele valor, variando entre os 27,6% do República Checa e os 17,2% da Rússia (cf. Quadro A.7).

Da análise efectuada pode ser realçado que os países mais desenvolvidos, e de um modo geral pertencentes à “Zona Euro”, foram os que apresentaram uma maior percentagem de levantamentos, ficando os restantes países (apenas a Dinamarca não é um país da Europa de Leste) com uma utilização bastante reduzida de levantamentos em favor de compras. Este facto pode dever-se à maior facilidade de utilização da moeda Euro por parte dos turistas provenientes de países onde esta é também a moeda em circulação.

w w w . b p o r t u g a l . p t

